

LINGUAGEM EM FOCO

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
APLICADA DA UECE

LINGUAGEM EM FOCO
Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE
Volume 2 - Outubro/2009 - ISSN 2176-7955



© EDUECE
Editora filiada à ABEU



Ficha Catalográfica
Bibliotecária Meirilane Santos de Moraes
CRB-3/785

Linguagem em Foco - Revista do Programa de Pós-Graduação
Em Linguística Aplicada da UECE / Universidade Estadual
do Ceará . v.2, n.1 (out./2009) .- Fortaleza: EdUECE, 2009 -

Periodicidade semestral
ISSN: 2176-7955

1. Linguística aplicada 2. Ensino-aprendizagem 3. Linguagem.
4. Tradução 5. Lexicologia I. Universidade Estadual do Ceará,
Centro de Humanidades.

CDD: 000

LINGUAGEM EM FOCO

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
APLICADA DA UECE

Volume 2 - Outubro/2009 - ISSN 2176-7955

LINGUAGEM EM FOCO
Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE
Volume 2 - Outubro/2009 - ISSN 2176-7955

PUBLICAÇÃO

Editora da Universidade Estadual do Ceará em Co-Edição com o Programa de
Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE

EDITOR CIENTÍFICO

Vera Lúcia Santiago Araújo

EDITOR ADJUNTO

Maria Helenice Araújo Costa

ORGANIZADORAS DESTE NÚMERO

Vera Lúcia Santiago Araújo e Stella Esther Ortweiler Tagnin

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Nunes Assunção

TIRAGEM

300 exemplares

APOIO

CAPES

CORRESPONDÊNCIA

LINGUAGEM EM FOCO
Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE
Av. Luciano Carneiro, 345, Fátima
60410-690 - Fortaleza - Ceará - Brasil
Contatos: (85) 31012032
Fax: (85) 31012026



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR

Francisco de Assis Moura Araripe

VICE-REITOR

Antônio de Oliveira Gomes Neto

EDITORA DA UECE

Liduina Farias Almeida da Costa

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes

Eduardo Diathay Bezerra de Menezes

Elba Braga Ramalho

Francisco Horácio da Silva Frota

Francisco Josênio Camelo Parente

Gisafran Nazareno Mota Jucá

Humberto de Andrade Carmona

José Ferreira Nunes

José Henrique Leal Cardoso

Lucili Grangeiro Cortez

Luiz Cruz Lima

Manfredo Ramos

Marcelo Gurgel Carlos da Silva

Marcony Silva Cunha

Maria do Socorro Ferreira Osterne

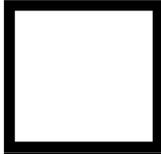
Maria Salete Bessa Jorge

CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA

Ângela Paiva Dionísio (UFPE)
Antonieta Cellani (PUC-SP)
Antonio Carlos Xavier (UFPE)
Antonio Paulo Berber Sardinha (PUC-SP)
Antonio Mendoza Fillola (Universidade de Barcelona)
Bernardete Rodrigues Biasi (UFC)
Carlos Alberto Marques Gouveia (Universidade de Lisboa)
Célia Magalhães (UFMG)
Charles Bazerman (UCSB, Estados Unidos)
Denise Bértoli Braga (UNICAMP)
Eduardo S. Junqueira Rodrigues (UFC)
Elizabeth Reis Teixeira (UFBA)
Giovana Ferreira Gonçalves (Universidade Federal de Pelotas)
Heloísa Collins (PUC-SP)
Ieda Maria Alves (USP)
Ingedore Koch (UNICAMP)
Jean-Pierre Cuq (Universidade de Nice-França)
Júlio César Araújo (UFC)
Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP)
Leila Barbara (PUC-SP)
Luiz Fernando Gomes (UNISO-Sorocaba-SP)
Luiz Paulo Moita Lopes (UFRJ)
Mailce Borges Mota (UFSC)
Maria Lúcia Barbosa de Vasconcellos (UFSC)
Marcelo Buzato (UNICAMP)
Matilde V. R. Scaramucci (UNICAMP)
Mônica Magalhães Cavalcante (UFC)
Nina Célia Almeida de Barros (Universidade Federal de Santa Maria)
Orlando Vian Júnior (UFRN)
Stella Esther Ortweiler Tagnin (USP)
Tania Regina de Souza Romero (Universidade Federal de Lavras - MG)
Thaís Cristófaros Silva (UFMG)
Vera Lúcia Menezes (UFMG)
Vlândia Maria Cabral Borges (UFC)

PARECERISTAS PARA ESTE NÚMERO

John Milton (USP)
Lourdes Bernardes Gonçalves (UFC)
Soraya Ferreira Alves (UECE)
Lenita Maria Rimoli Esteves (USP)
João Azenha Jr. (USP)
Irene Hirsch (UFOP)
Vera Lucia Santiago Araújo (UECE)
Eliana Paes Cardoso Franco (UFBA)
Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP)
Irenísia Torres de Oliveira (UFC)



SUMÁRIO

Editorial	9
Haroldo de Campos e Martin Buber como tradutores do Livro do Eclesiastes: uma análise de aspectos da tradução à luz da teoria da relevância	11
<i>Geraldo Luiz de Carvalho Neto</i>	
Singularidade, transgressão e ética na legendagem	27
<i>Carolina Alfaro de Carvalho</i>	
Re-inscrever: movimentos de sentidos traduzindo mundo	39
<i>Dina Maria Martins Ferreira</i>	
Tradução técnica e seus limites: reflexões sobre localização de software e ética	49
<i>Gabriela Castelo Branco Ribeiro</i>	
Traduzir é mesmo manipular?	57
<i>Maria Paula Frota</i>	
Nem precisão fixa nem deslizamento contínuo: a gramática wittgensteiniana como alternativa à polarização <i>fidelidade vs. différence</i> nos estudos da tradução	65
<i>Paulo Oliveira</i>	
A presença discursiva do tradutor em narrativas machadianas em múltiplas traduções para o inglês	79
<i>Válmi Hatje-Faggion</i>	
Joyce em letra portuguesa: os paratextos e as suas funções	93
<i>Vivina Almeida Carreira de Campos Figueiredo</i>	
Normas da Revista	109



EDITORIAL

Este segundo número da Revista Linguagem em Foco, na mesma linha do primeiro, também traz artigos apresentados no IX Congresso da Abrapt, em 2004, patrocinado pela UECE. Visa-se, com este número, continuar as discussões sobre os rumos da pesquisa em Tradução, evidenciando sua importância no mundo atual, pois, como diz Susan Bassnett, a tradução tem um papel crucial a desempenhar, na medida em que contribui para melhorar a compreensão de um mundo cada vez mais fragmentado, de fronteiras cada vez mais fluidas, ao ser entendida como um processo de negociação entre textos e culturas mediadas pela figura do tradutor.

Assim, o primeiro artigo, de **Geraldo Luiz de Carvalho Neto**, analisa as traduções do livro bíblico Qohélet de Haroldo de Campos para o português e de Martin Buber para o alemão, a partir da Teoria da Relevância, observando as semelhanças interpretativas e aspectos tais como a hebraização dos idiomas. Em seguida, **Carolina Alfaro de Carvalho** discute a prática da legendagem que, além de problematizar os limites entre tradução, interpretação e adaptação, evidencia a todo momento a intervenção singular do tradutor. O terceiro artigo, da autoria de **Dina Martins Ferreira**, partindo do princípio de que traduzir é reinscrever, provocar e movimentar sentidos, trabalha com decentramentos de duas naturezas: o movimento de derivação e o de sobreposição. O movimento de derivação estaria para uma expansão do sentido porque rouba atributos de outro sentido, provocando um alargamento do mesmo. O movimento de sobreposição mostra apagamento de sentido, cujos atributos são escamoteados para atender a políticas de representação, pois, sejam quais forem os movimentos de sentido, o ato linguageiro circula por entre-lugares, em busca de um lugar que atenda ao utilitarismo do momento. **Gabriela Castelo Branco Ribeiro**, no artigo que segue, discute o conceito de tradução técnica a partir da perspectiva funcionalista da Skopostheorie, para a qual o original e seu autor perdem importância e questões pragmáticas como a finalidade do texto e seu público-alvo assumem o centro das reflexões. Abre-se, então, um vasto campo para a discussão dos limites da tradução técnica, a formação e as condições de trabalho dos tradutores e sua relação com clientes, especialistas, público-alvo e o mercado de localização de software. O quinto artigo, de **Maria Paula Frota**, sintonizado com o ideário pós-estruturalista, e pressupondo que a fidelidade total é impossível, propõe revermos o rumo que muitos acabaram por imprimir à ideia de tradução como transformação, radicalizando-a como manipulação. Questiona se o entendimento da tradução como uma escrita criativa ou manipuladora não é igualmente insatisfatório, uma vez que aloca a tradução em um campo de produção textual que foge ao seu campo próprio, provocando efeitos nefastos como o acirramento do desprestígio da tradução junto ao público leitor, situação contra a qual vêm lutando os mesmos proponentes da tradução como manipulação.

Paulo Oliveira, então, a partir da desconstrução da noção tradicional de sentido, discute a noção derridiana de *différance*, tendo por horizonte a gramática wittgensteiniana, e propõe que esta última é perfeitamente compatível com abordagens sociológicas da tradução, em cujas bases não está, de modo algum, uma visão necessariamente essencialista de linguagem, como sugerem críticas recentes a tais abordagens. Já **Válmi Hatje-Faggion** tem por objetivo examinar como a presença discursiva do tradutor está manifesta na narrativa traduzida, tendo como base a leitura detalhada e comparativa de três traduções para o inglês de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, e de duas de *Quincas Borba*, outra obra machadiana. Por meio dessa comparação, o autor exemplifica os três casos apresentados por Theo Hermans (1996) e também para indica a tendência geral das ocorrências no texto traduzido e o que elas implicam. O último artigo, de **Vivina Almeida Carreira de Campos Figueiredo**, apresenta algumas informações sobre vários aspectos envolvidos na tradução das obras de James Joyce no espaço linguístico do Português europeu .

HAROLDO DE CAMPOS E MARTIN BUBER COMO TRADUTORES DO LIVRO DO ECLESIASTES: UMA ANÁLISE DE ASPECTOS DA TRADUÇÃO À LUZ DA TEORIA DA RELEVÂNCIA

Geraldo Luiz de Carvalho Neto (UFMG)

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar excertos da tradução do livro bíblico do Qohélet, realizada por Campos (1991), para o português, e por Buber (1997), para o alemão. A análise pauta-se pelos princípios da Teoria da Relevância (SPERBER & WILSON, 1986/1995) e pelos trabalhos de Gutt (2000) e Alves (2001a/2001b), que aplicam essa teoria aos Estudos da Tradução. Consoante sua agenda tradutória, Campos e Buber aspiram a uma hebraização de seus respectivos idiomas. Em vista disso, torna-se importante investigar o grau de semelhança interpretativa alcançado. Conceitos cruciais nesta abordagem são os de codificação conceitual e procedimental, pistas comunicativas e ambiente cognitivo.

Palavras-chave: Tradução, Bíblia, Relevância.

ABSTRACT

The objective of the present work is to analyze some excerpts of the translation of the biblical book of Qohélet, carried out by Campos (1991), into Portuguese, and Buber (1997), into German. The analysis is based on the principles of Relevance Theory (SPERBER & WILSON, 1986/1995) and on the works of Gutt (2000) and Alves (2001a/2001b), who apply this theory to the Translation Studies. In accordance with their translational agenda, Campos and Buber aspire to a hebraization of their respective languages. Having this in mind, it is important to investigate the degree of interpretive resemblance that was achieved. Crucial concepts of this approach are: communicative clues, cognitive environment, conceptually and procedurally encoded information.

Keywords: Translation, Bible, Relevance.

1. Introdução

O intuito deste artigo é analisar excertos de duas traduções de um livro da Bíblia hebraica, denominado de *Qohélet* ou *Eclesiastes*. Para tanto, serão tomados dois tradutores com semelhante agenda tradutória, um em língua portuguesa (HAROLDO DE CAMPOS) e outro em língua alemã (MARTIN BUBER), conforme devidamente exposto no item 3 deste artigo. Como auxílio à investigação da agenda tradutória empregada na formulação do produto, que são os textos traduzidos em português e alemão, far-se-á também uso de algumas notas e paratextos que acompanham as traduções.

O suporte teórico escolhido para esta análise comparativa foi a Teoria da Relevância (SPERBER & WILSON, 1995) e a discussão apóia-se, outrossim, nas propostas de Gutt (2000) e Alves (2001a/2001b), que aplicam a Teoria da Relevância aos Estudos da Tradução. Conceitos fundamentais para a análise são os de semelhança interpretativa, efeito contextual, codificação conceitual e codificação procedimental, conforme definição a ser explicitada oportunamente.

Escolheu-se este suporte teórico na análise das traduções do texto sagrado, por se entender estar a Teoria da Relevância apta a lidar com diferentes graus de semelhança na interpretação de passagens que causam especial dificuldade ao tradutor e, por que não, ao leitor. A composição do texto hebraico da Bíblia situa-se a uma grande distância dos tradutores modernos, tanto temporal quanto espacial e cultural. A recriação do contexto de produção do texto primevo é um desafio por que passam, e essa teoria é capaz de auxiliar o pesquisador na avaliação do grau de semelhança alcançado entre o texto de partida e o texto de chegada, segundo a proposta de tradução empregada.

2. Teoria da relevância e sua aplicação aos estudos da tradução

A Teoria da Relevância (de agora em diante, TR) foi desenvolvida como desdobramento dos trabalhos de Grice (1957), segundo o qual a expressão e o reconhecimento de intenções são uma característica importante do ato de comunicação humana, colocando, assim, as bases de um modelo inferencial como alternativa ao clássico modelo de código. Wilson & Sperber (2004), em seu artigo *Relevance Theory*, explicam que, segundo o modelo inferencial, “(...) um comunicador fornece evidência de sua intenção em transmitir um determinado significado, o qual é inferido pela audiência com base na evidência fornecida”¹ (p.1). Não se comunica codificando-se e decodificando-se mensagens. Para Grice, o processo de comunicação humana é regido pelo princípio cooperativo com suas máximas de quantidade, qualidade, relação e modo. Tudo o que o ouvinte tem a fazer, é eliminar, dentre as várias possibilidades que podem ser expressas por uma sentença, “(...) todas aquelas que são incompatíveis, supondo que o falante esteja obedecendo ao princípio cooperativo e suas máximas”² (SPERBER & WILSON, 1995, p. 34). E, como suporte ao princípio cooperativo, Grice introduz o conceito de implicaturas (cf. SPERBER & WILSON, 1995, p. 35), visando a tornar a comunicação verbal mais explícita e “explorando suas implicações”.

1. Tradução de: “... a communicator provides evidence of her intention to convey a certain meaning, which is inferred by the audience on the basis of the evidence provided”.

2. Tradução de: “... any that are incompatible with the assumption that the speaker is obeying the co-operative principle and maxims”.

Se refletirmos sobre a proposta de Grice, veremos que se poderia tratar de um cenário ideal, em que haveria cooperação mútua entre falante e ouvinte. Mas o que ocorre é geralmente o contrário: não há cooperação, mas sim, violação das máximas. É aí que surge a TR, mudando esta perspectiva.

Introduzindo o princípio de relevância como alternativa ao princípio cooperativo de Grice (1975), a TR traz plasticidade e flexibilidade à explicação de processos cognitivos e inferenciais. Substituindo o conceito de cooperação mútua e de conhecimento contextual pelos de manifestação mútua e ambiente cognitivo, respectivamente, e postulando a existência de contextos emergentes variáveis regulados por relevância dada no lugar de graus variáveis de relevância num contexto dado, a TR introduz uma noção de contexto estabelecido *online* em oposição a visões tradicionais de contexto como estabelecidos *a priori*³. (ALVES & GONÇALVES, 2003, p. 3, itálicos como no original).

A TR propõe uma junção dos dois modelos, o de código e o inferencial. Parte do pressuposto de que o falante tem um comportamento ostensivo, ou seja, ele deseja comunicar algo e também mostra sua intenção em fazê-lo. O ouvinte, por sua vez, tem um comportamento inferencial, processando a informação intencionada pelo falante. Este comportamento ostensivo-inferencial é guiado pelo princípio de relevância. Através do menor esforço cognitivo possível, tenta-se obter o maior efeito contextual possível. Alves (2001a) resume bem a questão da seguinte forma:

Sperber e Wilson postulam que este processo, direcionado pelo princípio de relevância, atua a partir das interfaces estabelecidas entre um comportamento ostensivo por parte do falante e um comportamento inferencial por parte do ouvinte que, apoiados por manifestação mútua e situados em determinados ambientes cognitivos, geram um efeito contextual capaz de explicar o funcionamento (...) dos processos de comunicação. (...) Em suma, o princípio de relevância possibilita, por intermédio deste comportamento ostensivo-inferencial, que seja alcançado o maior efeito contextual através do menor esforço processual possível. (p. 18)

Neste ponto, seria também interessante salientar que, para Sperber & Wilson, deve-se diferenciar entre dois tipos de codificação linguística: a codificação conceitual e a codificação procedimental. Alves (2001a) esclarece que “as informações codificadas conceitualmente são passíveis de extensão proposicional e veiculam significado conceitual” (p.21), ou seja, são codificações de conteúdo. A codificação conceitual se refere às formas lógicas do enunciado, e pode ser recuperada pela via dedutiva. Por sua vez, as codificações procedimentais, continua Alves, “não podem ser desdobradas em termos inferenciais mas contribuem decisivamente no processamento dos enunciados ao impor-lhes restrições inferenciais” (p.22). Estas restrições inferenciais reduzem o esforço de processamento do receptor, pois as formas proposicionais deste tipo de informação são guiadas pelas chamadas marcas e pistas. Sobre isto, Gutt (2000) diz que “elementos da linguagem podem codificar ‘instruções procedimentais’ que fornecem orientação à audiência sobre como uma expressão tem o objetivo de ser relevante”⁴ (p.175).

3. Tradução de: “By introducing the principle of Relevance as an alternative to Grice’s Cooperative principle (Grice 1975), RT brings plasticity and flexibility into the explanation of cognitive and inferential processes. Replacing the concept of mutual cooperation and background knowledge by, respectively, those of mutual manifestness and cognitive environment and postulating the existence of variable emerging contexts regulated by given relevance in the place of variable degrees of relevance in a given context, RT introduces a notion of context established *online* in opposition to traditional views of context as established *a priori*”.

No contexto da tradução, Alves & Gonçalves (2003) fazem uma importante observação sobre a competência de tradutores no tocante a estas codificações conceituais e procedimentais. Atestam que os “tradutores têm que aprender a manipular conceitual e procedimentalmente a informação codificada de modo a poder identificar as restrições inferenciais inerentes a um enunciado dado”⁵ (p.5).

Chegamos, então, na aplicação da TR aos Estudos da Tradução, seguindo os passos de Gutt (2000). Gutt considera a tradução como sendo uma instância do que chama de uso interpretativo da linguagem, pois a relevância reside no fato de informar ao ouvinte sobre o que alguém “disse, escreveu ou pensou” (cf. p.166). Tomando-se em consideração que a atividade do tradutor gira em torno da interpretação, ligando o texto de partida (de agora em diante, TP) ao texto de chegada (TC, a partir de agora), surge o conceito de semelhança interpretativa, como declara Gutt:

Considerando, mais, que o objetivo principal de enunciados é veicular a gama de suposições que o comunicador pretende veicular, parece razoável definir semelhança interpretativa entre enunciados nos termos de suposições compartilhadas entre as interpretações pretendidas destes enunciados. Uma vez que a gama de suposições que se pretende veicular com um enunciado, consiste de explicaturas e/ou implicaturas, podemos dizer que dois enunciados, ou até mesmo de forma mais geral, dois estímulos ostensivos se assemelham interpretativamente um ao outro na medida em que compartilham suas explicaturas e/ou implicaturas⁶. (GUTT *apud* ALVES & GONÇALVES, 2003, p. 5)

Conforme a TR, um enunciado é composto de explicaturas e implicaturas. As explicaturas corresponderiam à forma proposicional do enunciado e podem ser analisadas quanto ao léxico, à sintaxe e à semântica, perfazendo, assim, o componente linguístico. As implicaturas, por sua vez, seriam as suposições inferidas a partir da explicatura. As inter-relações entre explicaturas e implicaturas são de suma importância para a TR, pois a semelhança interpretativa ocorre quando dois enunciados compartilham explicaturas e implicaturas.

Por conseguinte, no contexto da TR, o que importa não é apenas a comparação das características textuais e semânticas entre TP e TC, mas também, sobretudo, as interpretações que cada texto quis comunicar. Dentro deste quadro, devem-se levar em conta as seguintes atividades: interpretação do enunciado no TP, interpretação do enunciado no TC e avaliação da semelhança entre as duas interpretações (cf. GUTT, 2000, p. 166-167). Esta tarefa fica simplificada para o tradutor, caso seu ambiente cognitivo seja congruente com o do TP. Todavia, se este não for o caso, o tradutor se encontra diante de tarefas adicionais, ou seja, “o tradutor necessitará reconstruir o ambiente cognitivo mutuamente compartilhado pelo comunicador original e sua audiência” e “determinar quais partes daquele ambiente cognitivo mutuamente compartilhado serviram de contexto para a comunicação original”⁷ (p.168).

4. Tradução de: “elements of language can encode ‘processing instructions’ which provide guidance to the audience as to how an expression is intended to be relevant”.

5. Tradução de: “translators have to learn to manipulate conceptually and procedurally encoded information so that they can identify the inferential constraints inherent to a given statement”.

6. Tradução de: “Considering further that the main purpose of utterances is to convey the set of assumptions which the communicator intends to convey, it seems reasonable to define interpretive resemblance between utterances in terms of assumptions shared between the intended interpretations of these utterances. Since the set of assumptions an utterance is intended to convey consists of explicatures and/or implicatures, we can say that two utterances, or even more generally, two ostensive stimuli, interpretively resemble each other to the extent that they share their explicatures and/or implicatures”.

Neste último caso, a TR é de fundamental importância, principalmente quando há uma grande distância de tempo e cultura entre os ambientes cognitivos. Como o tradutor conseguirá, então, inferir as informações desejadas sobre o contexto do TP? Gutt (2000) explica que o fundamento desta possibilidade está no princípio de relevância. Para Gutt, o que importa não é o fato se esta ou aquela condição foram satisfeitas na situação de comunicação do TP, mas se “o comunicador *pensou* que elas foram satisfeitas”⁸ (p.168). E outra ferramenta à disposição do tradutor, na tarefa de identificar o sentido pretendido no TP, são as chamadas pistas comunicativas, que não devem ser confundidas com a identificação e a preservação de propriedades linguísticas do TP.

‘Pistas comunicativas’ são abstrações das propriedades linguísticas reais do texto e podem precisar ser fornecidas por meios linguísticos muito diferentes na língua do receptor. ‘Pistas comunicativas’ só podem ser identificadas por referência ao papel que elas desempenham ao guiar a audiência em direção à interpretação pretendida, e não por simples comparações linguístico-textuais e estruturais⁹. (GUTT, 2000, p. 169-170)

Finalizando este breve comentário teórico a respeito da TR e sua aplicação à atividade tradutória, seria importante fazer um resumo sucinto destas considerações, citando Alves (2001b):

Com base na TR, poder-se-ia dizer, portanto, que o tradutor busca um efeito contextual entre uma forma proposicional 1 na língua de partida e sua provável contrapartida na língua de chegada, qual seja, uma forma proposicional 2. Detona-se, assim, um processo de tomada de decisão. Em outras palavras, o que faz um tradutor decidir-se por uma determinada tradução em favor de outras possíveis alternativas pode ser explicado como o resultado de uma semelhança interpretativa de um grau subjetivamente mais elevado entre a unidade de tradução na língua de partida e uma alternativa favorável na língua de chegada. Para o tradutor, a decisão adotada é aquela que, subjetivamente, possui a semelhança interpretativa mais forte capaz de expressar tanto as explicaturas quanto as implicaturas presentes no texto de partida com a menor perda de significado quando comparada a outras possíveis alternativas. (p.93)

Com base no exposto acima, a aplicação da TR na tradução de textos sagrados parece ser um instrumento capaz de lidar adequadamente com questões até hoje intrigantes para estudiosos e tradutores. Conforme bem atesta Gohn (2001), “a tradução de textos sagrados para línguas diferentes daquelas em que eles foram primeiro escritos apresenta desafios que têm, por séculos, exigido criatividade e habilidade por parte dos tradutores” (p.150). Trabalham com uma língua, com uma cultura e com um contexto bem diferentes do seu e ainda se aventuram num campo que já custou a vida a muitos. Pela TR, a preocupação principal do tradutor não está em *como* expressar o sentido original na língua de chegada (até mesmo porque como, hoje, precisar o *sentido original?*), mas em “decidir quais aspectos do original ele quer comunicar”¹⁰ (GUTT, 2000, p. 172).

7. Tradução de: "the translator needs to reconstruct the cognitive environment mutually shared by the original communicator and his/her audience" e "to determine which parts of that mutually shared cognitive environment served as context for the original communication".

8. Tradução de: “the communicator *thought* they were met”.

9. Tradução de: “‘communicative clues’ are abstractions from the actual linguistic properties of the text and may need to be provided by very different linguistic means in the receptor language. ‘Communicative clues’ can be identified only by reference to the role they play in guiding the audience towards the intended interpretations, not by straightforward structural or text-linguistic comparisons”.

Utilizando, pois, o suporte teórico da TR, veremos a seguir como Martin Buber e Haroldo de Campos derivaram as explicaturas e implicaturas contidas no TP, visando a gerar grande efeito contextual, via semelhança interpretativa, no TC. Não antes de falar um pouco sobre a atividade tradutória de ambos e sobre o texto de partida que, juntamente com as respectivas traduções, vai constituir o corpus deste artigo.

3. *Qohélet e seus tradutores*

3.1. *Qohélet*

Qohélet é um livro inserido no cânon bíblico, fazendo parte tanto dos livros sagrados cristãos quanto judaicos. Sua composição remonta ao século III a.e.c. e está escrito em hebraico. No entanto, há quem defenda a tese de que o texto hebraico tenha sido uma versão do aramaico, língua já falada pelos judeus na época (cf. LÍNDEZ, 1999, p. 63-67). Sua autoria é também controvertida, embora o próprio texto a atribua a Salomão. Durante séculos, a tradição cristã manteve como indiscutível que o autor era aquele indicado no primeiro verso do livro, mas, depois, a partir da análise linguística do hebraico de *Qohélet*, verificou-se que não era mais a mesma língua tal qual falada nos tempos do rei Salomão. A presença de elementos aramaicos no texto aponta para um estágio de evolução do hebraico incompatível com aquele do tempo antigo do rei.

No entanto, não se duvida da canonicidade de *Qohélet*. No cânon judaico, é parte integrante do último grupo de Escritos ou Hagiógrafos nos chamados “cinco rolos” ou *Megillot*: Cântico dos Cânticos, Rut, Lamentações, *Qohélet* ou Eclesiastes, Ester. *Qohélet* é o termo hebraico que significa “aquele que fala perante uma assembléia (*ekklesia*, em grego, donde *Ekklesiastés*), o Pregador; ou o Colecionador de Provérbios; ou, ainda, o Sábio” (CAMPOS, 1991, p. 19, itálicos como no original). Na apresentação de sua tradução, Campos (1991) faz um comentário interessante acerca deste livro sapiencial:

Qohélet (o *Eclesiastes*) é um livro estranho. A um observador moderno, viciosamente inclinado a projetar uma impertinente mirada retroativa sobre o passado – o século III a.C., época em que o livro do Pregador teria sido escrito – seu texto causa um choque. Parece um fragmento insurrecto, imbricado anacronicamente no “cânon” bíblico pelo martelo filosofante de Nietzsche, o pensador do “eterno retorno”, da “vontade do nada” e do “céu-acaso” sobranceiramente disposto acima de todas as coisas. (p.17, itálicos como no original)

Por mais interessante que possa parecer, não cabe aqui, porém, fazer um estudo detalhado do livro, o que envolveria extensas pesquisas a respeito de língua, autoria, datação, estrutura e canonicidade. Convém, antes, expor, também brevemente e em linhas gerais, a agenda tradutória de Campos e Buber.

10. Tradução de: “... to decide what aspects of the original s/he wants to communicate”.

3.2. Haroldo de Campos e *Qohélet*: O-que-Sabe

Oliveira (2000) diz que Haroldo de Campos, ao escolher determinados livros bíblicos para traduzir – em nosso caso, *Qohélet*,

(...) agiu conscientemente, conduzido pelo desafio de evidenciar o embate cultural polifônico latente na codificação dos textos bíblicos e expô-los à língua e à cultura brasileiras e pelo prazer de participar de um jogo de combinações infinitas e, por isso mesmo, instigante, que implica em “hibridismo de línguas, hibridismo de pessoas. Mais ainda, hibridismo de culturas: transculturação de intertextos” (p.185).

Referindo-se a Martin Buber, Campos (1991) esclarece que tentou seguir o princípio de equivalência no plano lexical. Segundo este princípio, deve-se observar o que Buber chama de “Leitwörter” (palavras-guia), “palavras ou sequências de palavras que devem ser transpostas, via de regra, pelos mesmos equivalentes em alemão (princípio da repetição relevante (...))” (p.31). No entanto, Campos reconhece que há exceções a esta regra devido às necessidades de certas passagens, “pois o tradutor está sob uma ‘dupla lei’, a da sua língua e a da língua alheia” (id). Por isto, acrescenta:

Deixei-me livre (...) para atender com certa flutuação, onde necessário, às injunções do texto de minha “transcrição” em português, sempre que o âmbito fonossemântico de minha língua me fosse propício e me sugerisse uma alternativa pertinente e *poeticamente* mais eficaz, no sentido poundiano da operação poética (que, nesses casos, envolve a conjugação de *melopéia* e *logopéia*: as figuras sonoras, por um lado; por outro, a dança interior das palavras, ou, em termos de Jakobson, a “poesia da gramática”) (p.31, itálicos como no original).

Campos procurou hebraizar o português, fato que, segundo ele, não “encerra a ambição desmesurada de reprimar o texto original em sua ‘autenticidade’ perdida” (p.32). Sua intenção é tão somente devolver ao texto sua sonoridade e sua poeticidade, estendendo os horizontes de sua língua e “explorando-lhe as virtualidades ao influxo do texto hebraico” (id.). A sonoridade da língua hebraica (pelo que pôde derivar a partir do texto massorético¹¹) foi de grande importância em muitas de suas opções transcriadoras. “O resultado”, afirma, “deve ser avaliado em termos de sua eficácia na configuração poética da língua de chegada, o português; enquanto produto acabado em meu idioma, portanto, em confronto com as outras versões nele preexistentes” (p.33-34).

Campos, buscando outros exemplos para sua agenda tradutória, cita Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto e Carlos Drummond de Andrade, pois “abeberam-se, todos, na tradição (memória oral do povo) e na inovação paralela; na surpresa ‘consentida’ de efeitos sonoros, lexicais e morfo-sintáticos, frequentes vezes resgatados por revitalização ao arcano das falas populares (...)” (p.34-35). Na tradução de *Qohélet*, procurou preservar o estilo-provérbio, aforismático-reiterativo e “injetar (...) a inflexão oral de expressões como ‘vidente’ (em lugar de ‘ser vivo’) ou ‘feito’ (em lugar de ‘como’), ou mesmo de um coloquial urbano de contornos próximos, correntios” (p.35). Também se preocupou

11. A Bíblia hebraica está redigida numa escrita consonantal, onde as vogais não aparecem. Enquanto o hebraico era uma língua falada, não havia dificuldade em se ler este sistema sem vogais. No entanto, na medida em que o hebraico foi perdendo seu uso cotidiano, foi-se sentindo a necessidade de também se escrever as vogais. Por esta razão, entre os séculos VIII e X e.c., os massoretas, doutores judeus, acrescentaram as vogais ao texto consonantal da Bíblia hebraica.

em manter o “registro irado, o registro irônico, o registro ‘gozoso’ (...), além do registro pragmático, destinado à orientação dos discípulos numa sociedade em transformação” (id.).

Vale, ainda, comentar que, para reproduzir as pausas para respiração (maiores, menores, mínimas), o tradutor fez uso de sinais disjuntivos (§§§ §§ §), a fim de tornar mais nítida “a marcação na página para o olho” (cf. p.28).

3.3. Martin Buber e *Das Buch Versammler*

A convite de uma editora alemã, Buber aceitou fazer, em uma primeira etapa juntamente com Franz Rosenzweig, uma nova tradução do Antigo Testamento, hebraizando o idioma alemão e que não fosse uma tradução cristã como a de Lutero. Rosenzweig afirmava que “quando Lutero investigava o significado do texto hebraico, ele não estava pensando hebraicamente; nem estava, como ele posteriormente o fez ao traduzir o sentido investigado para o alemão, pensando germanicamente; ele estava pensando latinamente” (ROSENZWEIG *apud* OLIVEIRA, 2000, p. 159). Daí surgiu o desafio de fazer uma tradução que recuperasse a beleza e o sabor do texto hebraico, tendo a literalidade à forma como agenda de tradução.

Esta literalidade à forma, nas palavras de Oliveira,

(...) permitiu a Rosenzweig e Buber deixarem transparecer o jogo alusivo – intertextual e intratextual – presente no texto bíblico. Desse modo, o comentário foi inserido em sua tradução, como observou Scholem, ao dizer a Buber que “a tradução de vocês não é meramente uma tradução; sem adicionar uma palavra de explicação *per se*, ela também é um comentário”¹² (p.162, itálicos como no original).

Campos (1991), ao comentar sobre o trabalho de Martin Buber, disse que este também “orientou-se por princípios que visavam a remover a ‘pátina’ das versões tradicionais” (p.30), com o intuito, inclusive, de devolver ao texto sua *Gesprochenheit*, sua oralidade.

Assim como HC¹³, Buber também decidiu colocar marcas no texto em alemão, a fim de sinalizar as pausas para tomada de fôlego. Afirmava que “o original não é o metro, mas a colometria, ou seja, a divisão em unidades [cola], que são, *ao mesmo tempo*, unidades de respiração e de sentido”¹⁴ (Buber, 1997, p. 21, itálicos como no original). Para fazer a marcação, serviu-se da pontuação tradicional e de barras verticais para marcar o fim do verso (|).

Outro princípio perseguido por Buber é o que chama de *emphatische Wiederholung*, “repetição enfática”. Esclarece que não se trata, aqui, de repetição de sons, mas da inter-relação entre dois ou mais trechos através da repetição de palavras e radicais que guiarão o leitor através do texto, e que se elucidam mutuamente. Como já visto acima, é o que chama de *Leitwörter* (cf. id., p. 21). Outra área de pesquisa na tradução, também relacionada ao princípio da repetição, foi a da *Wortwahl*,

12. Vê-se nas palavras de Scholem um eco do que Gutt falou sobre tradução como “uso interpretativo da linguagem”, conforme exposto acima.

13. A partir de agora, exceto em citações, referir-se-á a Haroldo de Campos usando-se a sigla HC.

14. Tradução de: "... das Ursprüngliche ist nicht das Metrum, sondern die Kolometrie, d.h. die Gliederung in Einheiten [Kolen], die zugleich Atemeinheiten und Sinneinheiten sind".

“escolha de palavras”, ou seja, “reproduzir importantes palavras de igual raiz através de outras de igual raiz, para que a relação mútua também ficasse evidente na tradução”¹⁵ (ib., p. 22).

No comentário à tradução do primeiro volume, contendo os cinco livros da Torá, Buber & Rosenzweig (1997) colocam o motivo principal que os levaram a uma nova tradução da Bíblia hebraica: “a descoberta do fato de que os tempos transformaram as escrituras, muitas vezes, em um palimpsesto”¹⁶ (p. 5). O texto inicial estaria encoberto por abstrações de ordem teológica e literária, afastando o leitor atual do espírito do texto primevo.

4. Uma análise, à luz da tr, de Qohélet: O-que-sabe (hc) e Das Buch Versammler (mb¹⁷) como traduções do hebraico

Após a identificação de quais aspectos do TP foram relevantes para os tradutores acima (cf. GUTT, 2000, p. 172), propõe-se uma análise de trechos previamente selecionados, retirados do texto hebraico de *Qohélet*, com o intuito de verificar o grau de semelhança interpretativa nas traduções de HC para o português e de MB para o alemão. As citações em hebraico têm como fonte o texto massorético da 5ª. edição da Bíblia Hebraica Stuttgartensia (1997), de agora em diante apenas BHS. Para os vocábulos consultados quanto ao léxico e à semântica, foram usados os dicionários Kirst et alii (2000) para o hebraico, Duden (2001) e Langenscheidt (2001) para o alemão e Houaiss (2001) para o português. Os comentários sobre as traduções em português e alemão se basearão nos conhecimentos do pesquisador como falante nativo daquele e proficiente neste idioma.

Passemos à análise de dois versos, escolhidos aleatoriamente dentre aqueles que oferecem especial dificuldade ao tradutor.

4.1. Verso 1,2

BHS *havel havâlîm ‘âmar qohélét havel havâlîm hakol hâvél*

HC Névoa de nadas § disse O-que-Sabe §§
névoa de nadas § tudo névoa-nada

MB *Dunst der Dünste, spricht Versammler, Dunst der Dünste,*
alles ist Dunst.

Para esta análise da tradução, torna-se necessário se concentrar na palavra-chave da sentença, em hebraico *havel*, substantivo comum masculino singular no estado constructo com vocalização aramaizante no lugar de *hévél*. O estado constructo é uma espécie de genitivo em hebraico e, por

15. Tradução de: “(...) wichtige wurzelgleiche Worte durch wurzelgleiche wiederzugeben, damit die gegenseitigen Bezogenheiten auch in der Übersetzung offenbar werden”.

16. Tradução de: “(...) Entdeckung der Tatsache, daß die Zeiten die Schrift vielfach in ein Palimpsest verwandelt haben”.

17. A partir de agora, exceto em citações, referir-se-á a Martin Buber por meio de MB.

estar no estado constructo, *havel* está acompanhada de *havâlim*, a mesma palavra, porém no plural e no estado absoluto.

HC traduziu a expressão por “névoa de nada”, visando a resguardar a função aliterante do texto hebraico e combinando “a aceção primeira de ‘vapor’ (névoa) com outra, também material, de ‘insignificância’, ‘ninharia’ (nada, nada)” (CAMPOS, 1991, p. 37), e menciona que, sonora e semanticamente, sua opção lembra o “nonada” de Guimarães Rosa. Há quem entenda a expressão *havel havâlim* por uma onomatopéia: “consequentemente, o sentido da palavra [*hévél*] é aberto”¹⁸ (Seybold *apud* Anderson, 1999:61, palavra entre colchetes minha). “Névoa de nada”, “tudo névoa-nada” recupera, de certa maneira, a aliteração hebraica em “v”. A TR vê nessa tentativa de reprodução da aliteração e com o emprego do vocábulo “nada” um comportamento ostensivo por parte do tradutor, ao tentar ajudar o leitor em seu comportamento inferencial, com o objetivo de alcançar o efeito contextual desejado, ligando “névoa” a “nada”, acentuando seu caráter de “futilidade”, “coisa vã”.

Seria, aqui, importante lembrar que o objetivo de uma tradução, à luz da TR, não é manter as propriedades lexicais e semânticas do TP. O que importa são as interpretações pretendidas pelo tradutor, compartilhando explicaturas e implicaturas, com o mínimo possível de violação das marcas de codificação procedimental e conceitual. Em função disto, atinge-se um grau de semelhança que varia de muito baixo a muito alto. Com a escolha tradutória de HC, a TR entende que as marcas de codificação procedimental foram mantidas: a relação de genitivo, a ordem vocabular, a oração sem verbo; a codificação conceitual, por ser passível de expansão, também foi mantida, pois, levando-se em consideração sua agenda tradutória transcriadora, a TR entende que HC, manipulando o sentido de “vapor” de *hévél*, expandiu seu conceito através de “nada”, o que não constitui uma violação. Por trabalhar com transcrição, HC pode utilizar-se dos desdobramentos conceituais; já os procedimentais não o permitiriam. Por entender-se esta opção estar congruente com sua agenda, poder-se-ia dizer, segundo a perspectiva teórica da TR, que o grau de semelhança interpretativa alcançado foi alto.

MB verteu a passagem por “Dunst der Dünste”. Em alemão, “Dunst” pode ter o mesmo valor que o hebraico *havel*, significando “vapor”. Neste sentido, também em alemão, “Dunst” implica o significado de futilidade, inconsistência, coisa vaga, não se constituindo, então, pela TR, numa violação da marca de codificação conceitual. Ao traduzir o genitivo, MB optou por colocar um artigo definido (“der”, artigo definido genitivo plural) na ligação dos dois substantivos, embora em hebraico a expressão não tenha este artigo. A possível intenção de MB foi manter o sentido da expressão *havel havâlim*, que é de superlativo (como “Cântico dos Cânticos”), uma construção tipicamente hebraica. Para recriar um sentido próximo em alemão, foi preciso ligar as duas palavras por um genitivo que, obrigatoriamente, adquire um caráter definido. Assim, buscando manter a pista comunicativa vista no TP – a noção de superlativo – a TR considera que não houve violação das marcas de codificação procedimental, visto que a estrutura entre as línguas pode ser bem diferente e que mudanças, tais como, p.ex., na ordem vocabular ou no léxico, são, às vezes, necessárias. Importante é manter o mesmo valor de verdade do enunciado que, neste caso, foi observado. O final do verso foi traduzido por “alles ist Dunst”, “tudo é vapor”. MB serviu-se da terceira pessoa

18. Tradução de: “Das Wort besitzt demnach offene Sinnbezirke”.

do singular do verbo “sein” (“ist”) para ligar os termos “alles” e “Dunst”. Este recurso traduz coerentemente o verbo “ser” em hebraico, verbo que não é conjugado no presente. Assim, segundo a TR, também não houve violação de marcas de codificação procedimental e conceitual. Pela perspectiva da TR, a tradução de MB alcançou um alto efeito contextual com uma alta semelhança interpretativa, se for levada em consideração a agenda de MB de retirar a pátina teológica que encobre as Escrituras Sagradas, ao procurar palavras do léxico alemão, cujo significado se aproxime o máximo possível de sua contrapartida em hebraico.

4.2. Verso 3,18

BHS: ‘amarettî ‘anî bilibî ‘al-diberat bine hâ’âdâm

lebârâm ha’elohîm welire’ôt

shehem-behemâh hemma lâhem

HC: Eu disse eu § para o meu coração §§

quanto aos § filhos do homem §§

Elohim § os esmerilha §§§

E que vejam §§

não são mais que animais ademais § não mais

MB: Ich sprach, ich in meinem Herzen:

Um die Sache der Menschensöhne ists,

daß man sie prüfe – Gott –

und daß man sehe, wie sie ein Getier, sie für sich sind. |

O último segmento do versículo hebraico apresenta um jogo de palavras, com repetição de sons e letras, caracterizando uma “quádrupla paronomásia”. Literalmente, temos, palavra por palavra: “que eles animal eles para eles”. *Behemâh* é um substantivo comum feminino singular absoluto e significa “gado”, “animais (quadrúpedes/domésticos/ferozes/de tração e montaria)”. Esta frase nominal apresenta-se de maneira deveras clara na tradução de João Ferreira de Almeida (1993): “e eles vejam que são em si mesmos como os animais”. Campos (1993, p. 105) comenta a respeito da forma hebraica:

Trata-se de um fulgurante fragmento qohelético, engastado numa quádrupla paronomásia, tão eloquente em sua configuração fonossemântica, que por si só reduz a pó as objeções santimoniosas daqueles que negam a existência factual da jakobsoniana “função poética” da linguagem, como se a operação desta indicasse nos textos (e no sagrado, perversamente) alguma pecaminosa propensão ao erotismo verbal, necessitando por isso mesmo de ser esconjurada.

Mais adiante, HC menciona o fato de que “a fulminante sentença d’O-que-Sabe cita, e ao mesmo tempo reverte axiologicamente, a passagem do *Gênese* (I, 28)” (p.105-106, itálico como no original). Lá, Deus dá aos homens recém-criados o poder sobre todos os animais do céu, do mar e da terra. Aqui, coloca-os em pé de igualdade com os animais.

HC procurou reconstruir a múltipla aliteração contida no TP, o que resultou em: “não são mAIS que animAIS ademAIS não mAIS”. O efeito poético alcançado foi grande, sem modificação do valor de verdade do enunciado. Segundo a TR, não houve violação das marcas de codificação conceitual e que, apesar de variação nas marcas de codificação procedimental (p.ex., o singular *behemâh* foi vertido como o plural *animais*), foi atingido um alto efeito contextual com grande semelhança interpretativa. Ademais, a transcrição dos diversos “AIS” revela que o efeito contextual é decorrente de um projeto tradutor deliberado, observando as pistas comunicativas presentes no TP. Este fato contribui para o aumento de semelhança interpretativa. E, além disto, as implicaturas que podem ser inferidas a partir desta explicatura estão coerentes com as imaginadas para o TP: o homem se igualando aos animais.

MB traduziu a passagem por: “wie sie ein Getier, sie für sich sind”. A exemplo do português, também a versão alemã empregou o verbo “sein” (*ser*) na reprodução da frase nominal hebraica, neste caso específico, sem verbo. “Getier” é um substantivo comum neutro singular com o sentido de coletivo, significando “animal, animais”. A expressão “für sich” tem o sentido de “cada qual separadamente, por si só”, o que corresponderia, gramatical e lexicamente, à expressão hebraica *lâhem*. O *lamed* hebraico com sufixo de terceira pessoal masculino plural pode ser entendido aqui como “em relação a, para, a respeito de, como”. A TR entende que a tradução de MB, seguindo estritamente a ordem vocabular em hebraico (à exceção do acréscimo da forma verbal conjugada *sind*), não apresenta nenhuma violação de marcas de codificação conceitual e procedimental, como se depreende do exposto acima. No entanto, um leitor/ouvinte alemão vai necessitar, supostamente, de um esforço cognitivo extra para interpretar o trecho. Quando isto acontece, deve haver, segundo a TR, uma forma de compensação com a produção de efeitos contextuais maiores. Com sua tradução, MB mantém o caráter hermético do TP, ou seja, preserva uma pista comunicativa do TP que é sua obscuridade. O esforço processual extra, demandado na interpretação da mensagem, é compensado por gerar implicaturas congruentes às imaginadas por MB para o TP. Assim sendo, o grau de semelhança interpretativa alcançado é também alto.

5. Conclusão

Foram analisados, neste artigo, trechos traduzidos de uma mesma língua, o hebraico, para duas línguas ocidentais diferentes, o alemão e o português. Vimos que a agenda de ambos os tradutores é praticamente a mesma, ou seja, tentar produzir um TC que mantenha, tanto quanto possível, as características formais do TP. MB ateve-se mais em manter as marcas de codificação procedimental e conceitual do TP, enquanto HC preocupou-se, por sua vez, em “transcriar”, com enfoque no efeito poético. Relevante para MB foi o hebraico, ou seja, a língua de partida. Também o projeto de transcrição de HC não ignora a língua de partida. Destaca, contudo, dentro do contexto pós-colonial, a necessidade de transcriar um original que, dentro da visão de HC, não tem valor soberano enquanto tal.

Aplicou-se, no estudo comparativo das traduções, a Teoria da Relevância, por se acreditar ser este um suporte teórico capaz de avaliar o grau de semelhança interpretativa entre textos linguisticamente diferentes. Foi mencionado no decorrer desta pesquisa que o tradutor manipula as

marcas de codificação conceitual e procedimental presentes no TP, na procura por efeito contextual. Foi igualmente constatado que, quanto maior a violação destas marcas, mais baixo será o efeito contextual gerado, o que implica, conseqüentemente, em semelhança interpretativa mais baixa. A manipulação ocorreu tanto na tradução de HC quanto na de MB, respeitando, no entanto, as marcas de codificação conceitual e procedimental no TP, com a intenção de gerar o efeito desejado.

Neste ponto, é importante esclarecer que a análise aqui efetuada tem limitações de natureza quantitativa e não pretende, em hipótese alguma, generalizar. Trata-se, sim, de um estudo piloto para fins de comprovação de uma hipótese de trabalho a ser investigada em uma dissertação de mestrado.

No que tange aos versos escolhidos neste artigo, talvez seja importante dizer que não se tratou aqui de qualificar uma tradução como boa ou ruim, já que tanto a alemã quanto a brasileira são textos brilhantemente elaborados com grandes propriedades poéticas. Procurou-se, tão só, avaliar o grau de efeito contextual atingido numa e noutra tradução, uma vez que houve manipulação das marcas de codificação. Também não foram tomados trechos descontextualizados; cada passagem foi devidamente estudada, tomando-se em consideração o capítulo qohelético onde está inserida e a intertextualidade com outros capítulos e livros bíblicos.

Finalizando este artigo de aplicação da Teoria da Relevância à tradução de textos sagrados, poderíamos dizer que, apesar da intensa e laboriosa tarefa, pôde-se constatar, sem nenhuma dúvida, o que Gohn (2001:147-148) acertadamente afirma: “o investimento é regamente retribuído em termos de prazer intelectual e, porque não, em termos de modificações na percepção, por parte do pesquisador, de sua própria cultura e da cultura do outro”.

6. Referências

A BÍBLIA SAGRADA. Antigo e Novo Testamento. Trad. João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. 914 p./255 p.

ALVES, Fábio. Teoria da relevância e os estudos da tradução: perspectivas e desdobramentos. In: ALVES, Fábio (org.). **Teoria da relevância & tradução: conceituações e aplicações**. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001a. p. 15-33.

ALVES, Fábio. Relevância em contextos culturalmente marcados: a semelhança interpretativa em pauta. In: ALVES, Fábio (org.). **Teoria da relevância & tradução: conceituações e aplicações**. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001b. p.87-108.

ALVES, Fábio, GONÇALVES, José Luiz V.R. A Relevance Theory Approach to the Investigation of Inferential Processes in Translation. In Alves, F. (ed.), **Triangulating Translation: perspectives in process-oriented research**. Benjamins Translation Library 45. Amsterdã: John Benjamins. 2003. p.3-24.

AUVRAY, Paul. **Bibelhebräisch zum Selbststudium**. Aus dem Franz. übers. von Peter Knauer. 2., verb. Aufl. Paderborn; München; Wien; Zürich: Schöningh, 1999. 288 p.

BIBLIA HEBRAICA STUTTGARTENSIA. Fünfte, verbesserte Auflage. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1997.

BÍBLIA TRADUÇÃO ECUMÊNICA. São Paulo: Loyola, 1994. 2480 p.

BUBER, Martin. **Die Schriftwerke; verdeutscht von Martin Buber gemeinsam mit Franz Rosenzweig**. Gerlingen: Lambert Schneider, 1997.

BUBER, Martin, ROSENZWEIG, Franz. **Die fünf Bücher der Weisung**. 12. Auflage. Gerlingen: Lambert Schneider, 1997.

CAMPOS, Haroldo. **Qohélet/O-que-Sabe: Eclesiastes: poema sapiencial**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1991. 247 p.

_____. **Bere'shith; a cena da origem**. São Paulo: Perspectiva, 1993. 117 p.

DUDEN. **Deutsches Universal Wörterbuch**. 4., neu bearb.erweit.Aufl. Mannheim: Dudenverlag, 2001. 1892 p.

GABEL, John B., WHEELER, Charles B. **A Bíblia como literatura: uma introdução**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993. 263 p.

GOETHE, Johann Wolfgang von. Três trechos sobre tradução. Trad. Rosvitha Friesen Blume. In: HEIDERMANN, Werner (org.). **Clássicos da teoria da tradução: Antologia bilíngue**. Florianópolis: UFSC, Núcleo de tradução, 2001. Vol.1.

GOHN, Carlos. Pesquisas em torno de textos sensíveis: os livros sagrados. In: PAGANO, Adriana Silvina (org.). **Metodologias de pesquisa em tradução**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001. p.147-170.

GUTT, Ernst-August. Issues of Translation Research in the Inferential Paradigm of Communication. In OLOHAN, M. (ed.), **Intercultural Faultlines. Research Models in Translation Studies I. Textual and Cognitive Aspects**. Manchester: St. Jerome, 2000. p. 161-179.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Manaus: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

KIRST, Nelson et al. **Dicionário Hebraico-Português & Aramaico-Português**. 12ª ed. São Leopoldo/Petrópolis: Sinodal/Vozes, 2000. 305 p.

LANGENSCHIEDT. **Taschenwörterbuch; Portugiesisch**. Neubearbeitung. Berlin/ München: Langenscheidt, 2001. 1247 p.

LÍNDEZ, José Vílchez. **Eclesiastes ou Qohélet**. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1999. 510 p.

OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de. **O pensamento tradutório judaico: Franz Rosenzweig em diálogo com Benjamin, Derrida e Haroldo de Campos.** Belo Horizonte, 2000. 213 p. Tese (Doutorado em Letras) - UFMG.

SCHNEIDER, Wolfgang. **Grammatik des biblischen Hebräisch.** 8. Auflage. München: Claudius Verlag, 1993. 301 p.

SPERBER, D., WILSON, D. **Relevance: Communication and Cognition.** Second Edition. Oxford & Cambridge: Blackwell, 1995.

WILSON, D., SPERBER, D. Relevance Theory. In: Horn, L.R. & Ward, G. (eds.). **The Handbook of Pragmatics.** Oxford: Blackwell, p. 607-632, 2004. Disponível na Internet. Acesso em 17.04.2004: www.dan.sperber.com/relevance_theory.htm.

SINGULARIDADE, TRANSGRESSÃO E ÉTICA NA LEGENDAGEM

Carolina Alfaro de Carvalho (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

RESUMO

Este estudo tem por objeto a prática da legendagem, a qual apresenta particularidades que, além de problematizar os limites entre tradução, interpretação e adaptação, evidenciam a todo momento a intervenção singular do tradutor. A partir das características peculiares desta modalidade de tradução e levando em conta discussões recentes no contexto do Pós-estruturalismo e particularmente dos Estudos Descritivos de Tradução, procuraremos examinar a interface entre as diferentes práticas tradutórias, revelar o complexo sistema de relações no qual se inserem esta e outras modalidades de tradução e buscar parâmetros éticos para delimitar interferências necessárias e transgressoras do tradutor.

Palavras-chave: Legendagem, Pós-estruturalismo, Teoria dos Polissistemas, Singularidade, Ética.

ABSTRACT

The object of the present study is the practice of subtitling, which has some particular characteristics that blur the boundaries between translation, interpretation and adaptation, and constantly expose the translator's singular intervention. Based on the particularities of this kind of translation and considering recent discussions in the context of Post-Structuralism and, in particular, Descriptive Translation Studies, we will attempt to examine the interface between different translation practices, to reveal the complex system of relations in which this and other kinds of translation are located, and to search for ethical parameters to separate between the translator's necessary and transgressing interferences.

Keywords: Subtitling, Post-structuralism, Polysystems Theory, Singularity, Ethics.

Introdução

Este trabalho está inserido no movimento crítico atual observado nos Estudos da Linguagem e da Tradução e visa refletir, no âmbito das reflexões pós-estruturalistas, sobre limites entre intervenções necessárias e transgressoras do tradutor, questões éticas e o próprio conceito de “tradução” em contraposição a outras atividades, reflexões estas aliadas a meu interesse pelo estudo da prática de tradução para legendas ou, simplesmente, legendagem.

Esta modalidade de tradução, tão difundida pelo mundo, intensamente praticada no Brasil e com mercados em expansão há muitos anos, porém objeto de um volume tão pequeno de estudos teóricos mais aprofundados, possui características que, como veremos adiante, além de problematizarem a distinção entre tradução, interpretação e adaptação, expõem a interferência do tradutor, sua interpretação do texto original, suas decisões e preferências ao reescrever o texto adequando-o às restrições das legendas e suas projeções com relação ao público-alvo do programa ou filme legendado, o que constitui um rico campo de discussão sobre a intervenção singular do tradutor e aspectos éticos. Vinculando a discussão teórica a uma prática específica, este estudo visa assim evitar o acirramento do descompasso entre essas duas esferas, além de dar sua contribuição à teorização sobre a legendagem.

Tradução audiovisual e legendagem: abordagem teórica

Apesar de praticadas há décadas, as diversas modalidades do que atualmente se tende a englobar sob o nome *tradução de multimídia* ou *tradução audiovisual* têm sido praticamente ignoradas como objeto de estudo até a virada deste século. Entre elas incluem-se a legendagem aberta, a dublagem, o *voice over* e, mais recentemente, a legendagem fechada para surdos (há ainda outras subdivisões, como as apresentadas por GAMBIER [2002]).

Com relação à legendagem, a enorme maioria dos artigos e trabalhos acadêmicos sobre o assunto se restringe ou a descrever as principais características desta atividade, ressaltando as dificuldades que o tradutor deve enfrentar, tais como as restrições temporais e espaciais, ou relatam casos concretos, fazendo observações que, ainda que ajudem a constituir um corpus de estudos nesta área, são de difícil generalização. Há ainda alguns manuais bastante completos elaborados por produtoras especializadas em legendagem, cujo nível de detalhe pode fornecer *insights* interessantes ao pesquisador, mas que são centrados apenas na prática, geralmente buscando obter um certo grau de padronização técnica nos trabalhos de vários tradutores.

A maior parte dos trabalhos mais relevantes sobre o tema foi produzida a partir desta virada de século. As duas principais editoras de obras sobre Estudos de Tradução, a John Benjamins e a St. Jerome, recentemente publicaram números especiais dedicados à tradução audiovisual, respectivamente *(Multi)Media Translation: Concepts, Practices, and Research* (GAMBIER & GOTTLIEB, 2001) e *Screen Translation* (GAMBIER, 2003), incluindo colaborações dos autores mais conhecidos na área. No Brasil, consegui localizar menos de uma dezena de dissertações e teses dedicadas à legendagem - contudo, é bem provável que várias outras estejam sendo concluídas, dado o interesse que este tema vem despertando.

A abordagem teórica que pretendo adotar no meu atual trabalho de pesquisa, que se encontra em desenvolvimento, consiste numa adaptação da Teoria dos Polissistemas, elaborada por Itamar Even-Zohar (1990), de modo a incluir o que chamo de *polissistema cinematográfico*, no qual estariam inseridos os estudos sobre a tradução audiovisual. Pretendo então investigar este polissistema empregando métodos e conceitos dos Estudos Descritivos de Tradução, ainda que sem me prender a esse paradigma a ponto de evitar assumir posicionamentos críticos sempre que considerar necessário, até mesmo porque tenho plena consciência de que não existe uma observação neutra de fatos ou práticas.

Com base no polissistema cultural de Even-Zohar, no qual localiza-se o polissistema literário e, dentro dele, o polissistema de tradução literária, principal objeto de pesquisa dos Estudos Descritivos de Tradução, concebi o polissistema cinematográfico como estando também inserido no polissistema cultural, próximo ao polissistema literário e relacionando-se diretamente com ele, e sendo constituído de modo dinâmico por sistemas internos, envolvendo roteiristas, adaptadores, diretores, atores, produtoras, distribuidoras, agentes de marketing e críticos, entre outros participantes. Dele também faz parte o sistema de tradução audiovisual, que pode envolver alguns dos mesmos agentes responsáveis pela criação e produção de filmes mas também inclui outros bem específicos, como agências de importação e exportação de filmes, produtoras e laboratórios especializados nas diversas modalidades de tradução audiovisual, tradutores e revisores.

A partir deste modelo, são várias as relações e os sistemas que podem ser estudados. Meu foco principal, neste trabalho, é o polissistema de tradução audiovisual e suas relações internas e, particularmente, a legendagem, restringindo progressivamente o escopo até chegar à participação individual de um tradutor idealizado inserido nesse sistema, refletindo sobre suas relações, coerções e decisões a cada situação de tradução.

O polissistema de tradução audiovisual

O polissistema de tradução audiovisual é composto por diversos participantes. Uma situação possível de tradução, que caracterizo com base na minha experiência e na de outros colegas, se daria assim: (i) uma distribuidora multinacional de filmes e programas negocia com uma agência ou distribuidora local a venda ou transmissão de um material a ser exibido ou comercializado num determinado meio — cinema, vídeo, DVD, canal de televisão fechado ou aberto —; (ii) além de outras atividades relacionadas à transmissão ou comercialização desse material, a agência local negocia com uma produtora ou um laboratório a produção local do material, incumbindo este de providenciar o serviço de tradução ou contratando ela mesma um tradutor; (iii) o tradutor contratado recebe o material a ser traduzido e as informações e instruções pertinentes àquele serviço específico, e realiza a tradução; (iv) a tradução pronta é encaminhada à produtora ou ao laboratório para que este faça a edição e a produção necessárias; (v) finalmente é feita uma revisão ou controle de qualidade, o que pode ocorrer na produtora, no laboratório ou mesmo na distribuidora que encomendou o serviço. Uma vez exibido ou comercializado, o produto fica sujeito à apreciação de críticos e espectadores e pode receber críticas diretas, principalmente agora que uma grande parcela dos filmes e programas leva a assinatura do tradutor e/ou da produtora ou laboratório responsáveis pela tradução, e a internet torna muito fácil o acesso a essas pessoas e empresas.

A atividade que mais nos interessa nesse processo é a (iii): a participação do tradutor como agente chave de um sistema no qual deve se relacionar com vários outros integrantes, cada um com objetivos e perspectivas diferentes, lidando com múltiplas pressões, *inputs* e prioridades, além dos seus próprios interesses, desejos e preferências. Idealmente, o tradutor especializado em qualquer modalidade de tradução (inclusive a audiovisual, mas não de forma restrita a ela) deve trazer, como bagagem profissional, um grau razoável de experiência prática e, se possível, alguma carga de estudos teóricos em tradução. Deste modo, uma parcela de suas escolhas será informada por experiências anteriores e contatos com clientes, colegas e professores. Ele também tomará muitas decisões com base em fontes de referência, como ocorre em todo trabalho de tradução: dicionários e glossários, *sites* sobre os mais diversos assuntos, consultas a especialistas e colegas, materiais de cursos, etc.

Já pensando nas diferentes modalidades de tradução audiovisual, no contexto de cada serviço específico, o tradutor também precisará levar em conta as instruções recebidas do seu cliente direto (que pode ser a distribuidora local, a produtora ou o laboratório), muitas vezes listadas na forma de um manual de convenções, regras e preferências a serem respeitadas. No caso de prestar serviços a uma produtora especializada em serviços de tradução audiovisual, isso pode significar que o tradutor talvez precise lidar com um manual de procedimentos e normas elaborado pela produtora, outro com preferências da distribuidora (que é o cliente da produtora) e outro com instruções sobre o meio ou local específico em que aquele material será produzido ou exibido, visto que os parâmetros técnicos, as convenções e algumas normas variam segundo o meio, como veremos adiante — por exemplo, o número máximo de caracteres por linha, o número máximo de caracteres por segundo, a colocação ou não de reticências no fim de uma legenda inconclusa, o uso de aspas e itálico, a liberdade de uso de linguagem chula, convenções sobre abreviaturas, etc. Já adiantando uma colocação sobre ética, em muitos casos esses manuais servem como uma espécie de código de ética profissional específico para esta modalidade — ou “deontologia”, para empregar o termo usado por Gouanvic (2001) para distingui-lo de princípios éticos num sentido mais geral ou filosófico. Respeitar este conjunto de regras, que versa sobre os mais diversos aspectos do trabalho do tradutor, é fundamental para manter uma boa relação com o cliente.

O tradutor precisa lidar ainda com dois subsistemas que estarão diretamente relacionados ao produto final do seu trabalho: por um lado, o seu cliente direto, a produtora, distribuidora ou laboratório que encomendou e pagou pelo serviço, que o revisará e avaliará com base numa série de parâmetros e prioridades de seu interesse — o qual por sua vez muitas vezes também tem um cliente que verificará o trabalho final. Por outro lado, o público espectador, o “consumidor” daquela obra acompanhada de sua tradução, que tem expectativas, preocupações e preferências que nem sempre correspondem às do cliente do tradutor, a começar pelo fato de que, na enorme maioria dos casos, ele não conhece o processo por trás do produto que está consumindo, estando, portanto, alheio aos parâmetros e restrições particulares deste tipo de tradução. Geralmente, o público-alvo das traduções partilha da concepção de tradução do senso comum — o que, no caso da tradução audiovisual, inclusive da legendagem, significa que ele espera que a tradução reproduza fielmente todo o conteúdo do original — e, como afirma Toury (1995b), aceita de boa fé, “*no further questions asked*” (TOURY, 1995b, p. 137), um produto que se apresenta como tradução. É nesta relação que cabem reflexões éticas propriamente ditas: sem poder realizar um trabalho de tradução que

corresponda a todas as expectativas do senso comum e estando restrito pelas particularidades técnicas desta modalidade de tradução, ainda assim o tradutor precisa se esforçar por satisfazer o público consumidor de seu trabalho — que talvez até veja seu nome no fim do filme ou programa —, atendendo minimamente às suas expectativas e oferecendo-lhe o melhor dentro das possibilidades.

Antes de passarmos ao foco final deste trabalho, considerando aspectos da intervenção singular do tradutor no processo de legendagem e levantando algumas questões éticas, vejamos certas particularidades dessa modalidade de tradução.

Particularidades da legendagem

Ainda que as características principais desta modalidade de tradução, tais como as restrições temporais e espaciais, não sejam novidade entre tradutores, apresentarei aqui algumas das particularidades da legendagem nas quais basearei as reflexões teóricas de interesse neste ensaio.

O mero fato de se transcrever um fluxo de fala oral na forma de um texto escrito, ainda que seja na mesma língua, já implica algumas transformações. A segmentação do discurso oral em frases conclusas, a colocação de pontuação e outras decisões gramaticais tendem a ser mais uma questão de interpretação do que fatos objetivos. Além disso, as falas espontâneas incluem hesitações, repetições e uma série de características típicas da linguagem oral que são desnecessárias ou mesmo inadequadas no texto escrito, de modo que, se quisermos produzir um texto escrito fluente, faremos diversos ajustes e correções.

Há, naturalmente, todas as características e dificuldades próprias de qualquer tradução: equivalências vocabulares (e a falta delas), expressões idiomáticas, efeitos estilísticos, diferenças culturais refletidas na língua e minhas próprias opções tradutórias. São várias as estratégias possíveis para lidar com essas questões, mas as restrições técnicas do formato das legendas têm um papel fundamental nas escolhas feitas pelo tradutor.

A primeira grande limitação desta modalidade e a mais evidente é a restrição de tempo e de espaço. Idealmente, a legenda deve permanecer na tela durante o mesmo tempo que durar a fala à qual ela se refere. Como a fala é, na grande maioria dos casos, mais rápida do que a leitura de um texto escrito, o texto apresentado na legenda quase sempre precisará ser menor (muitas vezes, drasticamente menor) do que a transcrição completa da fala. Dependendo do meio utilizado (cinema, VHS, DVD, canais com formatações diferentes), o número ideal de caracteres por segundo calculado para uma leitura confortável varia entre 10 e 16. Além disso, são usadas no máximo duas linhas, não sendo admitida a separação de sílabas entre a primeira e a segunda linha, cuja extensão máxima, dependendo do meio utilizado, varia de 30 a 37 caracteres. A combinação destas restrições técnicas pode exigir, em casos mais extremos, verdadeiros malabarismos para se transmitir a maior quantidade possível de informações com um mínimo de caracteres e aproveitando ao máximo o espaço disponível em cada linha, o que implica ainda mais transformações com relação ao texto original.

Outra particularidade importante é que, visto que as legendas acompanham as falas do filme ou programa, em muitos casos — como no cinema ou numa exibição pública — não há a possibilidade de retroceder o filme para se compreender uma fala não entendida, ao contrário do que geralmente ocorre com outros textos escritos (e, ainda que exista essa possibilidade, como no caso do vídeo e

do DVD, raramente o espectador interrompe a exibição por não ter entendido algo na legenda). Como uma sequência de diálogos não entendidos pode prejudicar consideravelmente a compreensão geral, os tradutores tendem a optar por formas sintáticas e escolhas vocabulares diretas e simples, de preferência com um período completo por legenda, visando uma leitura fluente a ponto de ser o mais inconsciente ou automática possível e rapidamente compreensível, de modo a não prejudicar a apreciação dos sons e imagens. Se considerarmos que a maioria dos espectadores não compreende as falas na língua original, dependendo quase exclusivamente das legendas para compreender os diálogos e devendo fazê-lo de forma rápida e certa, vemos que a clareza das legendas torna-se uma das mais altas prioridades nesta modalidade de tradução. Por isso, a opção pela *aceitabilidade* — um dos termos que estamos tomando emprestados dos Estudos Descritivos de Tradução definido por Toury (1995a) como uma aproximação maior às normas da cultura de chegada, de modo que o texto traduzido seja mais facilmente recebido — é um componente importante do que universalmente se considera uma boa legenda, diferentemente de outras modalidades de tradução, em que a priorização de estratégias de *adequação* ou *aceitabilidade*, nos termos de Toury, ou de *estrangereirização* ou *domesticação*, para usar a nomenclatura de Venuti, tende a ficar mais a critério das preferências ou escolhas de cada tradutor em virtude do contexto de cada tradução que realiza.

É quando damos esse passo além da modalidade mais tradicional de tradução e entramos no campo específico das legendas que surgem controvérsias, a começar por que nome dar a esse procedimento. Para citarmos apenas dois exemplos, Gambier (2002) mostra em seu artigo “Screen Translation: an overview” que a legendagem turva os limites entre tradução e interpretação, entre o código oral e o escrito, e diz que por isso a tradução dentro do campo da multimídia deve ser considerada um novo gênero, denominado e tratado de forma diferente de outras modalidades de tradução. Já Souza (1999), ao longo de toda a sua dissertação de mestrado *A tradução para a preparação de legendas em português para programas televisivos de língua inglesa*, se refere ao profissional como “tradutor/legendador” e ao seu trabalho como “tradução/adaptação”, justificando essa duplicidade de funções com base em discussões de vários teóricos, entre eles Cary e Delabastita (apud SOUZA, 1999, p. 44), que argumentam que essa especialidade não pode ser considerada simplesmente tradução, como as outras modalidades, por precisar ajustar-se a parâmetros espaciais rígidos. Essa duplicidade de tarefas sugere que, enquanto tradutor, o profissional apenas traduziria o texto sem qualquer restrição de formato e, na função de legendador, ele adaptaria o texto traduzido às especificações das legendas — porém, na prática, essa divisão de tarefas não ocorre de forma explícita, sendo realizada simultaneamente pela mesma pessoa.

É claro que há também quem chame essa modalidade de tradução apenas de “tradução”, sem buscar novos termos para ela. Gonçalves (1998) faz isso em sua dissertação sobre processos inferenciais relacionados à priorização de informações na legendagem de filmes, empregando uma definição de tradução suficientemente ampla e focada no processo e não no produto, com base nas propostas de Ernst-August Gutt e Fábio Alves, caracterizando “a essência do processo tradutório intrasemiótico e intralingual” como “a busca e atribuição de semelhança interpretativa entre duas formas proposicionais derivadas de dois sistemas linguísticos distintos” (GONÇALVES, 1998, p. 36). Minha única ressalva a uma definição deste tipo é que talvez ela permita rotular como “tradução” uma ampla gama de atividades, o que vai de encontro ao nosso atual esforço por distinguir a tradução de outras atividades relacionadas.

Eu também sou a favor de não criar um termo novo para este tipo específico de tradução, aproveitando outro conceito que os teóricos descritivistas da tradução adotam com relação à tradução literária, o de “tradução assumida” (*assumed translation*) (TOURY, 1995b), definindo a tradução de um modo mais pragmático e situado, entendendo que ele varia de cultura para cultura segundo a determinação daquele sistema, naquela determinada época, das condições necessárias e suficientes para que um texto seja considerado uma tradução. Em outras palavras, um texto válido para ser estudado como tradução é qualquer um que seja assumido pela cultura em questão como constituindo uma tradução — sobre a qual recaem determinadas expectativas.

Sob essa ótica, se na nossa cultura as legendas são consideradas tradução de forma quase unânime, se há cursos de especialização em tradução que oferecem treinamento em legendagem e se pressupõe que o profissional que faz legendagem é, antes de mais nada, um tradutor, não haveria por que tentar impor um novo termo a essa atividade — mas nada impede que isto venha a acontecer se a maior parte da nossa cultura achar por bem redefini-la. Contudo, o fato de não darmos outra denominação a esta modalidade de tradução não significa que as diversas práticas e especializações tradutórias sejam idênticas ou devam seguir o mesmo conjunto de normas e parâmetros.

Outro ponto que considero instigante é a *visibilidade* das legendas. Se uma opinião bastante generalizada sobre a atividade da tradução é que ela é um mal necessário, a legendagem, apesar de indispensável para a grande maioria dos espectadores, efetivamente atrapalha a visão do filme, inclusive por ser colocada sobre as imagens. Isso enfatiza ainda mais a preocupação em fazê-las “passarem despercebidas” o tanto quanto possível, ajudando os espectadores a compreender os diálogos numa língua estrangeira, mas ao mesmo tempo chamando o mínimo de atenção. Porém, por mais que se almeje a aceitabilidade das legendas, ao contrário da tradução literária a tradução apresentada nesse formato nunca é *invisível*, para empregarmos o termo na acepção usada por Lawrence Venuti (2002). Tanto o original quanto a tradução são expostos simultaneamente ao espectador, que não tem como ignorar a participação do tradutor — o que geralmente não acontece na tradução literária.

São as contradições de uma atividade que envolve visibilidade e desejo de invisibilidade, o alto grau de transformação pelo qual o texto precisa passar e a busca de aceitabilidade de um produto que se pressupõe ser uma tradução, além da participação evidente do tradutor, que nos levam a algumas reflexões finais incluindo práticas, limites, singularidade e ética.

A intervenção singular do tradutor

Um dos pontos sobre os quais tenho grande interesse em refletir por ter sido pouco explorado nos Estudos de Tradução e, a meu ver, constituir uma discussão chave para meus outros interesses nesta área é a intervenção singular do tradutor. Como vimos, o tradutor toma suas decisões em vários níveis ao longo do processo de tradução com base na complexa rede de relações em que está inserido: ele traz sua bagagem acumulada e sempre crescente de reflexões teóricas e experiências práticas, contatos com professores, colegas e clientes; fundamenta escolhas em fontes de referência diversas, segue manuais e instruções dos clientes e infere as expectativas do público-alvo. Contudo, uma parcela desse processo decisório — cuja importância eu não saberia determinar, mas imagino ser

maior do que a maioria dos profissionais gostaria de supor — é em última instância extremamente subjetiva, determinada por um desejo singular e muitas vezes inconsciente do tradutor.

Em seu livro sobre *A singularidade na escrita tradutora*, Frota (2000) desconstrói a dicotomia tradicional sujeito/objeto — que está na base de outras, como *langue/parole* e que faz com que se concebam línguas e falantes de modo independente, um deles tendo total controle sobre o outro de acordo com a perspectiva adotada — através do conceito de *singularidade*, caracterizado pelo entrelaçamento das esferas do real, do simbólico e do imaginário e sobredeterminado por várias forças externas e internas (como o contexto cultural e histórico, os conhecimentos adquiridos e o inconsciente) com as quais é, por assim dizer, mutuamente constitutivo. A partir da análise de casos concretos de traduções, Frota mostra que, diferentemente da maioria dos erros de tradução, as opções tradutórias com um alto grau de singularidade geralmente não “destoam” no contexto daquele texto, não sendo percebidas sem o cotejo com o original e não havendo consenso quanto a serem consideradas certas ou erradas como opções válidas de tradução, por não estarem presas a uma lógica binária. Contudo, ela mostra também que a lógica binária certo/errado, aceitável/inaceitável, fiel/infidel, etc., norteia a avaliação de traduções por críticos, muitos teóricos e pelo público em geral, de modo que opções que evidenciam a singularidade do tradutor seriam, na maioria das vezes, classificadas como um desses pólos e não em termos de uma gama de soluções possíveis que sempre estariam influenciadas por um grande conjunto de fatores.

Se pensarmos nas particularidades da legendagem vistas na seção anterior levando em conta este conceito de singularidade veremos que, na transformação da linguagem oral para a escrita adaptada às restrições espaço-temporais das legendas, é grande a interferência singular do tradutor. Ao parafrasear as falas originais para fazê-las caber no espaço das legendas, é preciso fazer interpretações e muitas vezes estabelecer equivalências um tanto quanto flexíveis. O componente idiossincrático da legendagem fica evidente se pensarmos na infinidade de soluções possíveis e nas informações consideradas menos ou mais relevantes por cada tradutor ao ver-se obrigado a optar por umas em detrimento de outras. O fato de um tradutor dar mais atenção à entonação ou ao ritmo das falas e outro se ater mais ao texto, por exemplo, pode levar a soluções radicalmente diferentes. É claro que decisões variadas entre diferentes tradutores se aplicam a qualquer forma de tradução, mas a meu ver o trabalho com legendagem deixa mais à mostra a singularidade do tradutor, até porque existe sempre a possibilidade de cotejo.

As estratégias de reescrita visando uma leitura rápida, automática e facilmente aceitável das legendas também envolvem decisões muito subjetivas. Além de trabalhar a estrutura sintática e a diagramação da legenda visando facilitar uma leitura “em bloco” da legenda completa, o tradutor também leva em consideração as imagens que estão sendo mostradas naquele momento, o ritmo, volume e entonação da fala — isto é, ele os interpreta — e, frequentemente, tenta fazer uma projeção do que assume ser o espectador idealizado daquele programa ou filme, fazendo pressuposições acerca de seus conhecimentos linguísticos, enciclopédicos e culturais para decidir estratégias de paráfrase, priorização ou omissão de informações.

Para ilustrar esta colocação, vejamos um exemplo retirado da minha tradução de *O filho da noiva* filme argentino dirigido por Juan José Campanella e lançado em 2001. Na cerimônia de

casamento realizada no fim do filme, o homem que se faz passar por padre é na realidade um amigo do filho dos noivos, que é ator. Nervoso ao falar aos noivos, no meio do sermão ele acaba recitando vários versos extraídos de *Martín Fierro*, obra tradicional argentina escrita em uma linguagem que imita o sotaque dos *gauchos* dos pampas. Quando o falso padre termina de recitar os versos, o noivo, um senhor de idade, comenta com seu filho: “Si quería un cura gaucho lo traía a Enrique Muiño.”

Minha primeira tarefa foi recorrer a fontes de referência antes de tomar minhas decisões. Em minha pesquisa, constatei que Enrique Muiño foi ator de vários filmes argentinos na primeira metade do século XX, falecido em 1956, famoso por seus papéis épicos de *gaucho*. Fazendo uma projeção do que eu supus ser o público médio desse filme, considerei essa referência obscura demais para os espectadores brasileiros do canal de TV a cabo que o exibiria, até porque essa fala deveria causar alguma graça. Por outro lado, tive o desejo de transmitir algumas informações sobre o contexto daquela fala, marcando que toda essa sequência fazia referência a algo tipicamente argentino, além de explicar que aquelas legendas rimadas que correspondiam a versos pronunciados com um sotaque bem diferente não estavam ali ao acaso, tendo um significado especial para os argentinos — público principal daquele filme.

Minha legenda para essa fala então ficou assim: “Tirou o casamento / do “Martín Fierro”?”. Neste caso em particular, não resta dúvida: minha legenda *não* é uma tradução da fala correspondente. Num ato extremamente idiossincrático, talvez mesmo transgredindo meu papel de tradutora, eu tomei a decisão de eliminar toda a fala e criar uma legenda que desse uma pista do que estava se passando naquela cena, nos dois segundos que tinha disponíveis.

Exemplos como este levantam problemas bastante relevantes sobre a natureza e os limites desta modalidade de tradução, o grau de liberdade do tradutor ao transformar o texto e, logicamente, questões éticas. Será que fui antiética ao violar meus deveres e direitos implícitos enquanto tradutora e deliberadamente inserir um texto de minha própria criação? É bem possível que sim, principalmente se considerarmos o espectador, que não foi informado sobre isso e tende a assumir que as legendas transmitem fielmente todas as falas do filme. Contudo, a produtora para a qual prestei o serviço e que realiza um rigoroso controle de qualidade aprovou minha tradução sem qualquer ressalva.

Minha justificativa para a decisão que tomei neste caso leva em conta, acima de tudo, a preocupação com os espectadores do filme, elementos importantes na conformação do polissistema do qual participo. Dentro das restrições desta modalidade de tradução, procurei fazer algo semelhante a adicionar uma nota explicativa, incorporada ao próprio texto, a uma informação de difícil compreensão, como tantas vezes fazem os tradutores de literatura. Há sete legendas antes desta, o espectador estava se deparando com versos que pouco têm a ver com o discurso típico de um casamento, e toda a cena culmina com uma fala rápida sobre um ator desconhecido falecido há meio século. A meu ver, uma tradução mais próxima da fala original, mantendo o nome do autor, aumentaria a sensação de deslocamento que eu imaginei que o espectador estaria sentindo e que não era o objetivo do filme.

Cheguei a considerar brevemente a hipótese de substituir os versos do *Martín Fierro* por versos tradicionais brasileiros e criar um comentário equivalente adaptado ao contexto brasileiro,

mas por fim achei melhor dar uma espécie de explicação visando transportar o espectador para a cultura argentina em vez de aniquilar totalmente a referência à outra cultura e pôr versos brasileiros na boca de um padre portenho. Além disso, inferi que a menção a esse ator não seria totalmente óbvia ou não causaria muita graça para o público argentino mais jovem, visto que a fala é pronunciada por um senhor de idade e provavelmente encontraria mais identificação entre a parcela mais velha do público. Então, eu também dediquei minha reescrita a um público mais restrito, mais erudito, capaz de reconhecer a referência à obra *Martín Fierro*. Achei que, se o diretor do filme não viu por bem facilitar a compreensão do público jovem ou sem grandes conhecimentos de cinema antigo argentino, eu também não precisaria assumir a obrigação de simplificar a fala a ponto de garantir que ela fosse plenamente compreendida por todo o público brasileiro, sacrificando assim a referência a uma obra canônica de literatura. Se algum espectador ficasse intrigado demais com essa referência, poderia chegar ao ponto de investigar o que é *Martín Fierro* e aprender um pouco mais sobre a cultura argentina.

Dessa forma, espero ter minimizado minha violência com o texto original ao tentar privilegiar o contexto em que ele ocorre, buscando uma postura ética no sentido reivindicado por Berman (2002): para ele, a tradução antiética é a tradução etnocêntrica, que “sob pretexto de transmissibilidade, opera uma negação sistemática da estranheza da obra estrangeira” (BERMAN, 2002, p. 18), sendo a tradução ética aquela que preserva a marca do estrangeiro. Este argumento também se aproxima da postura defendida por Venuti, oriunda do mesmo movimento do romantismo alemão que Berman resgata (por exemplo, em *Escândalos da tradução* [2002]).

Pensando nos polissistemas, vale destacar que, ainda que minhas inferências subjetivas tenham determinado uma parcela importante das decisões tomadas em todo este processo, não podemos deixar de considerar que meu espectador idealizado, meu cliente, as normas e instruções que recebi, minha bagagem, minhas pesquisas e tantos outros elementos do polissistema cultural no qual estou inserida sem dúvida também pesaram na avaliação das minhas possibilidades. Além disso, ainda que de forma não muito consciente, também comparece minha percepção e meu posicionamento com respeito à própria relação maior entre o polissistema cultural brasileiro e o argentino, que estão a todo momento se definindo mutuamente por meio de pressões externas e da movimentação interna dos polissistemas que os constituem — movimentação essa que se dá em decorrência até mesmo de decisões tradutórias sutis e pontuais como a minha.

Reflexões finais

Uma das conclusões que tiramos deste relato é que, assim como não é possível estabelecer fronteiras nítidas e estáticas entre legendagem, interpretação, adaptação ou mesmo criação — o que não significa que esses conceitos não sejam distintos —, também não é possível discernir claramente aquilo que pertence ao que podemos chamar *social* daquilo que é subjetivo, visto que ambas as esferas trabalham juntas e não podem ser concebidas independentemente uma da outra. De qualquer modo, ainda que não possamos abstrair a singularidade de todos os sistemas externos que influem na sua conformação, o fato é que a legendagem é repleta de singularidade e, por permitir o cotejo, abre as portas para que os espectadores se deparem — quer queiram, quer não — com a intervenção

do tradutor, assim fazendo-os encarar a realidade de qualquer prática tradutória, desmascarando a ilusão de neutralidade, objetividade e transparência que geralmente se deseja quando se pensa em tradução.

Por mais que o tradutor se muna dos mais diversos embasamentos e parâmetros para justificar suas decisões na legendagem, inevitavelmente terão um peso enorme na sua reescrita final as suas preferências estéticas, sintáticas e vocabulares, sua própria impressão e interpretação do filme ou programa, suas inferências sobre os conhecimentos e reflexões dos espectadores e mesmo a participação do seu inconsciente. Serão muitas as ocasiões em que o espectador detectará divergências entre as leituras, preferências, priorizações e opções de reescrita singulares do tradutor e as suas próprias. Nesses casos, ele muito provavelmente aplicará a essas divergências a lógica binária, possivelmente considerando-as erros do tradutor. É por isso que virtualmente todo espectador de programas ou filmes legendados acaba-se tornando crítico de tradução, geralmente considerando-se apto a apontar a solução correta aos tradutores.

Com relação à ética, sou a favor da generalização de parâmetros éticos com base na observação crítica e na reflexão teórica a partir de práticas específicas, visto que a imposição de padrões éticos universais pode levar a conceitos tão amplos e abstratos que dificultem sua aplicação prática em contextos diferentes. Contudo, é preciso tomar cuidado para que não ocorra o oposto, criando-se uma infinidade de éticas tão situadas que impeçam a sua generalização. Fica então como sugestão para um trabalho futuro a reflexão sobre uma ética crítica aplicada à legendagem que conjugue teoria e prática e possa ser utilizada na formação e no apoio de profissionais.

Como foi mencionado, este ensaio é fruto de um trabalho de pesquisa que se encontra em pleno desenvolvimento. Com base no modelo dos polissistemas adaptado à tradução audiovisual, refletimos brevemente sobre questões éticas, a participação singular do tradutor, limites entre intervenções necessárias e transgressoras e o próprio conceito de “tradução”, com foco principalmente na legendagem, e esperamos ter dado uma modesta contribuição ao movimento atual dos estudos de tradução.

Referências

BERMAN, A. (2002 [1984]). **A prova do estrangeiro**. Trad. M.E. Pereira Chanut. São Paulo: EDUSC.

EVEN-ZOHAR, I. (1990). Polysystem Studies. **Poetics Today**, 1:11.

FROTA, M.P. (2000). **A singularidade na escrita tradutora** – linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na linguística e na psicanálise. Campinas/São Paulo: Pontes/FAPESP.

GAMBIER, Y. & GOTTLIEB, H. (Ed.) (2001). **(Multi)Media Translation** – Concepts, practices, and research. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, col. Benjamins Translation Library, v. 34.

GAMBIER, Y. (2002). Screen Translation: an overview. **Tradução e Comunicação**. São Paulo: UNIBERO, n. 11, 93-103.

GAMBIER, Y. (2003). Screen Translation. Edição especial de **The Translator**. Manchester: ST. JEROME, v. 9/2.

GONÇALVES, J.L.V.R. (1998). **Processos inferenciais relacionados à priorização de informações na tradução de legendas de filmes: o redundante e o relevante sob a ótica do Princípio da Relevância**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, mimeo.

GOUANVIC, J.M. (2001). Ethos, Ethics and Translation – Toward a community of desntities. **The Return to Ethics**, ed. A. Pym, **The Translator** v. 7, n. 2: Special Issue. Manchester: St. Jerome, p. 203-212.

SOUZA, M.F.P.S.F. (1999). **A tradução para a preparação de legendas em português para programas televisivos de língua inglesa: estudo de dois casos**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, mimeo.

TOURY, G. (1995a). The Nature and Role of Norms in Translation. In: **Descriptive Translation Studies and Beyond**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, p. 53-69.

_____. (1995b). The Notion of ‘Assumed Translation’ – An Invitation to a New Discussion”. H. Bloemen, E. Hertog & W. Segers (eds.) **Letterlijkheid, Woordelijheid / Literality, Verbality**. Fantom: Antwerpen/Harmelen, p. 135-147.

VENUTI, L. (2002 [1998]). **Escândalos da tradução** – Por uma ética da diferença. Trad. L. Pelegrin, L. Marcelino Villela, M. Dias Esqueda & V. Biondo. São Paulo: EDUSC.

RE-INSCREVER: MOVIMENTOS DE SENTIDOS TRADUZINDO MUNDO

Dina Maria Martins Ferreira (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

RESUMO

Traduzir é re-inscrever, ou seja, provocar e movimentar sentidos. Nesse estudo, vai-se trabalhar com decentramentos de duas naturezas: o movimento de derivação e o de sobreposição. O movimento de derivação estaria para uma expansão do sentido porque rouba atributos de outro sentido, provocando um alargamento do mesmo. O movimento de sobreposição mostra apagamento de sentido, cujos atributos são escamoteados para atender a políticas de representação. Sejam quais forem os movimentos de sentido, o ato linguageiro circula por entre-lugares, em busca de um lugar que atenda ao utilitarismo do momento.

Palavras-chave: Traduzir, Re-inscrição, Deslocamento de Sentido.

ABSTRACT

Translating is reinscribing, which I would call stirring and moving sense. I work with decentralizations of both natures: the derivation and superposition movements. The derivation movement would be in relation to a sense expansion because it steals attributes from another sense, causing a sense broadening. The superposition movement shows the demming of a sense whose attributes are concealed to adjust to representation policies. No matter what the sense movements may be, the act of speaking about something circulate among-places, in search of a place that fulfils the utilitarianism of the moment.

Keywords: Translation, Reinscribing, Sense Displacement.

Enquanto escrevo esse texto, estou construindo uma trama, que, para mim, neste momento, tem apenas uma possibilidade de significado, aquele que lhe atribuo agora. (GRIGOLETTO, 1992, p. 32)

Considerações

Ao tratar a questão de como traduzir sentidos, preocupei-me inicialmente em pensar o que seja traduzir, e optei pela ideia de Romi Bhabha (1998: 26) que postula que traduzir é re-inscrever, o que chamaria, aqui, de provocar sentido no e do mundo. À primeira vista, sentimos o pragmático-político nos cercando, pela própria pompa política que a palavra transmite. Resolvi verificar, tanto na esfera do individual quanto na esfera social, que re-inscrever é deslocar/movimentar sentidos de acordo com o interesse do momento em que são solicitados.

Para elucidar a questão do que estamos entendendo por movimento, iniciamos pelo significado dicionarizado de re-inscrever. O sufixo *-re* já nos permite verificar movimento, já que podemos entendê-lo como algo que se refaz, que se faz de novo. Se verificarmos o sentido de *inscrever* (*inscribere*), podemos atê-lo à ideia de insculpir, entalhar, colocar algo no lugar de outro ou, até um significado da geometria, traçar uma figura dentro da outra. Em todas essas possibilidades, sentimos movimento, de sair de um lugar para outro e de se mexer no próprio lugar. No caso de entalhar e filiados, poderíamos até pensar que não há movimento, já que entalhar, por exemplo, parece algo que se estabelece em um único lugar; há sim, só que em vez de se deslocar de um lugar para outro, há movimento em si mesmo. A ideia de deslocamento já se manifesta no sentido da própria palavra, o que ajuda a confirmar que re-inscrever é deslocar lugar - ou de um lugar para outro, ou no próprio lugar.

Mas o que nos propomos é mostrar o movimento de sentidos que se processam em torno do referente e em que direção certos contextos levam os sentidos. Especificando nossa estrada argumentativa, vamos aqui olhar deslocamento como movimento de atributos constituintes do sentido, que são abocanhados pela situação para alterar/transformá-lo, inscrevendo-os. Assim, o re-inscrever vai ser tratado como movimento que desloca atributos de sentido; enfim, um “processo dinâmico” que consiste no “de-centramento do sentido” (STIEGLER, 2004, p. 1); dizendo em outras palavras, seria uma quebra da fixidez de sentido, já que este se movimenta tanto para um alargamento quanto para uma compressão.

Nominalizo sentido e referente, duas nominalizações separadas, mas comportamentos conjuntos, pois sentido não se linguaja sem referente. Talvez a ideia dessa simbiose possa ser explicada por uma metáfora, inspirada pelo artigo de Rajagopalan “O significado e sua gênese: algumas anotações avulsas”, no livro *O Signo Desconstruído*(1992), quando fala do geocêntrico e do heliocêntrico, a partir da qual digo que sentido e referente são rotações na translação compósita de sujeito, linguagem e mundo. Decodificando a metáfora: rotação é “girar em torno do próprio eixo” (Dicionário CALDAS AULETE, volume V, 1964: 3586) e translação, “ação de mudar uma coisa de um lugar” (*idem*, volume V, 1964:4930). E especificando, diria que sentido e referente se juntam em suas rotações, rotação que vou demonstrar - objeto de nosso trabalho -, mas que não podemos esquecer que estão na translação de sujeito, linguagem e mundo. Ou seja, sentidos giram em torno de seu referente, que por sua vez estão em linguagem, esta também em rotação; como

linguagem está em sujeito, este também se movimenta, e por conseguinte o mundo olhado também gira – aqui o ponto inspirador da metáfora construída em torno de geocentrismo e heliocentrismo. Cada elemento levantado está em rotação, organizados na harmonia da translação, não obstante vamos nos deter na rotação dos sentidos em linguagem. A vontade de estar ratificando a ideia de movimento está para a contínua impressão que temos de que sujeito e linguagem são questões fixas, impressão que as próprias sensações humanas hiperbolizam, já que o olhar para mundo parte do ponto de vista do homem que vê. Esta é uma questão muito discutida no etnocentrismo, mas a reafirmo, porquanto se tem estudado essa questão no plano do sociocultural e penso que também habita o sensível do indivíduo. Ao sentir na pele, parece que esquecemos o espaço e o tempo em que habitamos, e apenas o que estamos sentido é levado em conta. E como exemplo (RAJAGOPALAN, 1992), nada melhor do que a frase – estou vendo o pôr do sol - , o que indica que estou parado, fixo em um centro, vendo o movimento do sol em torno do local onde me assento.

Ao falar de rotação e translação de sujeito, linguagem e mundo, estaríamos levantando várias questões. A que nos detemos nessa discussão é a da metáfora do telescópio de Frege, na qual sujeito se posiciona frente a um telescópio para ‘ver’ o mundo. Telescópio é a linguagem, a primeira lente é o sentido e a segunda, a maior e mais distante do sujeito é o referente. Não é só mundo fora da lente do telescópio que gira, o sujeito e sua lente giram no tempo e espaço do instante em que estão estabelecidos. São muitos movimentos a serem levados em conta, daí a ideia de translação a que proponho.

Nessa metáfora da translação, vale uma colocação elucidativa do que vou apresentar no primeiro corpus: “o sentido é o que define e determina a referência e não o contrário” (RAJAGOPALAN, 1992, p. 41). Como já foi dito anteriormente, o telescópio se compõe de duas lentes, a mais próxima do sujeito constrói o sentido do que vê na segunda lente, o referente; e será o olhar do sujeito que vai moldar em sentido o referente. Logo “só faz sentido falar numa realidade projetada pela linguagem” (RAJAGOPALAN, 1992, p. 41). Dependendo da maneira como o sujeito quer/pode/sabe/deve olhar no telescópio, a primeira lente altera o referente, alteração que não o elimina. Daí, podermos anunciar a sentença de um colega: “já que não posso mudar o referente, mudo o sentido”. Sentença que indica que o sujeito mudou de telescópio, ou mudou de posição frente ao telescópio, ou mudou o foco das lentes. Enfim a translação continua mesmo com a mudança de rotação de seus elementos:

A lente mais distante do observador, isto é, a que se localiza no lado oposto do aparelho se destina a registrar o mundo lá fora. Com efeito, a linguagem é encarada como algo que intermédia entre mente do usuário e o mundo real. Ou seja, é graças a linguagem que o ser humano contempla o mundo (RAJAGOPALAN, 1992, p. 41)

Com tal proposta, escolhemos dois corpora que nos servem de ilustração: uma pequena experiência, vivida sobre um mau cheiro, e uma propaganda que tem como objeto doação ao programa “Fome Zero”. Os dois textos se agregam pela temática do sensorio, no caso: olfato – o mau cheiro - e gustativo – a fome -, este poderíamos nominalizar de não-gustativo, pois quem não come não sente o gosto da comida; trata-se de uma nominalização que não contraria o proposto já que o não-

gosto pode ser entendido como uma forma do gosto. Essa convergência temática vem atender à ideologia que pretendo dar ao texto, ou seja, em qualquer estudo que se faça, mesmo que pretendendo uma clareza da ordem do científico, na qual muitas vezes se separa o sujeito do objeto em prol da clareza, aqui o objeto é sujeito sensório, pois não existe o mau cheiro e a fome se não houver um sujeito que os sinta, e os sujeitos são aqueles do objeto que sentem e aqueles que agora lêem o sentir. Mas mesmo com toda a vontade de organizar o meu objeto de análise – a tradução como re-inscrição -, moldado por sujeitos em discursos, e estando agora, eu, sujeito lendo e re-increvendo o que foi inscrito e re-inscrito, vejo:

o instantâneo de uma linguagem plena, a imagem fixando o que não foi mais do que um ponto de pura passagem: uma linguagem [...] para além do grito mas aquém da brisura que articula e simultaneamente desarticula a unidade imediata do sentido no qual o ser do sujeito não se distingue nem do seu ato nem de seus atributos (DERRIDA, 1999, p. 342).

Se de um lado os corpora escolhidos convergiram pela temática do sensorial, do outro lado, também divergem. A empiria relata o mau cheiro *imprevisível*, e, como diz Aristóteles, é um

sensível *acidental* [...], uma faculdade de sentir, de sofrer alterações por obra de objetos exteriores ou interiores [...] percebido acidentalmente, como acontece quando se percebe o branco ao se perceber que uma pessoa é branca” (*apud* ABBAGNANO, 2000, p. 872-74) (itálico da autora);

e a propaganda vende a não-fome pela fome, cuja percepção é da ordem da *previsibilidade*, ou seja, no programa governamental brasileiro “Fome Zero”, pelo próprio objeto a que se destina – acabar com a fome –, a presença da fome é previsível, tão previsível que nos permite de imediato construir uma semiose da ordem do social, que expõe diferenças de classes.

Movimentos do sentido

Sem nenhuma pretensão teórica vamos designar o ato tradutório, re-inscrição de sentido, como movimentos de duas naturezas (e não as únicas, acredito eu; os dados é que construíram minha argumentação, a velha história de que os dados estão sempre a serviço da teoria e não ao contrário): o movimento de derivação e o de sobreposição. O movimento de derivação estaria para uma expansão do sentido porque ‘rouba’ de outro sentido atributos, ou seja, o sentido de um referente deriva para o sentido de outro referente – sai de um e entra em outro. O movimento de sobreposição mostra um deslocar de sentidos, onde atributos são escondidos, verticalizados – mas não menos deslocados – para atender a políticas de representação.

O movimento de derivação está em uma pequena história do cotidiano, com o devido humor da própria situação vivida:

Eu e alguns colegas estamos retornando de um dia de trabalho. Utilizamos um ônibus para voltar às nossas casas. Ônibus fretado, com banheiro ao fundo. Estou dormindo e os colegas conversando. Agora já semi-acordada, ouço vozes ao fundo. De repente sinto movimentos: alguns tentando abrir as janelas cerradas, cujo

empurra-empurra não alcançava sucesso; e um outro colega retirando algo de sua pasta, no bagageiro acima dos bancos, ao mesmo tempo que reclamava do mal-cheiro. Acordada, então, percebo que realmente havia um cheiro *horrível*, desagradável. Várias pessoas reclamando. Continuando seu movimento, o colega retira de sua pasta um frasco. É um VickVaporUbi!!!!. O bálsamo estava chegando. Os colegas em volta passaram a pasta em suas narinas. Ah! Que cheiro *agradável* de hortelã. Um estudioso da semântica proclama: *já que não podemos mudar o referente mudamos o sentido*. Termina o meu relato empirista.

Na análise desse texto, vamos alargar a noção de traduzir como uma re-inscrição que advém da “usura de palavras” (DERRIDA, 1991). No artigo “Mitologia Branca”, Derrida discorre sobre a “usura” por palavras, uma usura decorrente do excesso de uso e que, provocando “gastura”, revela outra usura, a busca de novos sentidos. Derrida faz uma analogia da linguagem com uma moeda, de modo a mostrar o sensível e o inteligível. Utiliza-se das reentrâncias da moeda, o exergo (local onde se coloca a data) e a efígie (a figura), como a moeda primeira, a que não foi ainda usada e manipulada. A moeda, no seu momento primitivo, mostra-se pelo sensível do tato, percebido por suas reentrâncias, mas de tanto uso essas reentrâncias se gastam, e faz com que fique lisa. A lisura da moeda apaga o seu lado primitivo, o exergo e a efígie, mas de alguma forma mantém o sensível pela representação que ali se estabelece. Essa metáfora é a linguagem, o que nos faz pensar no sujeito que pode captar sentidos pelas representações conferidas ao referente-objeto a que se dirige. Nesse texto, o movimento de atributos se dá pelas palavras *horrível* e *agradável* – *horrível* é um atributo do sentido primitivo de excremento que deriva, que abre espaço, para o atributo *agradável* retirado do VickVaporUbi. O movimento de derivação mostra uma negociação amigável de atributos, na qual estabelecem uma relação de coordenação, trabalhando pelo “acréscimo” e pelo “frutificar” de sentido:

...pode-se decifrar a dupla dimensão da usura: o apagamento por fricção, por esgotamento, por esterilização, é certo, mas também o produto suplementar de um capital, a troca que, longe de perder a entrada, faz *frutificar* a riqueza primitiva, acrescentaria a paga sob a forma de lucros, de *acréscimo* de interesse, de mais-valia linguística, permanecendo as duas histórias do sentido indissociáveis. (DERRIDA, 1991, p. 250) (itálico da autora).

Para ilustrar o movimento de sobreposição, escolhemos a propaganda do “Fome Zero”¹ (anexa), retirada da revista *Contigo*, à época do Natal de 2003, em que pedia doações de R\$1,00 a quem fosse a um Mega Bazar. A ideia de doação está para o preço único, R\$1,00, para cada produto que fosse comprado. A figura é uma modelo, e como tal, magra, vestida com um sexy corpete de brócolis. Os gravetos da verdura rodeiam seu estômago e cintura e a flor do brócolis cobre seus seios, posição de ornamento que acompanha as linhas do corpo feminino. Cabelos compridos, castanhos, olhar sexy, mãos na cintura, demonstram segurança de sua beleza. E junto à imagem o linguístico “MEGA BAZAR – A moda que pode acabar com a fome”.

1. Corpus cedido pela doutoranda Marilda Vasconcelos, PUC-SP, orientadora Prof^a Dr^a Maria Thereza Strôngoli, Núcleo de Pesquisa : Língua, Imaginário e Narratividade- NUPLIN.

O referente de fome se mostra por dois sentidos: fome que fornece beleza e fome-fome do miserável. A fome *na* beleza é gloriosa, o brócolis, verdura inofensiva e que permite a eliminação de possíveis “pneus” de gordura, se enquadra em vestimenta feminina, pois quem se alimenta sistematicamente de brócolis não é gordo; e a fome *na* fome, aquela da feiúra do miserável, que está escondida, apagada pela fome intencional de se tornar bela. O movimento de atributos fome da beleza e fome do miserável não está em relação de coordenação, um subordina outro, de tal ordem que a fome da pobreza se expressa ao fundo da imagem em pequena dimensão com a expressão “acabar com a fome”. A hierarquia não está só no conteúdo, mas também na própria distribuição discursiva – em letra pequena, ao fundo, em cor preta e não colorida. Os atributos do sentido fome se mexem de lugar, um lugar que descentraliza a fome do miserável, que, por princípio, seria o centro do Programa Governamental “Fome Zero”, e centraliza a fome beleza. É na posição de verticalidade, tanto do conteúdo quanto da sintaxe da imagem, que se percebe que um sentido se sobrepõe ao outro. Um paradoxo, talvez, pois como fome mata fome? O deslocamento não se faz mais por colaboração, a negociação entre atributos de sentidos é conflituosa, antagônica. Mas Derrida nos responde: “o *étimo* de um sentido primitivo permanece sempre, ainda que coberto, assinalável” (DERRIDA, 1991, p. 251). O poder se instaura na fome intencional que busca a beleza, mas mesmo assim as bordas, as da fome do miserável, são assinaláveis; o sentido da fome do pobre não é apagado, senão não a teríamos percebido. A fome na beleza está no poder, mas o sentido da fome na pobreza continua assinalável. Classes sociais são expressas, o poder é instaurado, e a usura de palavras impulsiona a inscrição do sentido que exala políticas de representação da ordem das diferenças sociais e do poder de classes. Políticas de representação que falam: uns passam fome por pobreza, outros pagam para passar fome num spa.

Jogos de linguagem e políticas de representação

Retomando a metáfora de rotação dos sentidos, podemos arrolar outros movimentos indicando com isso a complexidade da translação de sujeito, linguagem e mundo e talvez a impossibilidade de se pensar na fixação dos sentidos, na medida em que “a linguagem só nasce verdadeiramente pela disrupção e fratura [...] no instante em que o instantâneo é arrancado à sua imediatez fictícia e reposto em movimento” (DERRIDA, 1999, p. 342)

E é pela sua contínua reposição que podemos aventar outro tipo de movimento, aquele que se pretende organizar por um ponto, no caso, o eixo do sensorial, olfato e paladar. Nessa questão, o sentido pode ser explorado pelo movimento de semelhança e dessemelhança. São duas faces que Derrida (1991) oferece quando descreve o movimento das metáforas. No caso do referente excremento, precisei sair para o exterior de seu sentido, pois o atributo *desagradável* estava incomodando, e buscar outro atributo, o *agradável*, fornecido pelo sentido do referente Vick Vapor Ubi, de modo que pudesse mudar o sentido de excremento. Aí o processo foi por dessemelhança entre odor horrível e odor agradável. E o processo de semelhança ocorreu, porque o movimento exploratório continuou no mesmo campo - o do olfato, as diferenças compartilham o mesmo espaço do olfato. O deslocamento do sentido do referente fome também obedeceu ao mesmo caminho, pois a fome beleza está em dessemelhança com a fome da pobreza, dessemelhança que representa diferenças de

classes, uma que provê e doa com o poder do dinheiro e outra que recebe quando o privilegiado assim o quer. E estão em semelhança porque jogam no patamar do mesmo sensorio, o da fome:

...uma palavra pode ser trocada por qualquer coisa *dessemelhante*: uma ideia; por outro pode ser comparada com qualquer coisa da *mesma* natureza: uma outra palavra (DERRIDA, 1991, p. 258) (itálico da autora)

Qualquer que seja o movimento, a usura das palavras se mostra, por “uma erosão progressiva, de uma perda semântica regular, de um esgotamento ininterrupto do sentido primitivo” (DERRIDA, 1991, p. 255). Enquanto o excremento exige espaço para outros atributos, a fome vai sofrendo erosão, pois a sensação da fome é apagada para adquirir atributos de beleza. Stiegler (2004, p. 1), na conferência de encerramento do Colóquio Internacional Jacques Derrida 2004, nos auxilia também quando diz que o sensível de uma experiência ou “consiste no *alargamento* do sentido” ou pode ser substituído por um “condicionamento arcaizante e *regressivo* da sensibilidade” (tradução e itálico da autora). Sob a perspectiva de Stiegler, o movimento do sentido de excremento estaria para o dilatar, pois deriva, buscando em outro referente um auxílio conciliatório, e o da fome estaria para a regressão do sentido fome, porquanto o sentido da fome estética diminui/comprime a dimensão do que seja a sensação de fome do miserável. O que se percebe é que o objeto de desejo olfativo é o bem-estar e do “Fome Zero” é da ordem do sociopolítico.

E em qualquer movimento, a re-inscrição do sentido revela políticas de representação, pois jogos de linguagem se constroem por interesses do aqui-agora, ou de mudar um cheiro ou de acabar com a fome e assim por diante. No caso do excremento, a negociação entre atributos de sentido foi de cordialidade, pois os sujeitos precisavam em seu telescópio de um sentido ameno para seu referente. Os atributos horrível e agradável entraram em consenso na construção do sentido escatologia, que foi buscar seu elixir. Por outro lado, os sentidos da fome, na elegância e na miséria, se articulam por incompatibilidade, tanto da ordem do político quanto do sensorial, ou seja, a diferença social é sufocada pelo sorriso hegemônico da classe privilegiada que mostra a fome matando a fome. O movimento exploratório dos sentidos, ora de cordialidade, ora de conflito, confirma a dimensão do político na qual se verificam “embates de fronteira acerca da diferença cultural com possibilidade de serem tanto consensuais quanto conflituosos” (BHABHA, 1998, p. 21). As políticas de representação estão não apenas na dimensão das questões sociais, raciais, gêneros, etc, mas também – e acrescento – no bem-estar do dia a dia, pois o cheiro agradável de hortelã atendeu ao interesse comunitário daquele instante. É

na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença [...] o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados (BHABHA, 1998, p. 20)

Conclusão

E concludo perguntando a mim e aos que me leem, se re-inscrever não é também intervir, intervir na rotação dos sentidos, pois traduzir, como diz Derrida, é mais do que *linguisticismo*², porquanto na translação de sujeito, linguagem e mundo é o político que determina as respectivas rotações.

E ousaria dizer que os movimentos rotativos dos sentidos em linguagem, dos sujeitos e do mundo é um movimento do “estar no ‘além’”, como postula Homi Bhabha (1998, p. 27), ou seja, verifica que residir “no além”

é ser parte de um tempo revisionário, um retorno ao presente para redescrever nossa contemporaneidade cultural: reinscrever nossa comunidade humana, histórica; *tocar o futuro em seu lado de cá* [...] Nesse sentido o espaço intermédio “além” torna-se um espaço de intervenção no aqui e no agora.

Então, continuo ousando dizer que o tradutor redescreve em sua contemporaneidade, angustiando-se por entre-lugares. Entre-lugares, porque está movimentando sentidos no presente, que são projetados continuamente para o além, mas que devem retornar ao presente em busca de um lugar. O lugar estabelece o sentido, agora já re-inscrito, mas que não apaga o movimento do reinscrever. Por uma decisão interpretativa, o sentido se instala, mas sempre deixa rastros dos movimentos do além. Identificar sentidos não é dar identidade a palavras, é revisiná-los em seu construto.

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes 2000.
- BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- DERRIDA, J. A mitologia branca. In: **As margens da filosofia**. São Paulo: Papyrus, 1991, p.249-313.
- DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- FREGE, J.G. **Pensadores**. São Paulo: Abril, 1980.
- GRIGOLETTO, M. A desconstrução do signo e a ilusão da trama. In: ARROJO, R.(org.) **O Signo Desconstruído**. São Paulo: Pontes, 1992, p.31-34.
- RAJAGOPALAN, K. O significado e sua gênese: algumas anotações avulsas. In: ARROJO, R. (org.). **O signo desconstruído**. São Paulo: Pontes, 1992.
- STIEGLER, B. **Après-coups, manipulações, ficções, vadios**: as mãos do intelecto. Conferência de encerramento do Colóquio Internacional Derrida 2004, Evento organizado pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Consulado Geral do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Teatro Maison de France, 18 de agosto de 2004.

2. Intervenção de Jacques Derrida, no Colóquio Internacional Jacques Derrida, no Teatro Maison de France, 18 de agosto de 2004, após apresentação de mesa redonda sobre tradução. Argumentou que tradução interlínguas é necessária, mas que não se deve dar a essa questão relevância exagerada, senão se cai em um movimento a que chamou de “linguisticismo”. Diz que tradução é muito mais uma questão política, haja vista as guerras que estão acontecendo ocasionadas pela ineficiência da tradução política.

TRADUÇÃO TÉCNICA E SEUS LIMITES: REFLEXÕES SOBRE LOCALIZAÇÃO DE SOFTWARE E ÉTICA

Gabriela Castelo Branco Ribeiro
(Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

RESUMO

Normalmente menos discutido no âmbito dos estudos pós-estruturalistas, o conceito de "tradução técnica" mostra-se tão frutífero e múltiplo quanto o de outras modalidades. Numa perspectiva funcionalista da Skopostheorie, o original e seu autor perdem importância e questões pragmáticas como a finalidade do texto e seu público-alvo assumem o centro das reflexões. Abre-se, então, um vasto campo para a discussão dos limites da tradução técnica, a formação e as condições de trabalho dos tradutores e sua relação com clientes, especialistas e o público-alvo. Neste trabalho, discuto determinados aspectos éticos de tais relações, mais especificamente no mercado de localização de software.

Palavras-chave: Tradução Técnica, Localização de Software, Pós-estruturalismo, Ética.

ABSTRACT

Although currently not central in poststructuralist studies, the concept of "technical translation" can be as rich and complex as other translation practices. In the perspective of the Skopostheorie, the original text and its author become less important, and pragmatic aspects such as the purpose of the text and its audience gain focus. This view gives room to discussion on technical translation boundaries, translators' education and working conditions, and their relationship with clients, specialists and the audience. In the present paper, I discuss certain ethic aspects of such relations, especially in the localization market.

Keywords: Technical Translation, Software Location, Post-structuralism, Ethics.

Pós-estruturalismo e tradução: questões atuais

No início da fase pós-estruturalista dos estudos da tradução, os esforços se concentravam na valorização da profissão de tradutor, no reconhecimento da atividade tradutória como reconstrução e reescrita do texto, na tentativa de libertar o tradutor do jugo da fidelidade, do papel de mero transpositor entre idiomas, da posição invisível.

Num primeiro momento, essa consciência da atuação direta sobre o texto, da construção de um novo texto, da co-autoria e recriação do original provocou a impressão equivocada de uma “liberdade total”, em que qualquer interpretação seria possível; o tradutor parecia poder tudo com seu texto.

Atualmente, no entanto, como demonstram Anthony Pym e outros autores em *The Return to Ethics* (PYM, 2001), cabe repensar essa liberdade e redefinir limites, buscando a identidade própria da tradução, sem deixar de levar em conta toda a complexidade da prática tradutória discutida no âmbito do pós-estruturalismo.

Um dos aspectos frequentemente presentes nos questionamentos relativos aos limites e à própria identidade da tradução é o papel da ética nesses limites, especialmente nas relações tradutor-autor, tradutor-original, tradutor-editor e talvez mais acentuadamente na relação tradutor-público.

Normalmente tais questionamentos referem-se à tradução literária, como podemos observar em trabalhos recentes como os de Maria Paula Frota (2000), Cristina Rodrigues (2002) e Lauro Amorim (2003). A expectativa do leitor e o compromisso do tradutor em corresponder a essa expectativa são alguns dos principais pontos de reflexão.

Parece-me, então, relevante, refletir sobre tais questões do ponto de vista da minha prática profissional, como tradutora e revisora de materiais de linguagem técnica, especialmente para o mercado de localização. Como se aplicam as questões éticas em relação à tradução técnica? Elas dizem respeito aos mesmos aspectos envolvidos na tradução literária?

O termo “tradução técnica”

Antes de tentar responder a tais questões, cabe fazer algumas considerações sobre o conceito de tradução técnica.

A prática tradutória é comumente dividida em tradução literária, tradução técnica e tradução audiovisual, mas sabemos que cada uma dessas áreas engloba uma série de práticas com características bastante diferentes. A tradução literária pode incluir grandes clássicos da literatura e obras de ficção de consumo, obras atuais e obras das mais variadas épocas, tendo como alvo o público adulto ou o público infantil, e obras dos mais variados gêneros, como teatro, romance, poesia.

A legendagem pode ser realizada para cinema, vídeo, DVD, TV aberta e TV a cabo, por exemplo, envolvendo todas as especificidades de cada mídia e de cada gênero, seja ficção, documentário, animação, telejornais, treinamentos empresariais.

Já a tradução técnica pode ser de áreas de especialidade, como direito, medicina, telecomunicações, informática, energia, entre tantas outras, que por sua vez, são subdivididas em áreas mais específicas, como direito societário, cardiologia ou ortopedia, redes, sistemas de roaming, hardware ou software, petróleo, envolvendo contratos, treinamentos, equipamentos, material de marketing, aplicativos, websites. Esta categoria poderia incluir também a tradução juramentada e a interpretação. Os clientes podem ser empresas de cada setor ou agências de tradução, nacionais ou internacionais, ou ainda editoras, no caso de livros técnicos, para citar apenas alguns exemplos.

Como apresentado por Rodrigues (1991), a tipologia que divide textos em *técnicos* e *literários*, sustentada principalmente por uma possível objetividade no primeiro caso e pela “expressividade individual” e o “estilo” do autor no segundo, é fruto de uma visão de língua como instrumento, em que o significado é inerente à palavra. Segundo a autora, os significados são construídos no discurso, por todos os que participam dele, ou seja, não só o autor, mas também o leitor, as instituições, a sociedade em que o texto é lido e naturalmente o tradutor, entre outros atores.

Por isso, a divisão entre textos técnicos e literários (e, conseqüentemente, entre traduções técnicas e literárias) mostra-se frágil e improcedente. Alguns exemplos citados pela autora são as análises de textos jornalísticos, ditos objetivos e imparciais, mas que em geral refletem interesses econômicos e ideológicos.

Ainda assim, o mercado de tradução adota essa divisão entre traduções literárias e técnicas e tal divisão traz consigo questões cruciais para as reflexões sobre a prática de cada uma dessas modalidades.

O termo “localização”

Feitas essas considerações a respeito da tradução técnica, resta ainda tentar definir o que é “localização”.

Em termos gerais, a localização é um processo de adaptação de um produto de tecnologia para a comercialização em outro país, envolvendo muitas outras tarefas além da tradução do texto propriamente dito.

Apesar de inicialmente aplicar-se somente a software, hoje em dia o termo engloba páginas de internet, produtos multimídia, como CD-ROMs, e aparelhos eletrônicos, como jogos, telefones celulares, aparelhos de CD, DVD, scanner, copiadoras, equipamentos médicos, entre outros.

Muito se tem discutido a respeito da relação entre tradução e localização, como pudemos acompanhar nos debates ocorridos entre 20 e 23 de novembro de 2003 na conferência on-line promovida pelos participantes da lista “Innovations in the training of translators and interpreters”, organizada pelo Intercultural Studies Group, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha, e mediada por Anthony Pym.

Questiona-se se uma é parte da outra, se a localização deveria ser incluída nos currículos dos cursos de formação de tradutores e qual é a relação entre tradução e tecnologia.

As definições variam de acordo com a visão de cada participante sobre o que é tradução e sobre as habilidades e tarefas envolvidas no trabalho (e conseqüentemente na formação) do tradutor.

Na minha prática, entendo a localização como um processo tecnológico e mercadológico abrangente, que tem a tradução como uma de suas etapas. No entanto, essa tradução não pode nem está dissociada do processo: o tradutor precisa compreender onde sua tarefa se insere para realizar a tradução satisfatoriamente. Nas palavras de ESSELINK (2003, minha tradução):

Resumidamente, a localização se trata de combinar linguagem e tecnologia para criar um produto que possa transpor barreiras linguísticas e culturais. Nem mais, nem menos.

Especificamente na área de software, a localização envolve: o software (códigos, executáveis, bibliotecas etc), a ajuda on-line e a documentação, sendo esta última normalmente um guia impresso para os usuários. Além de tradutores, o processo inclui gerentes de projeto (responsáveis pelo orçamento e pela programação), engenheiros (responsáveis pela preparação dos arquivos, pelo processamento em memórias de tradução, pela extração do texto a ser traduzido, pela compilação e pelo teste do software traduzido), linguistas (responsáveis pelo controle de terminologia, pela elaboração de guias de estilo e pelo controle final de qualidade) e editores (responsáveis pela formatação final dos arquivos da documentação impressa).

Exemplos de itens normalmente *localizados* em software vão desde convenções mais simples, relativas a datas e horários (uso ou não de AM/PM, dia/mês/ano ou mês/dia/ano), posição e dados contidos em cabeçalhos de cartas (como nos modelos usados pelo Word) e símbolos de moedas, até questões mais complexas, como leis de direitos autorais e de garantia dos produtos.

O foco desse processo é essencialmente comercial. Na definição de Ferreira (2000):

A tradução passa então a fazer parte de algo muito maior e mais técnico: a localização e a internacionalização de produtos. A localização nada mais é do que o processo de adaptação de um produto para um mercado específico, de forma que ele se torne apropriado linguística e culturalmente para os consumidores alvos.

Assim, não só na localização, mas em grande parte das modalidades de tradução técnica, o autor, o texto original, a estética saem do foco e passa a predominar a função do texto traduzido, a aceitação do produto no mercado consumidor. A tradução é, então, parte de um produto, de um sistema econômico globalizado e passa a ser mais diretamente afetada pelas regras desse sistema, como a confidencialidade sobre inovações tecnológicas e prazo de lançamento do produto (*time-to-market*) do que por questões teóricas e linguísticas intrínsecas ao texto.

Observamos uma contradição: na tradução, atividade em que a linguagem é peça fundamental, as questões técnicas e mercadológicas e os processos de trabalho tornaram-se tão relevantes que as preocupações com o texto propriamente dito foi preterida. Cada vez mais, por questões de prazos, preços praticados, padronizações generalistas e despreparo dos tradutores, vemos textos traduzidos ou localizados mais literais, com traduções incorretas por incompreensão do processo, do assunto ou do texto original.

Ética no mercado de localização

Podemos, agora, retomar as questões que propus: como se aplicam as questões éticas em relação à tradução técnica? Elas dizem respeito aos mesmos aspectos envolvidos na tradução literária?

Um dos pontos fundamentais de diferenciação entre tradução técnica e literária está na relação do tradutor com o autor e com o texto original.

Se, na tradução literária, tradicionalmente acredita-se que a tarefa do tradutor seja reconhecer e conseguir reproduzir em sua língua o estilo e a escrita individual do autor, mantendo a forma da obra original, na tradução técnica, especialmente de manuais de equipamentos, treinamentos e software, a autoria perde importância e o que deve ser preservado é o conteúdo (em oposição à forma).

Na tradução técnica, portanto, predomina o funcionalismo da *Skopostheorie*, em que o autor, o texto original e a cultura de partida perdem importância em relação à **função** do texto traduzido na cultura de chegada. O objetivo é que o texto traduzido cumpra a devida função na cultura de chegada.

Nesse contexto, em que a tradução é entendida como prestação de serviço e faz parte de um sistema econômico, podemos considerar a ética em diversos níveis. Ela ainda pode e deve ser discutida nas relações tradutor-autor e tradutor-leitor, como na tradução literária, mas é na relação tradutor-cliente que ela costuma se fazer mais presente no dia-a-dia de trabalho. Parece prevalecer a *ética da prestação de serviço*, conforme descrita por Andrew Chesterman (2001).

Sem acesso ao autor do original, tendo que lidar com especialistas nas áreas técnicas para compreensão e validação de terminologia e muitas vezes tendo pouca ou nenhuma informação sobre o público-alvo da tradução, temos como única relação real o cliente que contrata o serviço de tradução (normalmente representantes ou revendedores dos produtos no Brasil ou funcionários das áreas de marketing ou treinamento da empresa multinacional que desenvolveu o produto ou ainda agências de tradução que terceirizam o trabalho). É esse cliente quem vai determinar ou aprovar as padronizações a serem seguidas, as adaptações a serem feitas, determinando e limitando, assim, o relacionamento do tradutor com seu texto traduzido.

Passa a ser com o cliente o compromisso ético mais claro: realizar o serviço conforme o combinado, mesmo que isso afete as outras relações (com o autor, com o original, com o leitor).

Cabe aos tradutores, então, perguntarem-se: ferimos a ética em relação ao autor, alterando uma passagem do texto, por exemplo, caso o cliente exija essa alteração? Comprometemos o entendimento do público leitor para cumprir uma exigência do cliente ou para adotar uma tradução determinada por um especialista recomendado pelo cliente? Seja por convicção, medo de perder o cliente ou por simples falta de reflexão sobre o tema, a resposta da maioria parece vir sendo *sim*.

Tão urgente tanto repensar os limites da tradução e a ética nas relações envolvidas na tradução é repensar, principalmente no meio acadêmico, a tradução como uma atividade inserida em um sistema econômico e, portanto, diretamente influenciada por esse sistema. A formação de tradutores

deve levar em consideração o mercado em que esses profissionais irão atuar, como observou a tradutora espanhola Vanessa Enríquez na conferência on-line realizada em novembro de 2003 (minha tradução):

...a teoria da tradução, ou para ser mais precisa, o meio acadêmico em geral, precisa adotar uma perspectiva profissional mais forte a fim de formar uma força de trabalho capaz de dar conta das exigências atuais do mercado. Não devemos esquecer que a maioria de nós vai viver de tradução e, portanto, a consciência sobre os aspectos profissionais tem um papel essencial.

Isso não significa dizer, contudo, que o reconhecimento do aspecto mercadológico, marcadamente pragmático, deva predominar ou relegar a segundo plano as questões teóricas e linguísticas propriamente ditas, como tem acontecido na prática de mercado. As exigências dos clientes são tantas e tão voltadas para prazos e padronizações, os valores pagos são cada vez mais baixos e o despreparo de grande parte dos tradutores é tão gritante que a ideia inicial da localização, de tornar o produto *local*, vem se perdendo em textos cada vez mais literais, artificiais, que propagam, por exemplo, estruturas como uso de gerúndio em títulos, textos repetitivos, padronizações terminológicas artificiais, traduções adotadas de forma generalista (como “dispositivo” para “device”, “revisar” para “review”, “fornecer” para “provide”).

Como sugere ESSELINK (2003), o mercado pode estar sofrendo uma mudança significativa: nos anos noventa, o setor de localização de software tentou transformar tradutores em semi-engenheiros. Agora, estamos observando um movimento no setor de localização de conteúdos (não apenas de software) no sentido de retomar as habilidades linguísticas e promover a simplificação técnica para os tradutores. O foco deve estar no conhecimento linguístico do tradutor e em seu domínio da especialidade técnica sobre a qual decide traduzir e não mais preferencialmente na sua capacidade de lidar com vários formatos de arquivos, ferramentas de tradução ou glossários.

Estamos talvez numa fase de transição entre a era dos “tradutores semi-engenheiros” e essa nova era em que os tradutores poderão voltar a dedicar-se à matéria-prima fundamental da profissão: a língua, o texto, o discurso. No momento, ainda temos que, por um lado, dominar as ferramentas e formatos de arquivos e processos e, por outro lado, voltar ao texto. Mais do que voltar ao texto, é necessário voltar a pensar no público-alvo, no leitor como peça-chave, se não principal, dessa tarefa: afinal, estamos traduzindo para que alguém leia.

Considerações finais

O presente artigo procurou estabelecer algumas relações iniciais entre diferentes campos de estudos da tradução, como pós-estruturalismo e ética, e práticas tradutórias tradicionalmente menos presentes no meio acadêmico, como tradução técnica e, mais especificamente, a localização de software.

Como vimos, tais práticas mostram-se muito frutíferas para discussão de questões textuais, discursivas, bem como sobre os atores e meios envolvidos. Essas questões e suas relações com aspectos como formação, mercado de trabalho e ética têm muito a contribuir para os estudos e para o mercado profissional de tradução.

Referências bibliográficas

AMORIM, Lauro M. **Tradução e adaptação: entre a identidade e a diferença, os limites da transgressão**. São José do Rio Preto, UNESP, Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos, 2003, mimeo.

CHESTERMAN, Andrew. **Proposal for a Hieronymic Oath**. In: *The Return to Ethics – The Translator* v. 7, n. 2: Special Issue. Manchester: St. Jerome, 2001.

ESSELINK, Bert. **A practical guide to software localization**. Philadelphia: John Benjamins North America, 1998.

ESSELINK, Bert. **The evolution of localization**. In: *Guide to Localization, Multilingual Computing and Technology*, 2003.

FERREIRA, GISLEY R. **Os padrões de qualidade na tradução técnica e sua influência na profissionalização dos tradutores**. Monografia do curso de especialização em tradução, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2000.

FROTA, Maria. P. **A singularidade na escrita tradutora – linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na linguística e na psicanálise**. Campinas/São Paulo: Pontes/FAPESP, 2000.

PYM, Anthony. (mediador) **Localization and translator training on-line conference 2003**. (<http://groups.yahoo.com/group/itit/>)

PYM, Anthony. (Ed.) **The Return to Ethics in Translation Studies**. In: *The Return to Ethics – The Translator* v. 7, n. 2: Special Issue. Manchester: St. Jerome, 2001.

RODRIGUES, Cristina C. **Análise das propostas teóricas de tipologias de textos e tradução**. In: *Rev. Stylos*, São José do Rio Preto, 98:11-28, 1991.

RODRIGUES, Cristina C. **A distinção entre adaptação e tradução relativizada: questões de poder e apropriação**. In: *Anais do II Congresso Ibero-Americano de Tradução e Interpretação: “2001: Uma Odisséia na tradução”*, 2002.

TRADUZIR É MESMO MANIPULAR?

Maria Paula Frota (PUC-Rio)

Professora da área de Estudos da Linguagem do Programa de Pós-Graduação em Letras.

RESUMO

Sintonizada com o ideário pós-estruturalista, pressuponho que a fidelidade total é impossível e por isso deve ser criticada. Entretanto proponho revermos o rumo que muitos acabaram por imprimir à idéia de tradução como transformação, radicalizando-a como manipulação. Questiono se o entendimento da tradução como uma escrita criativa ou manipuladora não é igualmente insatisfatório, uma vez que aloca a tradução em um campo de produção textual que foge ao seu campo próprio, provocando efeitos nefastos como o acirramento do desprestígio da tradução junto ao público leitor, situação contra a qual vêm lutando os mesmos proponentes da tradução como manipulação.

Palavras-chave: Tradução, Reescrita, Transformação, Manipulação.

ABSTRACT

Speaking from a post-structuralistic perspective, I assume that total fidelity is impossible and hence must be criticized. Nevertheless, I propose that we reconsider the consequences of radicalizing the idea of translation as transformation, to the point of identifying it with manipulation. I ask whether the understanding of translation as creative or manipulative writing is not equally unsatisfactory, since it locates translation in a field of textual production other than its own, provoking such negative effects as further damaging the prestige of translation among readers, a situation against which the very proponents of translation as manipulation have been fighting.

Keywords: Translation, Rewriting, Transformation, Manipulation.

A proposta deste artigo é a de questionar se não estará havendo, na esfera das teorias de tradução contemporâneas, um relaxamento excessivo dos critérios de identificação do fazer tradutório, o qual vem sendo concebido por muitos como uma reescrita manipuladora e com frequência assimilado a outras formas de reescrita ou mesmo à escrita autoral. Veja-se, a título de exemplo, a citação abaixo:

Sob a luz dessa reescrita, o conceito de tradução é ampliado para incluir imitação, adaptação, citação, pastiche, paródia – todos diferentes modos de reescrita: em resumo, todas as formas de interpretação de trabalhos e discursos. (Godard, 1990: 93, minha tradução)

Àquele questionamento somam-se outros: não estará tamanha flexibilização conceitual da tradução contribuindo para incrementar os equívocos tradicionalmente reinantes entre os leitores e os agentes do mercado? Não estaremos nós, estudiosos da tradução, contribuindo para a manutenção do baixo *status* da atividade tradutória junto ao público, quando um dos pilares centrais do campo disciplinar que conseguimos construir nas últimas décadas consiste justamente no propósito de tirá-la da “marginalidade” e torná-la visível e prestigiada? Não seria o caso de procurarmos identificar alguns traços específicos da tradução de modo a podermos discerni-la de outras formas de reescrita, ainda que entre elas por vezes encontremos características comuns que impedem o estabelecimento de fronteiras absolutamente nítidas e fixas? Não seriam os resultados das pesquisas historiográficas que temos realizado um terreno fértil para, hoje, procurarmos diferenciar a reescrita tradutória de outras reescritas como, por exemplo, os *imitatios* romanos, as que eram feitas na Inglaterra renascentista, na França iluminista, ou no Brasil, seja em nossos folhetins do século dezenove ou em tantos romances estrangeiros aqui reescritos e publicados na primeira metade do século vinte? Por que seguir a proposta de Godard e confundir a tradução com a adaptação ou com a paródia – ou pior, com a noção mais ampla de *reescrita*, que a meu ver compreenderia as demais – em lugar de tê-las como termos e noções distintos, formas distintas de textos derivados?

Tais questões iniciam uma discussão que não deve ser associada a toda uma tradição contra a qual tenho sistematicamente me pronunciado e que vejo como amplamente superada entre os estudiosos de nossa área. Sendo assim, parece-me prudente explicitar minha adesão ao antiessencialismo e a convicção de que a crítica pós-estruturalista já tem hoje entre nós um lastro considerável que permite refletir sobre alguns de seus possíveis entendimentos ou desdobramentos.

Feito esse parêntese, começo por destacar alguns efeitos que a referida flexibilização, a meu ver demasiada, está tendo ou pode vir a ter.

Um deles seria um certo tipo de prática que se apresenta como uma prática tradutória, mas que julgo merecer questionarmos se trata-se mesmo de *tradução*. Refiro-me sobretudo a uma prática que vem sendo exercida por certos tradutores que são também autores ou fundamentalmente teóricos, como é o caso, por exemplo, do conhecido grupo de “tradutoras” feministas. Como elas próprias afirmam, a tradução é usada como espaço de luta político-ideológica e, com esse propósito, são deliberadamente operadas manipulações cuja legitimidade considero questionável – que fique claro: questiono a legitimidade dessas manipulações na medida em que elas se tenham como *traduções* (v. Frota, no prelo).

Questiono essas traduções tanto quanto a suposta tradução da *Ilíada* feita por De la Motte no início do século dezoito, na qual, segundo declaração dele próprio, foram eliminados 12 dos 24 livros do original, e reduzidos os restantes (LEFEVERE, 1992); ou os trabalhos feitos mais recentemente pelo pós-poundiano Robert Lowell, que “traduziu” Mallarmé, V. Hugo, Rimbaud e outros – será que o que fez foram mesmo traduções? Ele declara ter tomado inúmeras liberdades, ter-se apenas baseado nos originais; enxugou, acrescentou, alterou (MILTON, 1993, p. 109).

Um outro efeito da excessiva flexibilização identitária da tradução, o qual me parece um efeito ruim, diz respeito à relação entre a teoria e a prática tradutórias, nesse caso a prática da tradução realizada pelos tradutores profissionais típicos. A teoria e a prática da tradução parecem estar tão afastadas como sempre, embora uma curiosa inversão tenha se dado nessa relação: quando, tradicionalmente, no plano teórico da tradução, predominava um discurso que prescrevia a fidelidade total, abundavam na prática as chamadas traduções criativas (imitações), realizadas livremente por autores famosos; hoje, que temos um discurso teórico majoritariamente, digamos, liberalizante, predomina uma prática caracterizada pela busca de maior fidelidade ao original. Aqui no Brasil, por exemplo, nós estamos assistindo à publicação de uma série de retraduições – veja-se, entre inúmeros outros casos, o romance *Pergunte ao pó*, tradução de *Ask the dust*, de John Fante, primeiramente “traduzido” por Paulo Leminski; a retradução de *For whom the bell tolls*, de Hemingway, anteriormente feita por Monteiro Lobato (v. CAMPOS, 2004); ou a retradução de *The thin man*, de Dashiell Hammett, que também havia sido “traduzido” por Monteiro Lobato (v. MARTINEZ, 2003). Se uso aspas quando me refiro às primeiras “traduções” desses livros, o faço porque nelas foram operados cortes, alterações e acréscimos tão drásticos que o mais adequado seria tê-las como *adaptações*.

A atual tendência literalizante ou fidelizante, por assim dizer, não se restringe ao Brasil, sendo uma tendência generalizada, talvez em consequência da profissionalização dos tradutores (ver p. ex. VENUTI, 2002). O abismo entre a teoria e a prática da tradução é obviamente negativo, e constitui um aspecto muito mencionado pelos estudiosos da área, que a ele se referem sempre insistindo na necessidade de o superarmos. Fica no entanto a questão: será que se vai conseguir isso, quando teorias e práticas caminham em direções tão inversas?

Um terceiro e último efeito da demasiada flexibilização ou hibridização conceitual da atividade tradutória (a partir do qual aprofundarei a presente reflexão) é o de que ela a meu ver dificulta a conquista de uma maior visibilidade e de um maior prestígio da tradução junto à sociedade – seja porque ela impede uma identificação da tradução como uma atividade com características próprias, seja porque ela, quando posta em prática, se distancia por demais da expectativa do leitor, configurando, como se verá, um problema ético importante. E ressalte-se que a conquista dessa visibilidade é algo pelo qual os estudiosos vêm lutando muito. A rigor, os estudiosos da área têm tido como o seu principal alvo, ou no mínimo como um dos seus principais alvos, superar a condição de invisibilidade ou de desprestígio da tradução. Dentre os estudos de tradução desenvolvidos nas últimas décadas, dificilmente encontramos algum que deixe de se referir à “marginalidade” social da atividade tradutória e dos tradutores. Eles vêm procurando identificar as causas dessa situação e, através da desconstrução destas, vêm buscando formas de tornar a tradução visível e prestigiada, de tornar reconhecidas a relevância e a complexidade do trabalho do tradutor.

Um motivo central dessa invisibilidade, como sabemos, é a ideia de que o texto traduzido é, e tem tudo para ser, uma representação especular do texto original. Os teóricos vêm mostrando e justificando a impossibilidade dessa representação, e, através de argumentos que envolvem as inevitáveis diferenças linguísticas e culturais ou a frequente opacidade dos textos, vêm defendendo a necessária intervenção do tradutor, este sobredeterminado por injunções históricas, valores culturais, desejos inconscientes. Em poucas palavras, os teóricos da tradução vêm afirmando que traduzir implica *transformar* e que seria muito bom que o público soubesse disso – “público” aí inclui não só os leitores de textos traduzidos, como também os críticos e resenhistas de traduções, os próprios clientes dos tradutores e até mesmo alguns tradutores.

A invisibilidade e a marginalidade sociais da tradução parecem desde sempre constituir um fato, em qualquer lugar do mundo, e, quanto ao esforço teórico para vencer essa situação, ele se insere no que se pode chamar de virada pós-estruturalista nos estudos da tradução, de modo que nós, estudiosos da área, já o presenciamos desde a década de 1970 e, de forma estrondosa, desde os anos 80. É importante lembrar que até que se desse essa virada pós-estruturalista na teoria, o que aí predominava era a mesma crença que é até hoje vigente entre o público, a crença na possibilidade de a tradução refletir fielmente o original. É verdade que no campo teórico essa crença já vinha sendo lenta mas inexoravelmente abalada, desde o século 19, em particular pelas teses filosóficas sobre a linguagem desenvolvidas por Humboldt e seus discípulos, as quais mostravam o relativismo linguístico atrelado às diferenças culturais. Mas essas teses, que acabaram por gerar o impasse expresso no adágio tradutor-traidor, não deixaram de enfrentar uma oposição majoritária na área, a qual insistia na possibilidade da equivalência de sentido entre os textos de partida e de chegada, ainda que para isso se tivesse de recorrer a estratégias mais trabalhosas. Ou seja, foi mesmo o pensamento pós-estruturalista, avançando na tese humboldtiana e a ela somando outras tantas teorias multidisciplinares, que resolveu aquele impasse que denegria a tradução como uma atividade traidora, impossível ou ilegítima, mostrando-a como uma atividade necessariamente *transformadora*.

Essa forma de conceber a tradução como transformação se inspirou em várias fontes, mas ela tem um vínculo direto com a afirmação feita por Jacques Derrida em 1968, numa entrevista a Julia Kristeva, de que “seria necessário substituir a noção de tradução pela de *transformação*: uma transformação regulada de uma língua por uma outra, de um texto por um outro” (DERRIDA, 2001, p. 26).

Nessa atmosfera teórica, os estudiosos começaram a minar as fronteiras entre o texto original e o traduzido, encampando a morte do Autor efetuada por Roland Barthes, rejeitando a noção de origem/originalidade, desconstruindo a ideia de intenção e aderindo à visão de que é na leitura que se constituem os sentidos. Houve com isso um apagamento dos limites conceituais entre autor e tradutor, entre tradução e outras formas de (re)escrita, como por exemplo a adaptação. Começou-se a reivindicar para o tradutor o *status* de co-autor ou mesmo de autor. O foco tradicionalmente centrado no universo de partida, tido como o parâmetro para a produção e a avaliação de qualquer tradução, foi deslocado para o universo de chegada, com a proposição, pelos teóricos, de que as traduções deveriam sintonizar-se com as normas da cultura de chegada, buscando construir um

texto aceitável, fluente e funcional. Esvaziados os espaços tradicionalmente ocupados pelo autor, pelo original e seu contexto, e pelos significados desse autor contidos no seu texto, passam a ocupá-los – conforme a nova postura teórica – o tradutor como produtor de significados e todas as circunstâncias socioculturais e ideológicas que sobredeterminam a sua interpretação, já que, como se enfatiza, não há possibilidade de haver uma leitura neutra.

A tradução passa a ser compreendida como *manipulação*. Os conhecidos André Lefevere e Susan Bassnett dizem o seguinte no prefácio de todos os livros que integram a série Translation Studies, publicada pela Routledge:

Toda reescrita, qualquer que seja sua intenção, reflete uma certa ideologia e uma poética e, enquanto tal, manipula a literatura, de modo a que ela funcione, em uma dada sociedade, de determinada maneira. Uma reescrita é uma manipulação, feita a serviço do poder (v. p. ex. Lefevere, 1992: vii; minha tradução).

Vários são os conceitos e teorias que favorecem a assimilação da tradução a outras práticas de (re)escrita. Para a *Skopostheorie* e demais abordagens funcionalistas, a

produção de um texto é uma ação que também visa a um objetivo: que o texto “funcione” da melhor forma possível na situação e nas condições previstas. [...] O que está em jogo é a capacidade de funcionamento do *translatum* (o resultado da translação) numa determinada situação, e não a transferência linguística com a maior “fidelidade” possível a um texto de partida (Reiss e Vermeer, *apud* Rosas, 2002: 45).

Como escreveu Rosas (2002), “formula-se a ‘regra do escopo’ como regra principal de uma teoria da translação: *uma ação é determinada por sua finalidade (está em função de sua finalidade)* – vale dizer, em tradução o fim justifica os meios” (p. 47).

Entre os descritivistas também encontramos uma reflexão que valoriza o universo de chegada em detrimento do de partida, assim incentivando um relaxamento excessivo nos critérios de aceitabilidade do texto traduzido. Segundo esses estudiosos, a produção de traduções deve ter em vista as normas vigentes no sistema receptor e os interesses editoriais:

As traduções seriam, assim, fatos culturais cuja forma é influenciada em grande medida pelas normas vigentes na cultura de chegada. Omissões, acréscimos, atualizações, [...] entre muitos outros exemplos, são opções tradutórias que teriam uma relação muito próxima com as normas ou tendências que influenciam a realização de uma tradução em uma determinada época, em uma certa cultura. (AMORIM, 2003: 53)

A noção de tradução presumida (*assumed translation*), concebida por Gideon Toury,

contrapõe-se a esquemas de definição *a priori*, uma vez que levaria em consideração não um conjunto de traços que se supõem inerentes à tradução, mas toda e qualquer obra que seja apresentada ao público *como* tradução. (AMORIM, 2003: 54)

O que considero problemático é exatamente essa ausência de uma definição de tradução estabelecida *a priori* que possa reger a sua realização. É claro que interesses culturais e também comerciais podem estabelecer a necessidade de se produzirem reescritas que operem cortes e alterações drásticas no texto original, mas, nesses casos, a meu ver, esses textos, por razões éticas, devem ser apresentados ao público leitor como adaptações e não como traduções. Há casos, como a já mencionada “tradução” de *The thin man*, feita por Monteiro Lobato, em que são surpreendentes as manipulações operadas de modo ao texto de chegada obedecer a critérios editoriais não só relativos à linguagem como também à extensão do texto. Em seu projeto de publicar uma série de romances traduzidos que contribuíssem para desenvolver no Brasil um mercado de massa para livros, foi estabelecido um determinado número de páginas ao qual as traduções deveriam se adequar, ainda que para isso dezenas de páginas do texto de partida tivessem de ser amputadas (MARTINEZ, 2003).

Se, como lemos em Amorim, o público acaba por aceitar como tradução qualquer reescrita que seja publicada *como* obra traduzida, seja ela uma adaptação ou mesmo uma pseudotradução, isso ocorre porque ele só tem acesso ao produto que lhe é apresentado como tradução, desconhecendo todo o processo manipulatório envolvido em sua produção. Como já dito, a maioria dos leitores crê ingenuamente na possibilidade de as traduções serem representações especulares dos originais. Sabemos que não é possível oferecer-lhes isso, mas há que haver limites entre as transformações inevitáveis e portanto inerentes a toda tradução e manipulações deliberadas que extrapolam as fronteiras do que normalmente se concebe como tradução. O próprio Toury, já referido, afirma que “quando um texto é oferecido como uma tradução, ele é prontamente aceito como tal, de boa fé, sem mais perguntas. Entre outras coisas, essa é a razão pela qual as traduções fictícias se passam facilmente como traduções genuínas” (*apud* AMORIM, 2003: 59). Pergunto se tais conceitos e teorias não estarão dando aval a trair-se a boa fé dos leitores, a que se lhes vendam “gato por lebre”, na medida em que assumem uma posição favorável ao deslizamento ou alargamento irrestritos de fronteiras conceituais da tradução.

Em palestra recente, Kanavillil Rajagopalan mostrou como a concepção essencialista da tradução acaba por apoiar, involuntariamente, as terríveis manipulações políticas que vêm sendo realizadas, por exemplo nos textos referentes às guerras no Afeganistão e no Iraque. Ele tem razão, mas pergunto se não se está franqueando a tradução a essas manipulações quando se afirma que traduzir é isso mesmo, é manipular. Repito que estou me referindo a uma manipulação violenta e deliberada e não a uma intervenção necessária ou mesmo inconsciente, inevitável do tradutor.

A visão da tradução como manipulação – ou seja, como escrita de um novo texto que, com novos objetivos e funções e interesses, desconsidera de modo significativo o texto original – a meu ver nos mantém na velha dicotomia tradução literal / tradução criativa (ou imitação). Assim pensando, conluo com a pergunta: será que não é chegada a hora, uma vez que já desconstruído o ideal inatingível da tradução totalmente fiel ou literal e todos os seus pressupostos, de desconstruirmos a noção de tradução criativa e os seus respectivos pressupostos? Como já se disse, será que não matamos o Autor e colocamos em seu lugar um Tradutor que também precisa ser morto?

Referências

- AMORIM, Lauro Maia (2003). **Tradução e adaptação**: entre a identidade e a diferença, os limites da transgressão. Dissertação de mestrado, São José do Rio Preto: IBILCE, UNESP.
- CAMPOS, Giovana C. (2004). For whom the bell tolls, **de Ernest Hemingway, e suas traduções no contexto brasileiro**. Dissertação de mestrado inédita, área de Teoria da Literatura, UFJF.
- DERRIDA, Jacques (2001 [1972]). **Posições**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica.
- FROTA, Maria Paula (2004, no prelo). **Tradução e ética**. Trabalho apresentado no III Ciati, Unibero, 2004.
- GODARD, Barbara (1990). Theorizing feminist discourse/translation. S. Bassnett & A. Lefevere (orgs.). **Translation, history and culture**. London: Pinter.
- LEFEVERE, André (1992). **Translation, rewriting & the manipulation of literary fame**. London & New York: Routledge.
- MARTINEZ, Sabrina Lopes (2003). **Monteiro Lobato: tradutor ou co-autor?**. Monografia inédita, curso de Especialização em Tradução, Rio de Janeiro: PUC.
- MILTON, John (1993). **O poder da tradução**. São Paulo: Ars Poetica.
- ROSAS, Marta (2002). **Tradução de humor: transcriando piadas**. Rio de Janeiro: Lucerna.
- VENUTI, Lawrence (2002). The difference that translation makes: the translator's unconscious. A. Riccardi (org.). **Translation studies: perspectives on an emerging discipline**. Cambridge University Press.

NEM PRECISÃO FIXA NEM DESLIZAMENTO CONTÍNUO: A GRAMÁTICA WITTGENSTEINIANA COMO ALTERNATIVA À POLARIZAÇÃO FIDELIDADE VS. *DIFFÉRANCE* NOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Paulo Oliveira (Unicamp)¹

RESUMO

A desconstrução da noção tradicional de sentido imanente deu novo alento a uma área antes marcada pelo negativismo das "infidelidades", mas nem sempre soube responder à acusação de que leva à negação de quaisquer critérios de qualidade. Proponho aqui que uma abordagem inspirada no "segundo" Wittgenstein possibilita dissolver esse impasse. Para tanto, discuto a noção derridiana de *différance*, tendo por horizonte a gramática wittgensteiniana, e proponho que essa última é perfeitamente compatível com abordagens sociológicas da tradução, em cujas bases não está, de modo algum, uma visão necessariamente essencialista de linguagem, como sugerem críticas recentes a tais abordagens.

Palabras clave: Desconstrução, Wittgenstein, Abordagens Sociológicas.

ABSTRACT

The deconstruction of the "immanent meaning" notion has given a new breath to an area traditionally marked by the negativism of the "infidelities", but it hasn't always known how to face the accusation of leading to the denegation of any quality criteria. The "second" Wittgenstein can help us to dissolve this impasse. For this sake, I discuss the derridian notion of *différance* from the viewpoint of Wittgenstein's grammar, considering this latter perfectly compatible with sociological approaches in translation theory, which by no means have to base upon an essentialist understanding of language, as some critics have recently suggested.

Keywords: Deconstruction, Wittgenstein, Sociological Approaches.

1. Sigo aqui a dinâmica do texto oral apresentado em 2004 no Encontro da ABRAPT em Fortaleza, desconsiderando discussões paralelas e o aprofundamento de algumas questões mais complexas. Para uma versão que contemple tais aspectos, vide Oliveira (2005). Retomo o tema geral da visada wittgensteiniana como alternativa tanto à tradição como à desconstrução em Oliveira (2007), a partir de uma diferenciação mais fina do alcance do próprio conceito de *tradução* nas diferentes fases da obra do filósofo austríaco.

Traduzir é ser fiel a um texto original, cujo sentido remete às intenções explícitas de seu autor? Ou traduzir é modificar, transformar, manipular esse texto, cujo sentido – já no original – não é fixo nem redutível às intenções do autor? Qualquer que seja a resposta dada a essas perguntas (que, na discussão contemporânea, refletem linhas de investigação claramente definidas e aparentemente irreconciliáveis), partiremos sempre do princípio de que o conceito de *tradução* traz em seu bojo a ideia de *repetição* – seja ela do “mesmo” ou já com uma necessária “transformação”.

“Repetir” pressupõe “igualdade”? Esse o tema de uma polêmica da década de 70 entre os filósofos John Searle e Jacques Derrida, com grande repercussão em nossa área (cf. ARROJO e RAJAGOPALAN, 1992a-c, dentre outros). Pergunta análoga já se fazia Ludwig Wittgenstein muito antes, em suas *Investigações Filosóficas*: “Quem um dia após outro promete: ‘Amanhã irei visitá-lo’, diz todo dia a mesma coisa ou diz cada dia algo diferente?” (§ 226). É certo que a indagação de Wittgenstein se dá num contexto bem diverso daquele da polêmica Searle / Derrida. Mas também é certo, para ficarmos com uma expressão do filósofo austríaco, que as questões propostas apresentam, no mínimo, uma clara relação de “semelhança de família”. Por esse motivo, proponho aqui um breve exercício especulativo, em busca de um divisor de águas que permita apontar a proximidade ou distância entre os três filósofos.

À pergunta de Wittgenstein, suponho que Searle responderia que *sim*, a pessoa em questão diz sempre “a mesma coisa”. Isso porque, para Searle, “repetição pressupõe igualdade” (1977, p. 207). Neste caso específico, Searle talvez distinguísse o conteúdo semântico das implicações pragmáticas, propugnando a combinação de um “núcleo de sentido” com variações de intencionalidade.

A resposta de Derrida seria provavelmente mais complexa, por envolver uma afirmação e uma negação que afetam o próprio “núcleo semântico” – ou melhor, sua ausência. Segundo Derrida, para que um determinado elemento de linguagem funcione, “uma certa identidade consigo desse elemento (marca, signo etc.) deve permitir seu reconhecimento e repetição” (1991, p. 22). Por outro lado, essa identidade seria também e “paradoxalmente a divisão ou dissociação consigo” (ibid.). Isso porque, ainda segundo Derrida, uma característica intrínseca do signo fônico – aquela que permite a criação de um grafema – é a “iterabilidade”, a “possibilidade de ser repetido na ausência, não apenas de seu ‘referente’, (...) mas na ausência de um significado determinado ou da intenção de significação atual, como de qualquer intenção de comunicação presente” (ibid.).

No balanço entre o *sim* e o *não* de Derrida, predomina a negação, o campo da “diferença” e “transformação” característico do pós-estruturalismo. Já o provável *sim* (“semântico”) de Searle o colocaria claramente ao lado dos teóricos da tradução que se orientam pela noção tradicional de “fidelidade” – na medida em que, nessa tradição, caberia ao tradutor resgatar não apenas o “núcleo semântico” que permite a repetição, como também suas variações pragmáticas, objetiváveis na intenção do falante (que repete a cada dia a mesma promessa não cumprida).

A resposta de Wittgenstein, por sua vez, encontra-se no aforismo seguinte das *Investigações*: “Teria sentido dizer: ‘Se ele [aquele que promete] fizesse cada vez algo diferente, não diríamos que segue uma regra’? Isso não tem *nenhum* sentido” (§ 227). À guisa de contextualização, retenhamos que Wittgenstein dialoga aqui com um interlocutor mentalista, para quem a repetição do ato pressupõe

o mesmo itinerário psicológico, a mesma *intenção*, enfim. Para Wittgenstein, pelo contrário, o que determinada se houve *repetição*, ou se seguimos uma *regra*, não é a *intenção* do falante, nem uma pretensa *descrição exaustiva* do enunciado (sua “referência”, ou seu “núcleo semântico”), mas sim uma *convenção* social (cf. (§ 241) que atinge até mesmo o próprio conceito de *identidade* (cf. §§ 215-217) e leva à rocha dura das *convicções* (cf. § 211, 217). Recolocando a questão, podemos afirmar que, para ele, é possível repetir algo sem que se esteja fazendo necessária e exatamente a “mesma” coisa: basta que essa repetição se configure como comportamento *regulado*, não-aleatório, dentro de determinada *forma de vida* (cf. GLOCK, 1997, p. 1973-1978). Simplificando um pouco, podemos afirmar que toda a atividade filosófica do “segundo” Wittgenstein foi dedicada a combater, a fazer a *terapia* justamente daquelas generalizações indevidas da concepção referencialista de linguagem que traça distinções nítidas e irrevogáveis entre o lógico e o empírico, entre o semântico/transcendental e o pragmático/contingente etc. Nesse sentido, Wittgenstein está distante de Searle e próximo de Derrida, com quem partilha uma postura anti-essencialista que, de resto, pode ser considerada característica comum ao amplo leque de autores que convencionamos aglutinar sob o rótulo de “pós-estruturalistas”.

Mas o anti-essencialismo de Wittgenstein é muito diferente daquele de Derrida. É certo que ambos denunciam os impasses da filosofia tradicional, o primeiro ao desfazer as *confusões conceituais* e o segundo ao praticar a *desconstrução* dos conceitos tradicionais. Também é certo que nenhum deles se propõe a formular uma nova *teoria* de base transcendental-metafísica. Mas a ênfase de cada um recai sobre aspectos distintos: enquanto a desconstrução se preocupa em expor as *aporias* do discurso universalista unificador, apontando para o caráter *regional* de qualquer critério, Wittgenstein pratica uma *terapia* que também passa pela diversidade dos pontos de vistas, porém sem questionar a *validade* do critério pelo simples fato de ser ele necessariamente regional. Por isso, a recorrência do *paradoxo* no discurso da desconstrução, como no trecho de Derrida citado acima – em contraponto à insistência de Wittgenstein de que *não há segredo* na linguagem, onde os critérios são *públicos*, identificáveis através das *práticas* aceitas como válidas (ainda que convencionais).

Para além das concepções básicas de signo na desconstrução derridiana ou na terapia wittgensteiniana, interessa-nos investigar que implicações elas podem ter para nossa compreensão do processo tradutório. Na vertente pós-estruturalista dos estudos da tradução, predomina uma visão de anti-essencialismo claramente tributária a Derrida e à hipótese do deslizamento contínuo do sentido, implicada na noção de *différance* (cf. OTTONI [2000] para um exemplo emblemático dessa visão). Ainda que tenha contribuído decisivamente para abalar o discurso negativista da área, centrado em contabilidades de “perdas”, denúncias de “infidelidades” e questões correlatas, essa perspectiva nem sempre oferece argumentos convincentes para justificar a adoção de critérios de pertinência e/ou qualidade na prática tradutória. Creio que isso ocorre, pelo menos em parte, em função de certas dificuldade da própria noção de *différance*, que discuto agora – de forma necessariamente abreviada – numa perspectiva informada pela *gramática* wittgensteiniana.

É notório o papel fundamental da *différance* no projeto derridiano de desconstrução do que se designou *metafísica da presença*, ou *fonologocentrismo*. Tributária de Saussure, a *différance* radicaliza a ideia de que na língua não existem senão “diferenças puras, sem termos positivos”, ao

mesmo tempo em que supera a distinção *sincronia* vs. *diacronia* do mestre de Genebra (cf. DAVIS, 2001, p. 12-13). O jogo contínuo de oposições implicado na *différance* traz em seu bojo, como fatores indissociáveis, espaçamento e temporalização (cf. *Glossário*, p. 24). O primeiro aspecto remete àquilo que Wittgenstein chama de *autonomia da linguagem* (i.e. a independência de seu funcionamento face a um sistema de referência externo) e ficará, por ora, fora de nossa discussão². Do segundo aspecto, deixarei de lado a questão da “regressão infinita” implicada na temporalidade intra-sistêmica (cf. DAVIS, *ibid.*). Interessa-me antes destacar a noção de *significado* subjacente à *différance*, e sua ligação com a tradição que Derrida se propõe a desconstruir – a saber, o conceito de *eidós* como portador de um significado pleno, transcendental e indissociável da presença, na voz do falante (vide, p.ex., DERRIDA, 1973, p. 22).

Por ser resultado de espaçamento e temporalidade, na ótica da *différance*, o conceito significado nunca está presente de forma plena, fazendo-se necessário que “um intervalo o separe daquilo que ele não é para que ele seja ele próprio” (cf. *Glossário*, *ibid.*; DERRIDA, 1968, p. 51). Em outras palavras, “o sentido de um signo ou enunciado é separado de si a cada novo uso, ele é deslocado (*déplacé*)”, pois nada garante que ele realizará a mesma síntese com seu substrato expressivo *após* ter passado pelo hiato da iteração (cf. FRANK, 1984, p. 206-207; cf. também FRANK, 1993).

Reside aqui o núcleo do problema a ser destacado. Para que tal noção de recontextualização funcione, precisamos pensar esse sentido (ou significado) “não pleno” em termos bastante *exatos*, caso contrário ele não seria susceptível a alterações mínimas de contexto. Ora, tal sentido que “escapa”, que se dá na fluidez do contínuo temporal, pertence ao domínio da *vivência* (*Erlebnis*) – das sensações imediatas, enfim. A questão é saber se, ao negar “plenitude” a esse sentido imediato (com base no argumento de que ele não tem “poder de síntese” [cf. *Glossário*, *ibid.*]), nega-se a ele também a inteligibilidade, restaurando precisamente a “oposição fundadora da metafísica” que se queria combater, a saber, a distinção entre o *sensível* e o *inteligível* (*ibid.*: 22). Não sendo tal restauração o que está em jogo na *différance*, devemos aceitar, portanto, a premissa de que esse sentido imediato é mais do que uma simples “sensação”, e que ele é, a cada momento, um sentido “exato” (porque susceptível às mínimas alterações contextuais) – ainda que não “pleno”.

Abrindo um pouco o foco, podemos então perguntar se um conceito, para ser “conceito”, precisa mesmo ser “exato”, como postulam a tradição filosófica e o primeiro Wittgenstein, na esteira de Frege (cf. MORENO 2005c; *Tractatus* 4.122 e seg.: *Investigações* § 72-73). Sabe-se que a opção de Derrida é por operar *com* as noções tradicionais, *de dentro* do sistema para nele provocar *fissuras* e *delimitação*. É isso o que explica, em parte, a recorrência da oposição *traduzibilidade* vs. *intraduzibilidade* na obra de Derrida – sendo ambos os termos tomados em seu sentido tradicional (cf. DAVIS, 2001, p. 17). A *différance* não escapa a essa regra, na medida em que parte das noções de *exato* e *pleno* para contestá-las a seguir, não podendo, no entanto, ser pensada sem recurso a essas noções – mesmo que de forma não-explicita. Já o itinerário da *terapia* é outro: se para o

2. Retenhamos, no entanto, dois pontos de aparente divergência. O primeiro é que Wittgenstein, ao mesmo tempo em que reafirma a autonomia da linguagem, investiga constantemente sua ligação com o mundo/real (vide, p.ex., *Dictées*: Wittgenstein, 1997: 110-113). O segundo é a importância atribuída pelo filósofo austríaco à dimensão analógica da linguagem, cuja expressão mais notória é talvez o conceito de *semelhança de família* (cf. Glock, 1997: 324-328).

“segundo” Wittgenstein o sentido se constitui na linguagem e em seu inter-relacionamento com a *formas de vida* (cf. GLOCK, 1997, p. 126-128), o conceito “exato” é logicamente *posterior* ao “vago” (cf. *Investigações* § 68-69; MORENO, 2005a, p. 53). Por esse motivo, uma sensação, uma vivência pode ser perfeitamente inteligível, ainda que vaga, inexata, inapreensível *tal qual* por uma fenomenologia ou uma “linguagem fenomenológica” (cf. WITTGENSTEIN, 1929, 1997, p. 159-172; MORENO 2005b-c). Mas há, ainda, uma dificuldade adicional, colocada pelo próprio estilo argumentativo da desconstrução. Em sua discussão da *iterabilidade* do signo, Derrida argumenta que “a possibilidade estrutural de ser cortada do referente ou do significado” parece “fazer de toda marca (...) a *restância* [*restance*] não-presente de uma marca diferencial cortada de sua pretensa ‘produção’ ou origem” (1991, p. 22). Derrida não fornece, no entanto, nenhuma explicação adicional sobre qual seria a natureza dessa *restância*, desse algo que permanece a ponto de permitir a identificação de um “mesmo”, que também é um “outro”.

Estamos aqui novamente diante de nossa questão inicial, a saber, da relação entre “repetição” e “igualdade”. Já mencionamos que, para Wittgenstein, o que decide se uma “regra” foi seguida, se houve “repetição”, não é a recorrência de um “mesmo”, não é a possibilidade de se resgatar a plenitude de uma intencionalidade (ou estado mental), nem uma descrição exaustiva (de um “núcleo semântico”), mas antes uma “prática social” (cf. GLOCK, 1997, p. 317). Isso porque, nos termos de um célebre aforismo das *Investigações*, “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (§ 43). Do uso recorrente de um signo ou enunciado, em situações análogas, emerge a *gramática* do conceito, que, nesse sentido é um produto da *experiência* (*Erfahrung*) – experiência essa que é tributária da forma de organização do mundo pela linguagem, i.e. das *formas de vida* (cf. *Investigações*, §§ 206-7 e seg.).

Na medida em que a *gramática* organiza *a priori* as diferentes vivências (*Erlebnisse*), que em seu conjunto passam a constituir uma experiência (*Erfahrung*), podemos até dizer que há alguma similaridade entre a terapia filosófica de Wittgenstein e a *différance* derridiana. Mas também há, como vimos, diferenças significativas, cujas maiores implicações para nossa área talvez estejam no foco principal, ou na ênfase maior de cada filósofo. Nos dois casos, estamos diante de sistemas abertos, cujo fechamento é apenas virtual. Ocorre que, em Derrida, a ênfase recai sobre o não fechamento, o deslizamento contínuo, a “rede cuja tessitura será impossível interromper” (cf. *Glossário*, *ibid.*). Já Wittgenstein enfatiza a possibilidade de fechamento, ainda que virtual ou provisório, exercida continuamente na *práxis* da linguagem. Em ambos os casos, o *contexto* exerce um papel crucial na determinação ou indeterminação do sentido. Jonathan Culler (1983) lembra-nos que “*meaning is context-bound, but context is bondless*”. Lendo-se tal aforismo sob a perspectiva da desconstrução, a ênfase recai sobre o fato de que sempre poderá haver uma mudança de contexto que altere o significado de um signo, de um enunciado, texto, discurso etc. Abordando-se o mesmo aforismo numa perspectiva wittgensteiniana, a ênfase recai sobre o fato de que, se o contexto for insuficiente para determinar o sentido de um signo, enunciado etc., poder-se-á sempre ampliá-lo até que se chegue a *critérios suficientes* para uma determinação – que não será definitiva nem necessária, mas precisamente o *suficiente* para equacionar as necessidades pragmáticas em questão, naquela situação específica, sem cair em absoluto nalguma espécie de subjetivismo qualquer. Posto que toda decisão, inclusive e sobretudo no caso da tradução, é tomada *sempre* num dado contexto, a visão wittgensteiniana parece-me ser mais produtiva para nossa área, principalmente quando o

que estiver em jogo não for uma reflexão mais abstrata, de cunho epistemológico, mas sim trabalhos concretos de tradução, definições de critérios de adequação ou qualidade, e outras questões do gênero. Nesse sentido, tendo a concordar com a postura de Venuti (1995, p. 115, *apud* SIQUEIRA, 2002, p. 69; FROTA, 2000, p. 81), sem necessariamente segui-lo em todos seus pressupostos sobre a linguagem e os preceitos teóricos sobre tradução daí derivados.

Voltemos a nosso exemplo inicial, da pessoa que promete reiteradamente nos visitar, mas nunca o faz. Como reajo a tal promessa? Num primeiro momento, estarei preparado para a visita, ficarei em casa, quem sabe vou até arrumá-la para estar mais apresentável quando a visita chegar. Depois de algum tempo, ficarei em casa, mas já com uma expectativa menor, talvez nem arrume a casa para receber a visita: se ela chegar, ótimo; caso contrário, também não será surpresa. Passado mais tempo ouvindo a promessa da visita que nunca se concretiza, passarei a me preocupar menos ainda, talvez até saia de casa sem deixar aviso, como o Arnesto do samba de Adoniram Barbosa. Nesse momento, já terei mudado radicalmente meu *critério* de ação face à promessa de visita: saberei que o que está por trás do enunciado não é de fato uma *promessa*, cuja gramática pressupõe a *expectativa* de que seja cumprida, mas sim algo diferente, talvez uma *desculpa* de alguém que se sente em falta comigo, um *despiste*, ou algo do gênero. Quem trabalha com relações interculturais conhece bem a situação. Se dissermos a um estrangeiro, suíço ou alemão, por exemplo, “passa lá em casa”, ele provavelmente pedirá para confirmarmos dia e hora, para marcar na agenda. Um brasileiro não faria necessariamente o mesmo, reagindo antes, talvez, com um “tá bem”, “claro” etc. – e não viria necessariamente nos visitar. Tampouco pediria meu número de telefone se eu lhe dissesse “me liga”, ambos sabendo que ele não tem meu número de telefone – e que não tenho grande interesse em sua ligação. Em todos esses casos, não há como definir *a priori* quando ocorrerá uma mudança no *modo de agir* das pessoas envolvidas, não há uma resposta *única* nem *definitiva*. Mas haverá certamente *critérios de pertinência* para justificar as decisões, no sentido de entender uma promessa como algo a ser cumprido, de fato, ou apenas uma desculpa, um despiste, uma frase feita etc. Ou seja, o contexto nos fornecerá sempre algum elemento para a *necessária* tomada de decisão, para *agir*, enfim – mesmo que depois cheguemos eventualmente à conclusão de que a decisão poderia /deveria ter sido outra.

Se a adequação é contextual, se ela depende das *formas de vida* em jogo, não há como se estabelecer um critério absoluto, imutável. Por esse motivo, não há também como se estabelecer a tradução ideal de um texto, no sentido de que fosse “fiel” às intenções do original e também “definitiva”, válida de uma vez por todas. Isso, por outro lado, não nos isenta da necessidade de descrever os critérios de adequação e pertinência dentro de determinados contextos – históricos, políticos, linguísticos, culturais etc. Tal descrição, no entanto, não tem mais um caráter *epistemológico*, não lhe cabe indagar insistentemente sobre a concepção de linguagem por detrás de cada critério tradutório apresentado. O critério cumprirá seu papel mesmo que não possa ser justificado por uma cadeia de *razões*. A questão de cunho filosófico é que *há* um critério, e que esse critério é *público*, estabelecido em conformidade com a *forma de vida* em questão, ou seja, ele é radicalmente *convencional* (cf. GLOCK, 1997, p. 317-318). Por esse motivo, a descrição dos critérios é antes de natureza *sociológica*: trata-se de estudar as *formas de vida* em questão e verificar quais critérios são aplicados como elementos norteadores das decisões.

Nesse sentido, não vejo incompatibilidade entre o programa de trabalho daquelas abordagem que se inserem na chamada *virada cultural* nos estudos da tradução (cf. BASSNET & LEFEVERE, 1990), representada por autores como André Lefevere e Gideon Toury, dentre outros, e uma concepção radicalmente anti-essencialista de linguagem. Compreendo que tais abordagens são não apenas *compatíveis* com uma visão anti-essencialista de linguagem, mas também *complementares* à discussão de cunho filosófico sobre a natureza da linguagem, tal como a efetuada no âmbito das abordagens pós-estruturalistas. Por esse motivo, creio que temos mais a perder do que a ganhar quando tentamos abordar propostas que se querem *descritivas*, de cunho antes *sociológico*, sob o prisma de uma discussão eminentemente *epistemológica*. Não proponho com isso que sejam assumidos plenamente todos os pressupostos de tais abordagens, até porque eles podem ser lidos, *de maneira produtiva*, sob um prisma anti-essencialista, até quando aparentarem o contrário. O que devemos evitar é a confusão conceitual entre a dimensão filosófica, epistemológica, e a dimensão descritiva, sociológica, de uma mesma abordagem.

Na discussão contemporânea em nossa área, resta por vezes a impressão de que, no intuito de detectarmos resquícios da chamada “visão tradicional” nos autores discutidos, tomamos seus enunciados descritivos ou programáticos por afirmações filosóficas, ou – talvez mais provável – os taxamos genericamente de “tradicionais”, ou “logocêntricos”, por não identificar em sua postura um anti-essencialismo à maneira de Derrida, quando eles talvez comunguem algum outro tipo de anti-essencialismo, até mesmo à maneira de Wittgenstein. Por economia, fiquemos com os autores já mencionados, lembrando que as categorias utilizadas por Lefevere (1990, 1992a, 1992b) são de cunho eminentemente *sociológico* e – como registra Genzler (1993, p. 129) – que na teoria dos polissistemas desenvolvida por Toury (1980, p. 18) recorre-se, explicitamente, à noção de “semelhança de família” de Wittgenstein, para com elas questionar exatamente aquelas concepções tradicionais de original e tradução como textos estáveis que as abordagens pós-estruturalistas tanto criticam.

Reduzindo ainda mais o foco, tomemos dois casos discutidos por Lefevere. O primeiro guarda certa semelhança com nosso exemplo da promessa, e de como nosso *agir* diante dela pode mudar ao longo do tempo. No texto introdutório à coletânea sobre a *virada cultural*, Bassnet & Lefevere (1990) sugerem que a noção de “fidelidade” está mais relacionada à *confiança* que depositamos no tradutor e à *familiaridade* que temos com certas práticas do que com a possibilidade de um cotejo com o original – algo pouco provável no leitor (não profissional) de traduções. O argumento retoma uma anedota narrada por Marcel Proust em sua introdução a *Sodoma e Gomorra*: sua avó estava acostumada a certas traduções dos clássicos para o francês, e as considerava “fiéis” – rejeitando outras traduções, feitas com base parâmetros distintos daqueles que lhe eram familiares. Para ela, por exemplo, o herói da *Odisséia* era identificado pelo nome latino de Ulysses, e a deusa Atenas conhecida pelo nome de Minerva. Traduções mais recentes, em que os mesmos protagonistas passaram a ser referidos por seus nomes gregos, tornaram-se, para a avó de Proust, necessariamente “infieis”. Desenvolvendo o argumento, os autores lembram ainda que, se os editores das versões francesas dos clássicos gregos resolveram mudar seus critérios, isso se deu provavelmente porque houve uma modificação na interpretação dominante dentre os especialistas consultados – em parte até em função da morte de alguns e do surgimento de outros (ibid.: 2).

Temos aqui dois aspectos relevantes, de um ponto de vista wittgensteiniano. O primeiro é que *aprendemos* a lidar com certos critérios, que passam a ter valor *normativo*. O segundo é que esses critérios, dentro de uma certa *forma de vida*, podem mudar. Nesse caso específico, a mudança na *forma de vida* está vinculada ao declínio, ou à morte, de uma geração de especialistas, e ao surgimento, ou consolidação, de uma outra.

A questão da re-tradução dos clássicos é um tópico recorrente nas abordagens pós-estruturalistas, e serve à perfeição para ilustrar o fato de que não há tradução definitiva, por mais bem sucedida que ela possa ter sido quando de seu lançamento. De certo modo, essa questão recoloca, numa dimensão histórica, o efeito da *différance*, do deslocamento do sentido, do não-fechamento do sistema. Por outro lado, há de se lembrar que, se há re-traduições, elas não ocorrem necessariamente em intervalos curtos, havendo casos de textos traduzidos que continuam sendo aceitos por um bom período de tempo. O que ilustra a possibilidade de fechamento, ainda que provisório.

Isso posto, passemos a nosso segundo exemplo. Gideon Toury e André Lefevere, dois autores que mencionei como representativos da *virada cultural*, têm suas respectivas obras submetidas a um rigoroso escrutínio no excelente trabalho de Cristina Carneiro Rodrigues (2000). Apesar de concordar em linhas gerais com a análise de Rodrigues, creio que ela, em vários momentos, acaba por não fazer jus aos autores discutidos, exatamente por abordar sob um viés *epistemológico* – nítida e explicitamente tributário da desconstrução – programas de trabalho de cunho eminentemente *sociológico*. Tentarei ilustrar esse raciocínio através de um único trecho, em que se discute a concepção de linguagem subjacente à abordagem de Lefevere. Fique claro que tomo essa discussão como *amostra representativa* de certa tendência nos estudos pós-estruturalistas da tradução, não se restringindo nem à autora citada nem ao trabalho comentado.

Rodrigues questiona, por exemplo, a sugestão que Lefevere faz a futuros tradutores, de “buscar equivalentes em um dicionário bilíngue”, com a ressalva de que “a língua-alvo *pode não ter equivalentes exatos*” (LEFEVERE 1992a, p. 63; RODRIGUES, 2000: 119 – grifos da autora). Segundo Rodrigues, a ressalva de Lefevere significa que também pode haver o “equivalente exato” (ibid.) – possibilidade essa questionada pela autora ao longo de sua argumentação.

Dentro de uma ótica anti-essencialista tributária de Wittgenstein, não vejo o menor problema em admitir a possibilidade de um “equivalente exato”, em termos de *uso*, o que não significa dizer que essa “equivalência” seria resultante de um significado transcendental, nos moldes tradicionais. Pessoalmente, recorro com frequência a dicionários bilíngues em minha prática tradutória, e bem sei que essas obras não espelham significados transcendentais (no sentido metafísico do conceito), sendo antes repositórios de convenções – convenções essas perfeitamente *operacionais* dentro das *formas de vida* em questão. Considero, sem restrição alguma, que *livro*, *book*, *Buch*, *livre* etc., operam de forma análoga no português, no inglês, no alemão, no francês etc. Nesse sentido, são “equivalentes exatos”, obedecem à mesma *regra de uso*. Por esse motivo, diferentemente de Rodrigues, considero as recomendações de Lefevere perfeitamente plausíveis, no âmbito das práticas tradutórias.

No mesmo trecho (p. 119-122), Rodrigues questiona a distinção, feita por Lefevere, entre os níveis locucionário e ilocucionário da linguagem, e retoma o exemplo da tradução de um poema de Catulo, para a qual Lefevere sugere que o termo latino *passer* seja traduzido pelo inglês *sparrow* (“pardal”), conforme a informação dicionarizada, e não por “hipopótamo” (RODRIGUES, 2000: 121-122). Problematizando a sugestão de Lefevere, Rodrigues recorre ao tradutor brasileiro, Paulo Sérgio Vasconcellos (CATULO, 1991), para lembrar que a palavra *passer*, na língua corrente, passou a designar, por extensão, “outros tipos de pequenas aves”. Mesmo assim, Vasconcellos

decidiu traduzir “passer” por “pardal”, tendo em vista a dificuldade de “escapar à já consagrada tradução”, pois “a expressão ‘pardal da Lésbia’ é mundialmente conhecida. (CATULO, 191, p. 83-84; RODRIGUES, 2000, p. 122)

Parece-me sensata a opção do tradutor, pois não vejo que ganho teríamos, nesse contexto, em traduzir *passer* por algo como “passarinho”, sobretudo se já estiver consagrada a expressão “pardal da Lésbia” (diferente seria se um dos *objetivos* da tradução fosse justamente pôr em xeque a tradição, apontando para outra aceção possível de *passer*). O que Vasconcellos fez, ao mencionar o uso estendido do termo para designar “pequenos pássaros”, foi ampliar o contexto para, neste caso específico, descartar uma opção em prol da outra, tomando como parâmetro justamente as *convenções* de uso. Se o termo consagrado pela tradição fosse “passarinho”, ou um outro qualquer, faria sentido descartar a solução lexicalizada “pardal”. Aparentemente, não é esse o caso. Convenhamos, também, que falar de “pequenos pássaros” como uso estendido de “*passer*” é diferente de escolher “hipopótamo” para traduzir o mesmo termo.

Do trecho discutido, Rodrigues conclui que Lefevere pressupõe a existência de “um nível de linguagem transparente, unívoco e compartilhado por todos que tenham conhecimento linguístico básico”, cujas “marcas” no nível locucionário e ilocucionário poderiam ser “ensinadas” a futuros tradutores (ibid., p. 122). Mais adiante, associa essa crença a concepções tradicionais de leitura e interpretação, sugerindo que teríamos aqui uma contradição interna no discurso de Lefevere (p. 123).

Contra o argumento de Rodrigues, gostaria de lembrar, com Wittgenstein, que a linguagem é necessariamente *pública*, pressupondo, sim, compartilhamento, e que *algo* seja tomado como *norma*. Pressupõe também o *aprendizado* dessa norma, desse conhecimento partilhado – e aqui, novamente, considero plausíveis os pressupostos atribuídos por Rodrigues a Lefevere, de que os critérios de uma “boa” tradução possam ser *ensinados*. O que não quer dizer que ensinemos os futuros tradutores a verem marcas que “já estão lá”, mas sim marcas que, dentro de determinadas *formas de vida*, são *definidas* como tal. Cabe então ao professor justamente *apontar* para as diferentes maneiras de definir as normas em diferentes contextos, e, para esse fim, as categorias propostas por Lefevere – ideologia, poética, autoridade, etc. – podem ser de uma utilidade inestimável.³

3. Note-se que essa visão não é incompatível com a célebre definição de Derrida (1975, p. 31), segundo a qual a tradução é uma “transformação regulada de uma língua por uma outra, de um texto pelo outro”. As categorias de Lefevere apontam precisamente para o tipo de fator que pode regular as transformações em curso.

De modo coerente com o referencial teórico desconstrucionista, Rodrigues critica a separação feita por Lefevere entre o interno e o externo ao sistema literário, entre parâmetros intra- e extra-textuais, com o argumento de que “se um discurso reflete ou refrata o ideológico e o cultural, esses fatores não são extrínsecos ao texto, [mas] dele fazem parte” (ibid., p. 124). Concordo com Rodrigues, no sentido de que tais fatores “fazem parte” do texto, na medida em que mantêm com ele uma relação dinâmica de troca. O que não quer dizer que as diferentes coisas sejam uma só, que tudo é “interno” ao texto.

Creio que estamos aqui diante de uma dificuldade típica da desconstrução, que é a de não aceitar a definição de limites, que é a tendência a ver qualquer proposta de categorias analíticas como um regresso a taxonomias naturalizantes. Ora, o fato de *traçarmos* um limite entre o interno e o externo não significa que esse limite seja *dado*, que seja um objeto da natureza ou pertencente a alguma ordem transcendental-metafísica.

A questão dos *limites* entre a linguagem e o mundo, entre o interno e o externo etc., é um tópico que perpassa toda a obra de Wittgenstein. Se nos trabalhos de juventude tais limites eram *dados* pela lógica, se o empírico se constituía *per se*, sem intervenção da linguagem, na obra madura do filósofo austríaco é a própria linguagem, é a *gramática* que traça os limites entre a linguagem e o mundo, entre o interno e o externo – mas essa divisão continua a existir (cf. MORENO, 2005c; PRADO Jr., 2003, 2004). É esse um dos motivos pelos quais insisto na tese de que um anti-essencialismo à maneira de Wittgenstein pode ser extremamente profícuo para os estudos da tradução – mais profícuo, talvez, do que abordagens que contestem a própria *possibilidade* de operarmos com categorias analíticas, seja em nome de um “fluxo contínuo”, de uma “indeterminabilidade radical do sentido” ou de hipóteses correlatas.

Há de se reconhecer que, diferentemente da obra de Derrida, os textos de Wittgenstein raramente versam de modo explícito sobre a tradução. No mais, o caráter disperso e fragmentário desses escritos, aliado ao fato de que a tradição filosófica contemporânea, inclusive no Brasil, continua a dar mais destaque ao filósofo logicista que ao filósofo da gramática, contribui para que, nos estudos da tradução, o pensamento do “segundo” Wittgenstein seja antes citado *en passant* do que explorado em profundidade. Num momento em que o discurso tradicional sobre a tradução já não reina absoluto, em que as abordagens pós-estruturalistas já demarcaram claramente seu lugar, talvez seja chegada a hora de nos ocuparmos um pouco mais com o legado do filósofo austríaco. Tenho plena convicção de que a discussão na área só teria a ganhar com isso, ajudando, quem sabe, a superar algumas das enormes barreiras que tornam por vezes tão difícil o diálogo e a compreensão mútua.

Referências

ARROJO, Rosemary, RAJAGOPALAN, Kanavillil. “A noção da literalidade: metáfora primordial. In Arrojo, R.: **O signo desconstruído**. Campinas: Pontes, 1992a, p. 47-55.

_____. A crise da metalinguagem: uma perspectiva interdisciplinar”. In Arrojo, R.: **O signo desconstruído**. Campinas: Pontes, 1992b, p. 57-62.

_____. “Searle e a noção da literalidade”. In Arrojo, R.: **O signo desconstruído**. Campinas: Pontes, 1992c, p.113-121.

BASSNET, Susan; LEVEFERE, André. “Introduction: Proust’s grandmother and the thousand and one nights. The ‘cultural turn’ in translation studies. In _____. **Translation, history & culture**. Londres & Nova York: Pinter Publishers, 1990, p.1-13.

CATULO. **O cancionero de Lésbia**. Introdução, tradução e notas de Paulo César Vasconcellos. São Paulo: Hucitec, 1991. (*Apud* RODRIGUES, 2000)

CULLER Jonathan. **On Deconstruction**. Theory and Criticism after Structuralism. London, Routledge & Keagan Paul, 1983. (*Apud* RAJAGOPALAN: “O conceito de interpretação na linguística: seus alicerces e seus desafios”. In ARROJO, R.: **O signo desconstruído**. Campinas: Pontes, 1992. (Edição americana: **On Deconstruction. Theory and Criticism after Structuralism**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1982 – *apud* DAVIS, 2001)

DAVIS, Kathleen. **Deconstruction and Translation**. Manchester, UK & Northampton, MA: St. Jerome Publishing, 2001.

DERRIDA, Jacques. La Différance. In Phillippe Sollers (ed.): **Théorie d’ensemble**. Paris: Éditions du Seuil, 1968, p.41-66.

_____. **Gramatologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. (Tradução: Miriam Schaiderman e Renato Janine Ribeiro. Original em francês: De la grammatologie. Paris: Minuit, 1967.)

_____. **Posições**; semiologia e materialismo. Lisboa, Plátano Editora, 1975. (Tradução em inglês, por Alan Bass: Posi-tions. Chicago: University of Chicago Press, 1981. Original em francês: Positions. Paris: Minuit, 1972).

_____. **Limited Inc**. Campinas: Papyrus, 1991. (1st ed.: *Glyph 2*. Baltimore, 1977. Edição em francês: Galilée, 1990).

FRANK, Manfred. „Die Grenzen der Beherrschbarkeit der Sprache. Das Gespräch als Ort der Dif-fe-renz zwischen Neostrukturalismus und Hermeneutik”. In Forget, Ph.: **Text und Inter-pretation**, 1984, p.181-213. (Tradução parcial em inglês por Richard Palmer, in Michel-felder & Palmer, 1989, p.150-161)

_____. „Die Entropie der Sprache – Überlegungen zur Debatte Searle-Derrida”. In _____. **Das Sagbare und das Unsagbare**; Studien zur Deutsch-französischen Hermeneutik und Texttheorie. Frankfurt: Suhrkamp, 1993, p.491-560. (Überarbeitete und stark erweiterte 3. Aufl. 1.Aufl.: 1989. Tradução parcial em inglês editada por Andrew Bowie. London: Routledge, 1997.)

FROTA, Maria Paula. **A singularidade na escrita tradutora**. Campinas: Pontes & FAPESP, 2000.

GENZLER, Edwin. **Contemporary Translation Theories**. Londres & Nova York: Routledge, 1993.

GLOSSÁRIO de Derrida. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. (Supervisão: Silvano Santiago).

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. (Tradução: Helena Martins. Revisão Técnica: Luiz Carlos Pereira)

LEVEFERE, André. **Translation, rewriting, and the manipulation of literary fame**. London & New York: Routledge, 1992a.

_____. "Introduction". In _____. **Translation / History / Culture – A sourcebook**. Londres & Nova York: Routledge, 1992b.

OLIVEIRA, Paulo. "A gramática wittgensteiniana como alternativa à polarização *fidelidade* vs. *différance* nos estudos da tradução". **Cadernos de Tradução** n. XV – 2005/1, pp. 9-34.

_____. Wittgenstein e problemas da tradução. In Moreno, A. R. (org.): **Wittgenstein: aspectos pragmáticos**. Coleção CLE, v.50, p.173-242. Campinas: Unicamp, 2007a.

OTTONI, Paulo. "A tradução da *différance*: dupla tradução e *double bind*". *Alfa*, n.44 (n.esp.), p.45-58. São Paulo: Editora da Unesp & FAPESP, 2000.

MORENO, Arley. "Estilística e descrição gramatical". In _____. **Introdução a uma pragmática filosófica**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005a, p.39-86.

_____. "Descrição fenomenológica e descrição gramatical – ideias para uma pragmática filosófica". In _____. **Introdução a uma pragmática filosófica**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005b, p.111-192.

_____. "Pragmatique de la relation/propriété interne", 2005c. (A ser publicado na revista *L'Herne*, 15 pág.)

PRADO JR., Bento. « Le dépistage de l'erreur de catégorie : le cas du rêve ». **Cahier de philosophie du langage n° 5 – Catégories**. Paris: L'Harmattan, outubro de 2003, p.203-230.

_____. "Descartes e o último Wittgenstein. O argumento do sonho revisitado. In _____. **Erro, ilusão, loucura**. São Paulo: Editora 34, 2004.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. **Tradução e Diferença**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

SEARLE, John R. "Reitering the Differences: A Reply to Derrida". In *Glyph 1*, 1977, p.198-208. (*Apud* Frank, 1993)

SIQUEIRA, Ana Maria. **Aspectos conflitantes nas concepções textuais da reflexão de Lawrence Venuti sobre tradução**. Campinas: Unicamp, Instituto de Estudos da Linguagem, 2002. (Dissertação de Mestrado)

VENUTI, Lawrence. **The translator's invisibility**. Londres e Nova York: Routledge, 1995. (*apud* Siqueira, 2002; Tradução brasileira: A invisibilidade do tradutor. *Palavra* n.3 p.32-49, 111-134. Tradução de Carolina Alfaro. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1995).

WITTGENSTEIN, Ludwig. “Some remarks on logical form”. **Proceedings of the Aristotelian Society**, volume suplementar IX, p.162-71, 1929.

_____. **Tractatus logico-philosophicus**. Werkausgabe Band 1, S. 225-618. Suhrkamp: Frankfurt a.M., 1989, S. 7-85.

_____. **Philosophische Untersuchungen**. Werkausgabe Band 1, S. 225-618. Suhrkamp: Frankfurt a.M., 1989. (Citado com base na tradução brasileira de José Carlos Bruni: *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1999. Coleção “Os Pensadores”).

_____. **Dictées de Wittgenstein à Waismann e pour Schlick**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997. (Editado por Antonia Soulez [Direction]. I TEXTES INÉDITS – années 1930)

A PRESENÇA DISCURSIVA DO TRADUTOR EM NARRATIVAS MACHADIANAS EM MÚLTIPLAS TRADUÇÕES PARA O INGLÊS

Professora Válmi Hatje-Faggion (Universidade de Brasília - UnB)

RESUMO

Este estudo tem por objetivo examinar como a presença discursiva do tradutor está manifesta na narrativa traduzida. A leitura detalhada e comparativa de três traduções para o inglês de Memórias póstumas de Brás Cubas e de duas de Quincas Borba de Machado de Assis servirá para exemplificar os três casos apresentados por Theo Hermans (1996), e também para indicar a tendência geral das ocorrências no texto traduzido e o que elas implicam. O interesse maior está nos casos em que há marcas da presença discursiva do tradutor (e não apenas do narrador do texto de partida) no texto que ele produziu e o efeito desta presença para o leitor anglo-americano.

Palavras-chave: Tradutor, Estratégias de Tradução, Presença Discursiva, Narrativa Traduzida.

ABSTRACT

The purpose of this study is to examine how the translator's discursive presence manifests itself in the translated narrative. A close reading of different translations of the same source text, namely three translations into English of Memórias póstumas de Brás Cubas and two of Quincas Borba by Joaquim Maria Machado de Assis, the Brazilian novelist, will both illustrate the theoretical issues raised by Theo Hermans (1996) and show the character of each translation and the sort of issues it raises. The interest is not only in those instances where the translated text itself shows visible traces of a discursive presence other than the ostensible narrator, but also on the effect of this presence on the Anglo-American audience.

Keywords: Translator, Translation Strategies, Discourse Presence, Translated Narrative.

Considerações iniciais

As traduções e retraduações de alguns dos romances de Machado de Assis traduzidos e publicados no mundo anglo-americano nos últimos cinquenta anos receberam diversas modificações. Esses textos traduzidos modificados podem revelar não só as opções do tradutor, mas também, as políticas mais gerais consideradas durante a formulação de uma tradução em um outro contexto, para um outro leitor. A presença discursiva do tradutor (e outros agentes institucionais) na narrativa traduzida pode ocorrer de diversas formas. O deslocamento de um texto pertencente a um dado sistema literário para outro pode, por exemplo, sofrer intervenções paratextuais em função do novo leitor que é diferente do leitor do texto de partida já que o novo texto se faz presente em novo contexto pragmático.

De modo geral, e de acordo com Hermans (1996, p. 27), quando se lê uma narrativa o que se lê é o discurso produzido por um narrador. Entretanto, quando se lê uma narrativa traduzida a voz do narrador nem sempre é prontamente rastreada. Hermans ainda destaca que a representação de uma narrativa padrão não faz menção à tradução e que os modelos narratológicos existentes (BOOTH, STANZEL, GENETTE, RIMMON-KENNAN, CHATMAN, PRINCE, BAL) não estabelecem diferenças entre uma narrativa de partida e uma narrativa traduzida.

Entretanto, no caso da ficção traduzida, pode haver uma outra voz que produz o discurso, uma presença que não deve ser subestimada ou ignorada. Uma narrativa traduzida sempre implica mais de uma voz no texto, mais de uma presença discursiva. Ainda que em algumas narrativas esta outra voz possa se manifestar explicitamente ou não, um texto narrativo traduzido sempre contém uma segunda voz à qual Hermans (1996, p. 27) se refere como a voz do tradutor, uma marca de sua presença discursiva.

Segundo Vanderauwera (1985, p. 12), o termo “tradutor” deve se referir a um conjunto de agentes, isto é, ao tradutor, ao editor, à editora e a todos aqueles que contribuem para a produção, formulação e apresentação do texto traduzido. Esses agentes institucionais são os responsáveis pelo produto final publicado.

Para Hermans, no caso da ficção traduzida essa outra voz que produz o discurso, o tradutor, é uma presença que deve ser levada em consideração, já que muitas estratégias de tradução adotadas somente são perceptíveis ao pesquisador. Hermans (1996, p. 28) sugere que há vários graus de visibilidade da presença do tradutor e que a outra voz presente na narrativa traduzida pode se manifestar basicamente em três casos:

- (1) casos em que se considera o leitor implícito e, por isso, sua capacidade de atuar como meio de comunicação.
- (2) Casos de auto-reflexividade e auto-referencialidade envolvendo o próprio meio de comunicação; e
- (3) Casos em que o contexto é determinante. O significado de dado termo empregado está atrelado a um contexto específico.

No primeiro caso, o deslocamento pragmático do texto, em virtude da tradução, requer intervenção paratextual em benefício do leitor implícito/potencial do texto traduzido. Em outras

palavras, um leitor diferente daquele do texto de partida, já que o discurso opera em novo contexto pragmático. Com relação ao segundo caso, Hermans (1996, p. 29), com base em Jacques Derrida, destaca que este caso cobre as várias instâncias que exemplificam a intraduzibilidade. Casos óbvios de intraduzibilidade são os textos que sinalizam que eles foram produzidos em uma dada língua ou que exploram a economia linguística dessa língua através de polissemia, jogo de palavras e mecanismos semelhantes. Em tais situações, a linguagem entra em colapso, ou segundo Derrida, apud Hermans (1996, p. 29) ela se enfatiza e se auto-realiza. O terceiro caso descrito por Hermans refere-se às situações em que um dado termo foi empregado em contexto específico, isto é, o seu significado está atrelado a esse contexto e o tradutor não têm muita opção.

Em cada um desses três casos o grau de visibilidade da presença do tradutor depende tanto da estratégia de tradução adotada, quanto da consistência com que foi empregada. Como muitas estratégias nem sempre são perceptíveis ao leitor em geral, neste estudo, o interesse maior não está nos casos em que o narrador do texto de partida pode ser identificado no texto, mas sim, naqueles casos em que há marcas rastreáveis da presença discursiva do tradutor. De acordo com Hermans (1996, p. 33) há marcadores no texto sugerindo uma outra voz que se insinua no texto, alterando a referência unívoca do narrador induzindo o leitor a ter consciência da natureza plural da narrativa (pluralidade de vozes).

Neste estudo, o interesse maior está nos casos em que há marcas da presença discursiva do tradutor no texto *que ele produziu*. Investiga-se se o grau de visibilidade da presença do tradutor depende das estratégias de tradução adotadas bem como da consistência com que foram empregadas nas reescrituras do romance para novos sistemas literários.

Exame das narrativas em múltiplas traduções para o inglês

A fim de examinar como a presença discursiva do tradutor está manifesta na narrativa traduzida, isto é, na formulação e apresentação das múltiplas traduções, será efetuada uma leitura detalhada e comparativa de diferentes traduções para o inglês de dois romances de Machado de Assis. Algumas passagens ilustrativas das três traduções de *Memórias póstumas de Brás Cubas* publicadas nos Estados Unidos, Rio de Janeiro e Reino Unido em 1952, 1955, 1997, respectivamente, e de duas de *Quincas Borba* publicadas nos Estados Unidos e Reino Unido em 1954 e 1998, exemplificam os casos apresentados por Hermans e indicam a tendência geral das ocorrências nos textos traduzidos. *Memórias póstumas de Brás Cubas* foi traduzido por William L. Grossman (1952), E. Percy Ellis (1955) e Gregory Rabassa (1998). As duas traduções de *Quincas Borba* foram elaboradas por Clotilde Wilson (1954) e Gregory Rabassa (1997).

Outras edições da tradução de *Memórias póstumas de Brás Cubas* de William L. Grossman (que não serão objeto deste estudo) também foram publicadas em outros lugares e por outras editoras: em São Paulo, pela São Paulo Editores, em 1951, com o título de *The posthumous memoirs of Brás Cubas*; em Londres, com o título de *Epitaph of a small winner* pela W. H. Allen, em 1953, e, com o título de *Epitaph of a small winner*, pela Bloomsbury, em 1997. A editora Bloomsbury também publicou *Quincas Borba*, tradução de Clotilde Wilson, com o título de *Philosopher or dog?*, em 1997.

Os exemplos a seguir ilustram o primeiro caso referente à presença discursiva do tradutor apresentado por Hermans. Neste caso, o deslocamento pragmático do texto, em virtude da tradução, requer intervenção paratextual em benefício do leitor implícito/potencial do texto traduzido. Em outras palavras, um leitor diferente daquele do texto de partida, já que o discurso opera em novo contexto pragmático.

Exemplo 1

Quincas Borba, Capítulo 156,

... Quando as malas da Europa chegavam cedo, Rubião saía de Botafogo, antes do almoço, e corria a esperar os jornais; comprava a *Correspondência de Portugal*, e ia lê-la no Carceler. ... (MACHADO DE ASSIS, p. 156)

... When the European mail arrived early, he would leave Botafogo before lunch, and hurry to await the papers; he would buy the *Correspondencia de Portugal* and go to the Carceler* to read it. ...

* *Translator's Note*: The *Carceler* was an elegant restaurant in Rio de Janeiro used as a gathering place by the upper classes. It no longer exists. (WILSON, 1954, p. 206)

... When the mail from Europe arrived early, Rubião would leave Botafogo before breakfast and run to wait for the newspapers. He would buy the *Correspondência de Portugal* and read it right there under the street light ... (RABASSA, 1998, p. 218)

Neste exemplo ocorrem diferenças entre as duas traduções. Com relação ao lugar onde os jornais eram lidos os dois tradutores fazem seleções que evocam imagens diversas. Enquanto Wilson se mantém mais próximo do texto de partida e adiciona uma nota de rodapé, que atualiza a informação, Rabassa remove a palavra “Carceler” e *modifica* o lugar onde Rubião vai ler o jornal; quer dizer, ele iria lê-lo “right there under the street light”, em lugar diferente daquele sugerido por Machado de Assis. A decisão de Wilson beneficia o leitor ao localizá-lo no tempo e no espaço. Note-se que Wilson remove o acento circunflexo em “*Correspondencia*”.

Em outro trecho de *Quincas Borba*, Wilson também acrescenta uma nota de rodapé para atualizar o conteúdo referente à localização geográfica e temporal, isto é, explica o deslocamento histórico e espacial decorrente da tradução, enquanto Rabassa apenas transcreve o nome do lugar. A tradutora demonstra preocupação com o leitor de língua inglesa e o alerta de que o texto foi produzido inicialmente em outra língua.

Exemplo 2

Quincas Borba, Capítulo 175,

... Desculpam-se; dizem que os gabinetes já vêm organizados de São Cristovão ... Ah! eu quisera falar ao Imperador! (MACHADO DE ASSIS, p. 172)

... They excuse themselves by saying that the cabinets are formed in São Christovão*— Ah! I'd like to speak to the Emperor!"

*Translator's Note: São Christovão is the name of the district in Rio de Janeiro where Emperor Don Pedro II lived (WILSON, 1954, p. 228).

... They excuse themselves, say that cabinets come all set up from São Cristóvão ... Oh, if I could only speak to the Emperor!" (RABASSA, 1998, p. 242).

Em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, os três tradutores deixam a palavra “contos” em português ao invés de traduzi-lo. Ellis adiciona uma nota de rodapé para atualizar a unidade monetária em benefício direto do leitor britânico, em particular, já que a moeda mencionada é a libra esterlina. Grossman não usa nenhuma marca tipográfica para alertar o uso da palavra estrangeira. Tanto Ellis quanto Rabassa utilizam itálico. Grossman e Rabassa removem a expressão “de réis”.

Exemplo 3

Memórias póstumas de Brás Cubas, Capítulo 17,

... Marcela amou-me durante quinze meses e onze contos de réis ... (MACHADO DE ASSIS, p. 36)

... Marcella loved me for fifteen months and eleven contos ... (GROSSMAN, 1952, p. 55)

... Marcela loved me during fifteen months and eleven contos de reis (*) ... (*) Say, £1250 (Ellis, 1955, p. 60)

... Marcela loved me for fifteen months and eleven contos ... (RABASSA, 1997, p. 38)

Na introdução a sua tradução de *Epitaph of a small winner*, Grossman (1952, p. 14) evidencia de forma explícita o leitor que tem em mente, pois ele faz referência à moeda americana e atualiza o valor: “a conto [...] as the equivalent of about five hundred dollars”. Um conto seria o equivalente a quinhentos dólares.

Nesse caso, a voz do narrador do texto de partida não é a única que chega ao novo leitor, considerando que a voz do tradutor está presente na nota de rodapé que localiza o leitor anglo-americano tanto no tempo quanto no espaço.

O segundo caso sugerido por Theo Hermans envolve referências relacionadas à própria língua e diz respeito às várias instâncias que exemplificam a intraduzibilidade linguística.

Em *Quincas Borba*, a referência à Lei brasileira formulada para beneficiar os escravos foi traduzida da seguinte forma:

Exemplo 4

Quincas Borba, Capítulo 192,

... leis dos ingênuos ... (MACHADO DE ASSIS, p. 186)

... the law of the “free womb,”* ...

*Translator’s Note: A law passed in 1871 enfranchising children born of slave mothers (WILSON, 1954, p. 249)

... the law freeing the children born to slaves, ... (RABASSA, 1998, p. 264)

Wilson acrescenta uma nota de rodapé que oferece mais detalhes sobre a lei brasileira, mas a tradutora descreve ao invés de transcrever a palavra. Rabassa remove o nome da lei, mas ele a explica no corpo do texto. Com relação às notas de rodapé, Rabassa, em uma entrevista que me concedeu, em Nova Iorque, no dia 12 de setembro de 2001, destacou que embora o editor da editora da Universidade de Oxford, a *Oxford University Press*, quisesse que ele adicionasse notas de rodapé, ele optou por não acrescentar nenhuma. Ele disse que não gosta de notas de rodapé em romances porque elas atrapalham a leitura fluente e natural de uma obra de ficção e também tiram o leitor do texto (“they take you away from the novel”). Entretanto, na tradução de Rabassa aparecem cinco notas de rodapé atribuídas ao editor.

Em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, Capítulo 59, os três tradutores adotam estratégias diferentes na tradução do termo “angu”. De acordo com Fish (1978:, p. 74; 78), angu é um alimento feito de milho, mandioca ou arroz, sal e água (“a cooked dish made with corn, manioc or rice flour, salt, and water”). De modo semelhante, o *Dicionário Aurélio* apresenta a seguinte definição: “massa consistente de farinha de milho (fubá), de mandioca, ou de arroz, com água e sal, escaldada ao fogo. [Cf. polenta.]”.

Enquanto Grossman descreve o termo “angu” como produto feito de farinha de milho (“a corn meal dish”), Ellis deixa a palavra em português, em itálico, e Rabassa o descreve como um produto feito de farinha de mandioca (“being made with manioc flour”). Com relação à unidade monetária “vinténs” tanto Ellis quanto Rabassa mantêm o nome da moeda brasileira, enquanto Grossman a traduz como “cents” evidenciando explicitamente o leitor anglo-americano.

Exemplo 5

Memórias póstumas de Brás Cubas, Capítulo 59,

... dinheiro sim, porque é necessário comer, e as casas de pasto não fiam. Nem as quitadeiras. Uma coisa de nada, uns dois vinténs de angu, nem isso fiam as malditas quitadeiras ... (MACHADO DE ASSIS, p. 75)

... money; and I want it only because I have to eat and the restaurants don’t give credit. Neither do the food vendors in the streets. Almost nothing, just two cents’ worth of corn meal, and the damned peddlers won’t even trust me for that ... (GROSSMAN, 1952, p. 116)

... money, yes, for I need to eat and the eating houses do not give credit, nor the restaurants, nor the shops - a miserable nothing, two *vintens of angú*, and even then they won't give credit, the cursed shopkeepers ... (ELLIS, 1955, p. 146)

... money, yes, because I have to eat and eating-places don't give credit, greengrocers either. A nothing, two *vinténs* worth of *manioc cake*, the damned greengrocers won't even trust you for that ... (RABASSA, 1997, p. 96)

Exemplo 6

Em *Quincas Borba*, os dois tradutores adotam estratégias diferentes para traduzir o nome de uma árvore, “casuarina”. Enquanto Wilson deixa o nome em português sem adicionar informações, Rabassa prefere o nome de uma árvore mais familiar ao leitor anglo-americano, isto é, “oak”.

Exemplo 7

Quincas Borba, Capítulo 122,

... As casuarinas ... a linguagem nupcial das casuarinas. (MACHADO DE ASSIS, p. 131)

... Some *casuarina* trees ... the nuptial language of *casuarina* trees. (WILSON, 1954, p. 172)

... The oaks ... the nuptial language of oak trees. (RABASSA, 1998, p. 180)

Em outro trecho de *Quincas Borba*, Wilson elabora uma nota de rodapé para destacar que “pitanga” se refere à fruta da “pitangueira”. Entretanto, ela não fornece maiores detalhes sobre essa árvore ou fruta brasileira, que já está dicionarizada (Cf. dicionário *Webster's*, p.1724). Rabassa substitui a fruta por outra (“cherry”).

Exemplo 8

Quincas Borba, Capítulo 120,

— Teófilo foi o primeiro que descobriu; ela dizendo-se-lhe isto, ficou como uma pitanga. (MACHADO DE ASSIS, p. 130)

“Theophilo was the one who first found out. When she told him she turned red as a *pitanga*”*

*The fruit of the *pitangueira*. (*Translator's Note*.) (WILSON, 1954, p. 170)

“Teófilo was the first to spot it. When it was mentioned to her, she turned cherry red” (RABASSA, 1998, p. 179)

Uma particularidade da língua portuguesa, relacionada ao uso do sufixo “-inho” tende a causar problemas para os tradutores de língua inglesa. De acordo com Rocha Lima (1987, p. 80-3) e André (1978, p. 117-9), esse mecanismo linguístico é acrescentado ao substantivo e ao adjetivo para

expressar afeição, carinho ou respeito. O uso mais comum do sufixo é para expressar carinho, familiaridade ou ironia. De modo geral, os tradutores tendem a substituir o sufixo “-inho” com palavras tais como “small” ou “little” para compensar as diferenças entre a língua portuguesa e a inglesa. Os tradutores acrescentam notas de rodapé para evidenciar a questão do diminutivo. Por exemplo, em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, Capítulo 29, Grossman substitui o sufixo pelo termo “little”, enquanto Ellis alerta o leitor anglo-americano sobre o uso do sufixo em nota de rodapé. Rabassa apenas transcreve o termo. É interessante ressaltar também o equívoco na tradução de Ellis, que preserva o travessão para indicar diálogos (discurso direto), uma vez que esse procedimento é contrário às normas da língua inglesa. Essa opção pode, por exemplo, causar estranhamento ao leitor dessa língua e indicar que o texto não foi produzido originalmente nessa língua.

Exemplo 9

Memórias póstumas de Brás Cubas, Capítulo 29,

— Ora, o Brazinho! (MACHADO DE ASSIS, p. 51)

“Well now, little Braz! (GROSSMAN, 1952, p. 79)

— Look at him, the Brazinho! (*)

(*) “inho” – diminutive of affection. (ELLIS, 1955, p. 93)

“Just look at you, Brazinho!” (RABASSA, 1997, p. 59)

Exemplo 10

O título do Capítulo 99 de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, “Na platéia”, é traduzido como “In the Pit”, “The Platea” e “In the Orchestra”, respectivamente (MACHADO DE ASSIS, p. 106; GROSSMAN, p. 166; ELLIS, p. 218; RABASSA, p. 144). Grossman e Rabassa escolhem palavras da língua inglesa. Ellis decide por “platea”.

Magalhães Junior (1958, p. 256) destacou que, “em certas ocasiões, vê-se que Ellis quer transmitir ao leitor um sabor de coisa exótica, que não estava nos intuitos do autor” como se “platéia” fosse intraduzível ou não existisse alternativa equivalente em inglês. Apesar de haver uma palavra em inglês para “platéia”, conforme as traduções de Grossman e Rabassa indicam, Ellis faz uma escolha não necessária do ponto de vista da intraduzibilidade linguística.

Exemplo 11

Nesse mesmo romance, no Capítulo 12, há outro exemplo em que também não há necessidade aparente em transcrever palavras da língua portuguesa no texto traduzido. Note-se que Grossman substitui o itálico por aspas. Pela decisão de Ellis, o leitor percebe explicitamente a presença de uma outra voz, a do tradutor.

Os tradutores apresentam as seguintes traduções:

... de *tirano* e de *usurpador* (MACHADO DE ASSIS, p. 29)

... “tyrant” and “usurper” (GROSSMAN, 1952, p. 45)

... *tyranno* and *usurpador* (ELLIS, 1955, p. 45)

... *tyrant* and *usurper* (RABASSA, 1997, p. 29)

Conforme mencionado anteriormente, o terceiro caso descrito por Theo Hermans refere-se às ocasiões em que um dado termo foi empregado em contexto específico e o seu significado está atrelado a esse contexto. Assim, o tradutor não tem muita opção nas suas escolhas.

Em *Quincas Borba*, Capítulo 159, por exemplo, a ironia é bem visível na seleção lexical, e particularmente na palavra “palha”. Wilson insere uma nota de rodapé que tem função importante no sentido de ajudar o novo leitor do texto traduzido a captar o significado do termo no texto, naquele contexto em particular. A palavra “Palha” se refere tanto ao sobrenome do marido de Sofia, Cristiano Palha quanto à cor do vestido que ela está usando numa festa. Essa palavra também parece ter sido usada para compor um jogo de palavras para representar o fraco caráter de Cristiano Palha. Essa questão também é mencionada em nota de rodapé (nota do editor), em *Quincas Borba* publicada pela editora Ática (1980, p. 159): “... lembrança deste senhor: o trocadilho feito com o nome de Palha, revela a ambiguidade deste nome, pois a cor de palha é pálida e a própria palha é fraca. Seria uma alusão ao caráter frágil de Cristiano Palha. (N. E.)”.

Exemplo 12

Quincas Borba, Capítulo 159,

... Sofia ... o vestido sublimava admiravelmente a gentileza do busto, o estreito da cintura e o relevo delicado das cadeiras; — era *foulard*, cor de palha.

— Cor de *palha*, acentuou Sofia rindo, quando Dona Fernanda o elogiou, pouco depois de entrar; cor de *palha*, como uma lembrança deste senhor. (MACHADO DE ASSIS, p. 159)

... Sophia ... her frock attractively emphasized the contours of her bust, the slenderness of her waist, and the graceful outline of her hips; - it was of straw-coloured foulard.

When Dona Fernanda admired it, shortly after her arrival, Sophia laughingly stressed the word straw* — “straw-coloured as a memento of that gentleman.”

*The Portuguese word for straw is *palha*. (WILSON, 1954, p. 210)

... Sofia ... Her dress admirably enhanced the grace of her bustline, her narrow waist, and the delicate curve of her hips. It was foulard, straw-colored.

“The color of straw, *palha*,” Sofia stressed, laughing, when Dona Fernanda praised it soon after coming in. “Straw, *palha*, to make me think of this gentleman.” (RABASSA, 1998, p. 222)

Em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, Capítulo 34, Brás refere-se à “coxa de Diana”. Esta referência está ligada à garota coxa, Eugênia (Capítulo 32), que poderia ter se tornado a noiva de Brás não fosse ela coxa. Grossman destaca a relação entre os dois capítulos do romance na informação que acrescenta entre colchetes no corpo do texto. Esse acréscimo alerta o leitor de língua inglesa de que ele está lendo um texto produzido originalmente em outra língua.

Exemplo 13

Memórias póstumas de Brás Cubas, Capítulo 34,

... Pela coxa de Diana! ... (MACHADO DE ASSIS, p. 55)

... By Diana's thigh! [The Portuguese word for *thigh* is also the feminine form of *lame*.] ... (GROSSMAN, 1952, p. 86)

... By Diana's thigh! ... (ELLIS, 1955, p. 103)

... By Diana's thigh, ... (RABASSA, 1997, p. 66)

Em outro trecho de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, Grossman mantém a preferência de Machado de Assis pela língua francesa, enquanto Ellis e Rabassa escolhem uma palavra da língua inglesa. Ellis elabora uma nota de rodapé para explicar o sobrenome “Cubas”, enquanto Rabassa insere a informação na narrativa. Para resolver o mesmo problema, os três tradutores adotam estratégias diferentes, implicando diferentes graus de visibilidade. Grossman mantém o texto de acordo com o de Machado de Assis. Já, Ellis explicita uma estratégia mais voltada para o leitor da cultura de chegada. Rabassa se insere de forma mais velada, quer dizer, seu leitor não percebe a sua inserção na narrativa. Essa inserção é perceptível apenas no momento da comparação das múltiplas traduções (ao pesquisador).

Exemplo 14

Memórias póstumas de Brás Cubas, Capítulo 3,

Como este apelido de Cubas lhe cheirasse excessivamente a tanoaria, alegava meu pai, bisneto do Damião ... escapou à tanoaria nas asas de um calembour. (MACHADO DE ASSIS, p. 15)

As this name Cubas reeked excessively of the cooper's shop, my father, Damião's great-grandson ... he escaped from the cooper's shop on the wings of a calembour. (GROSSMAN, 1952, p. 22)

As this name Cubas (*) carried with it an overpowering odour of his workshop, my father, great grandson of the said Damião ... he escaped from the cooper's workshop on the wings of a pun.

(*) Cubas: Portug. – a barrel or vat; Braz. – a notability, swell. (ELLIS, 1955, p. 14)

Since the surname Cubas, meaning kegs, smelled too much of cooperage, my father, Damião's great-grandson ... he flew out of the cooperage on the wings of a pun. (RABASSA, 1997, p. 10)

Em outro Capítulo de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, em um trecho que trata do professor e seus alunos, a palavra “barata”, que é o sobrenome do professor Ludgero, que morava na Rua do Piolho, é apresentada de forma diferente nas três traduções.

Exemplo 15

Memórias póstumas de Brás Cubas, Capítulo 13,

Chamava-se Ludgero o mestre; quero escrever-lhe o nome todo nesta página: Ludgero Barata, – um nome funesto... Um de nós, o Quincas Borba, esse então era cruel com o pobre homem. Duas, três vezes por semana, havia de lhe deixar na algibeira das calças, –umas largas de enfiar, – ...uma barata morta... (MACHADO DE ASSIS, p.31-2)

You were known as Ludgero the Schoolmaster, but I want to write your full name on this page: Ludgero Barata [cockroach] – an unfortunate name... one of us, Quincas Borba, used to be cruel to the poor man. Two or three times a week, he placed a dead cockroach in the schoolmaster's trouser pocket... (GROSSMAN, 1952, p.48-9)

This master was called Ludgero; I should like to write the name in full on this page: Ludgero Barata, – a most unfortunate name... One of our numbers, Quincas Borba by name, was really cruel to the poor old man. Two or three times a week, he would leave in his trouser's pocket – good, ample trousers –... a dead barata*

Translator's note: (*) cockroach. (ELLIS, 1955, p.50)

The teacher's name was Ludgero. Let me write his full name on this page: Ludgero Barata – a disastrous name whose second part means cockroach... One of us, Quincas Borba, was cruel to the poor man at that time. Two or three times a week, he would put a dead roach into his pants pocket - wide trousers tied with a cord-... (RABASSA, 1997, p.32)

Grossman traduz o sobrenome do professor como “*cockroach*” (barata em inglês) e o coloca entre colchetes. Ellis não traduz a palavra neste momento do texto, somente mais tarde quando o professor encontra uma barata morta no bolso da calça; o tradutor acrescenta, então, uma nota de rodapé para explicar que “barata” é o mesmo que “cockroach” em inglês. Rabassa faz uma paráfrase do significado do termo no texto sem deixar ao leitor marcas facilmente rastreáveis de sua presença enquanto tradutor. Grossman e Ellis inserem-se na narrativa de modo diverso, evidenciando presença de forma explícita. É interessante ressaltar que, quando o tradutor fornece uma explicação no corpo do texto e o leitor dispõe de apenas uma das traduções, ele poderá não notar a presença do tradutor de forma explícita.

Considerações finais

Neste estudo foram abordadas as múltiplas traduções para o inglês de dois romances de Machado de Assis. Foram examinadas as três traduções de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1952, 1955, 1997) e as duas de *Quincas Borba* (1954 e 1998) a partir da ideia de que a voz do tradutor está sempre presente na narrativa traduzida enquanto uma co-produtora do discurso. Essa narrativa sempre implica mais de uma voz, mais de uma presença discursiva e com vários graus de visibilidade. Na verdade, essas novas vozes, a do tradutor e a dos outros agentes institucionais tendem a se dirigir ao novo leitor, o anglo-americano.

Os trechos específicos selecionados das múltiplas traduções de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e de *Quincas Borba* demonstram aspectos da presença discursiva do tradutor de acordo com os três casos apresentados por Hermans e servem, também, para ilustrar a tendência geral das ocorrências em todo o texto traduzido.

Todas as narrativas traduzidas analisadas tendem a revelar a presença de outra voz (tradutor) e o grau de visibilidade de sua presença tende a estar atrelado tanto às estratégias de tradução adotadas quanto à consistência com que elas foram empregadas nas traduções dos dois romances machadianos para novos sistemas literários (o britânico e o norte-americano). Os tradutores tendem a intervir na situação discursiva para ajustar os deslocamentos linguísticos, geográficos ou temporais decorrentes da tradução já que, conforme a regra, um texto traduzido tende a se dirigir a um público diferente daquele previsto para o texto de partida.

De modo geral, pode-se destacar que os tradutores tendem a adicionar, explicar ou substituir palavras ou expressões dependendo da importância delas. Se o tradutor, por exemplo, adiciona informação ao texto é bem provável que seja na forma de notas de rodapé, palavras, frases ou expressões explicativas no corpo da narrativa. Em geral, Grossman, Ellis e Wilson se fazem mais visíveis ao público leitor anglo-americano do que Rabassa, já que adicionam notas de rodapé, enquanto Rabassa prefere acrescentar informação no corpo do texto sem alertar o leitor de língua inglesa para esse fato. Com esses acréscimos, o texto das traduções é ampliado de uma forma ou de outra e difere de diferentes maneiras do texto de partida (do de Machado de Assis).

Com relação às notas de rodapé, nas traduções de Grossman, Ellis e Wilson a “outra voz” é muito mais perceptível e frequente do que na tradução de Rabassa. Em outras palavras, os três primeiros tradutores fornecem mais informação a fim de garantir comunicação adequada com o novo público, já que a narrativa traduzida opera em novo contexto pragmático, consequência do ato da tradução. Entretanto, em função dos textos serem culturalmente marcados, eles requerem uma referência e essas questões culturais são compartilhadas entre o tradutor e o novo leitor de forma a funcionar como um veículo de comunicação adequado.

Em geral, os tradutores atuam como mediadores entre os dois sistemas literários e tentam, quase sempre, explicitamente, minimizar as diferenças (culturais, linguísticas, geográficas, temporais) que poderiam, muito provavelmente, causar alguma dificuldade ao leitor de língua inglesa.

Considerando apenas uma língua de chegada, a inglesa, neste estudo, fica aparente que as diferenças (modificações/alterações) entre as múltiplas traduções podem/devem ser vistas como um produto da leitura de cada tradutor. Essas variações permitem uma reflexão sobre o texto de partida não como um texto acabado, mas como uma gama de possibilidades, isto é, uma opção materializada dentre várias, revelando como um dado texto está aberto a interpretações diversas. Diferentes leituras originadas não apenas de interpretações diferentes, mas também a elaboração de novas obras, isto é, as traduções de diferentes tradutores.

Os dados examinados produzidos em diferentes períodos de tempo permitem uma análise comparativa que demonstra como diferentes tradutores fazem diferentes escolhas para elaborar um texto pertencente inicialmente a outra cultura para novos leitores. As estratégias em geral (em graus mais ou menos explícitos) revelam uma acomodação textual que beneficia as expectativas do leitor de língua inglesa. Entretanto, considerando as traduções examinadas no todo, pode-se dizer que as estratégias são mais orientadas para o texto/cultura de partida (as normas e modelos que orientam as escolhas; as prioridades que orientam o comportamento do tradutor).

Referências

- ANDRÉ, Hildebrando Afonso de. **Gramática ilustrada**. 2. ed. Rev. aum. Sao Paulo: Moderna, 1978.
- FISH, Warren R.. Changing food use patterns in Brazil. **Luso-Brazilian Review**, n. 15, p. 69-89, 1978.
- GROSSMAN, William. Introdução. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Epitaph of a small winner**. Tradução de William L. Grossman. New York: The Noonday Press, 1952, p.11-14.
- HERMANS, Theo. The translator's voice in translated narrative. **Target**, v.8, n.1, p.23-48, 1996.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1984.
- _____. **The posthumous memoirs of Brás Cubas**. Tradução de William L. Grossman São Paulo: São Paulo Editores, 1951.
- _____. **Epitaph of a small winner**. Tradução de William L. Grossman. New York: The Noonday Press, 1952.
- _____. **Epitaph of a small winner**. Tradução de William L. Grossman. London: W. H. Allen, 1953.
- _____. **Posthumous reminiscences of Braz Cubas**. Tradução de E. Percy Ellis. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1955.
- _____. **The posthumous memoirs of Brás Cubas**. Tradução de Gregory Rabassa. New York and Oxford: Oxford University Press, 1997.

_____. **Epitaph of a small winner**. Tradução de William L. Grossman. London: Bloomsbury, 1997. (paperback)

_____. **Quincas Borba**. São Paulo: Ática, 1980.

_____. **The heritage of Quincas Borba**. Tradução de Clotilde Wilson. New York and London: W. H. Allen, 1954.

_____. **Philosopher or dog?**. Tradução de Clotilde Wilson. London: Bloomsbury, 1997. (paperback)

_____. **Quincas Borba**. Tradução de Gregory Rabassa. New York and Oxford: Oxford University Press, 1998.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. **Ao redor de Machado de Assis**. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1958.

NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO ELETRÔNICO. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. CD-ROM.

RABASSA, Gregory. As traduções de romances de Machado de Assis. Entrevistadora: Válmí Hatje-Faggion. Nova Iorque, Estados Unidos. 2001. 02 cassetes sonoros (60 min.). Entrevista concedida à pesquisa **The translator's discursive presence in translated discourse: Machado de Assis' five novels in multiple English translations**.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 28. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

VANDERAUWERA, Ria. **Dutch novels translated into English**. Amsterdam: Rodopi, 1985.

WEBSTER'S THIRD NEW INTERNATIONAL DICTIONARY. Cologne, Germany: Könenmann, 1993.

JOYCE EM LETRA PORTUGUESA¹: OS PARATEXTOS E AS SUAS FUNÇÕES

Vivina Almeida Carreira de Campos Figueiredo (ESAC/ Instituto Politécnico de Coimbra)

RESUMO

O presente trabalho apresenta algumas informações sobre vários aspectos envolvidos na tradução das obras de James Joyce no espaço linguístico do Português europeu. A sua futura sistematização há-de certamente revestir-se de alguma utilidade no estudo mais aprofundado das traduções propriamente ditas e da sua função na cultura receptora. Para além da cronologia das traduções, faz-se uma breve referência aos tradutores e à sua posição literária e cultural no sistema importador e uma análise mais demorada a alguns paratextos, desde as capas aos prefácios de tradutores e de editores, no sentido de averiguar que funções desempenham esses elementos paratextuais no sistema importador.

Palavras-chave: Tradução Literária, Tradutores, Paratextos, Sistema Literário, Cânone

ABSTRACT

This paper is a first gathering of data concerning several aspects involved in the translation of Joyce's works into European Portuguese. These data will certainly prove to be useful in a more accurate study of the actual translations and the functions they performed in the target culture. Besides the chronology of the translations themselves, their translators and the literary and cultural influence they held in the target system will be looked upon. Paratextual elements such as covers and prefaces will also be analysed in order to find out what kind of function they performed in the literary target system.

Keywords: Literary, Translation, Paratexts, Literary System, Canon.

1. Como se deduz deste título, refiro-me apenas às traduções de Joyce que foram feitas em Portugal (“letra portuguesa” não “língua portuguesa”). De passagem, será mencionada a tradução brasileira de *Ulysses* feita por Antônio Houaiss por esta ter sido a única que durante muito tempo tivemos em língua portuguesa.

Introdução

Há um conjunto de valores gerais partilhados por uma comunidade – relativamente ao que é certo ou errado, adequado ou inadequado – que se materializam em comportamentos ou desempenhos em determinadas situações específicas. Gideon Toury sustenta nesta ideia a sua teoria da tradução e designa estes valores por ‘normas.’(cf. TOURY, 1999, p. 14)

A tradução é uma actividade que envolve no mínimo dois sistemas linguísticos – o original e o importador – e dois sistemas culturais, ou seja, dois sistemas de normas em cada pólo. No caso da tradução literária acresce ainda o sistema semiótico literário e os seus códigos específicos. No processo de tradução, todas as decisões são regidas por essas normas que o tradutor materializa através das opções que toma.

Ao contrário do que o termo “normas” pode sugerir, ele não designa nenhum conjunto obrigatório de características supostamente desejáveis num texto traduzido. Trata-se apenas de uma categoria para a análise descritiva. As normas não são directamente observáveis; o que é observável é o resultado de um comportamento ou desempenho regulado pelas normas. A reconstituição das normas subjacentes a qualquer tradução faz-se estudando e analisando traduções autênticas e identificando aí padrões regulares de tradução (estas são as **fontes textuais**, na terminologia de TOURY) ou estudando e analisando quaisquer formulações semi-teóricas ou críticas como ‘teorias’ normativas de tradução, testemunhos de tradutores, de editores ou de quaisquer outras pessoas envolvidas ou ligadas à actividade (as chamadas **fontes extratextuais**). (cf. TOURY, 1995, p. 65)

As normas que aqui nos interessa tentar reconstituir são as preliminares, isto é, aquelas que decidem a estratégia tradutória geral e a escolha dos textos a serem traduzidos. E as fontes a que preferencialmente recorreremos são extratextuais, nomeadamente, os **paratextos**², no sentido mencionado por Genette (1982, p. 10), i. e., títulos, subtítulos, epígrafes, dedicatórias, prólogos, prefácios, posfácios, advertências, notas prévias, nome de autor e de tradutor, (ou a ausência de um ou de outro ou de ambos) capas, contracapas, frontispícios, introduções, notas editoriais, informações nas badanas, notas de rodapé, notas à margem, ilustrações, notas do tradutor, notas finais, apêndices, anexos, publicidade, informações bibliográficas e legais, ou quaisquer outros sinais que mantêm qualquer relação com o texto que acompanham fisicamente.

As funções de todos estes paratextos são variáveis, mas todos são **mediadores** entre o texto e o leitor e podem potencialmente influenciar a leitura e a recepção do texto. Até mesmo “[...] the print, the size and style of letters and headings, the book’s layout and binding format or decoration of the book may evoke connotations by which the reader draws implicit conclusions about the work and which influence the reader emotionally.” (KOVALA, 1996, p. 123-124)

2. Das cinco modalidades de diálogo transtextual que Genette apresenta, aquela que aqui nos interessa em particular é a **paratextualidade**; i. e., o conjunto de relações que um texto estabelece com outros textos que o rodeiam. (Cf. GENETTE, 1982). Convém, no entanto, atentar no facto de muitos paratextos terem frequentemente o carácter de metatextos, sobretudo os prefácios, quando exprimem e defendem declarações doutrinárias ou programáticas.

Estes textos que rodeiam fisicamente o texto traduzido têm recebido outras designações para além de “paratextos”; numa designação semelhante Sherry Simon (1990) agrupa-os sob a denominação de “elementos paratextuais”, e Gallego Roca chama-lhes “textos de apoio” e afirma sobre eles o seguinte:

Todo comentario inscribe una fecha en la recepción de los textos. La ausencia de esos “tejidos de alusión tópica”, en palabras de Jameson, manifiesta ya una ideología de la traducción o el afán por borrar la contingencia del tiempo histórico tanto del traductor como del lector. (GALLEGO ROCA, 1994, p. 165)

Tipologia e funções dos paratextos

O tipo de paratextos que mais interessa, neste caso, são aqueles textos, normalmente na forma de prefácios ou notas prévias (ou apresentando outra designação sinónima) que são susceptíveis de esclarecer os leitores sobre o que quer que diga respeito ao texto enquanto texto traduzido. Na verdade, como nos lembra Susan Bassnett, estes textos podem dizer-nos muito mais do que isso:

O estudo dos prefácios dos tradutores ensina-nos muito, não apenas sobre os critérios adoptados pelo tradutor individual, mas sobre o que esses critérios reflectem da concepção de tradução partilhada pela comunidade em geral. (BASSNETT, 2003, p. XVIII)

Existem vários tipos de paratexto. De acordo com uma tipologia provisória e restrita a um determinado estudo, Kovala (1996) refere quatro: o *paratexto modesto*, o mais simples, que apenas contém o título e o nome do autor; o *paratexto comercial*, que tem como principal função publicitar outros livros do mesmo editor, na contracapa ou nas páginas finais; o *paratexto informativo*, que descreve e contextualiza a obra através de longos prefácios, notas, resumos na contracapa ou nas badanas e o *paratexto ilustrativo*, com ilustrações na capa, na contracapa e, por vezes, dentro do próprio texto. Obviamente, com excepção do primeiro, todos os outros podem coexistir, podendo deter também múltiplas funções, sendo que em alguns casos, alguma delas se destacará como dominante.

O que a seguir se propõe é uma breve passagem de olhos pelas traduções portuguesas das obras de James Joyce e os seus paratextos e ver que tipo de informações eles nos proporcionam.

Dubliners (Londres, 1914)

Dubliners, originalmente publicada em Londres em 1914, foi a primeira obra de Joyce a aparecer em português europeu, mas não com uma tradução integral.

A primeira aparição de *Dubliners* em português de Portugal data de 1946 (trinta e dois anos após a publicação do texto original, mas apenas cinco anos após a morte do autor). Trata-se de uma antologia intitulada *Os Melhores Contos de James Joyce*, com selecção e tradução de Maria da Paz Ferreira e prefácio de João Gaspar Simões. A editora – Editorial Hélio – assume claramente tratar-

se de uma antologia: pelo título, pela coleção em que aparece, denominada “Antologia” (sendo este o volume nº 3), e por uma breve nota no verso da página do índice, em que se lê o seguinte: “Os contos da presente antologia foram extraídos do volume ‘Dubliners’”.

Na badana esquerda informa-se o leitor de que “A Coleção ‘Antologia’” publica, regularmente, as obras primas da novela e do conto» e dá-se conta dos volumes saídos anteriormente, nomeadamente o nº 1, *Os Melhores Contos de Affonso Schmidt* e o nº 3, *Os Melhores Contos de Pearl Buck*. Na badana direita informa-se sobre os outros volumes saídos, o nº 4, *Os Melhores Contos de Michael Gold*, o nº 5, *As melhores Novelas de Pitigrilli* e o nº 6, *Os Melhores Contos Policiais de Agatha Christie*.

A encimar estas informações há uma declaração surpreendente que afirma o seguinte: “Todos os seus volumes são escrupulosamente seleccionados e traduzidos sem mutilações.” A surpresa desta declaração vai-se revelando cada vez mais flagrantemente à medida que se avança na leitura dos contos. Mas fixemo-nos por alguns instantes na questão da antologia.

A exclusão é uma marca da natureza das antologias; elas são construídas a partir de partes e, por isso, o seu carácter fragmentário não nos deve causar estranheza. O que já podemos questionar é a legitimidade de se fazer uma edição antológica de uma obra que se apresenta como um todo.

Dubliners é constituída por quinze contos. Estas histórias passam-se no pano de fundo da cidade labiríntica de Dublin, no virar do século, e os temas recorrentes são a revolta, a morte tomada em vários sentidos e, sobretudo, a paralisia no sentido figurado de incapacidade para agir. A sua disposição sequencial foi pré-definida pelo seu autor (WARREN, 1969, p. 42 ss), pelo que a ordem por que aparecem não é de todo indiferente para a significação global do macrotexto. Este macrotexto organiza-se numa estrutura orgânica e circular para o que é essencial a localização estratégica de alguns contos, como por exemplo, o primeiro e o último.

Assim, os três primeiros contos são histórias da infância/adolescência; do 4º ao 7º são histórias da juventude, do 8º ao 11º são histórias da maturidade; do 12º ao 14º são histórias da vida pública. O 15º conto, o epílogo, reúne a vida privada e a vida pública.

O conto de abertura – “The Sisters” – é, pela sua localização estratégica, essencial para a significação global da obra. Digamos que este conto dá ao leitor uma antevisão do resto da obra. Aqui se apresenta a paralisia não apenas em sentido figurado mas em sentido literal, na figura do velho padre paralítico. O mesmo acontece com a morte, outro tema recorrente no resto da obra. Este conto concentra, por assim dizer, os temas e os sentidos da obra inteira – a morte, a paralisia, o silêncio, a incapacidade linguística – que reaparecem no último conto, fechando-a numa circularidade perfeita.

Portanto, para além da exclusão antológica, a ordenação arbitrária dos outros contos, significou uma interferência na estrutura organizativa do macrotexto original com consequências ao nível da significação global da obra.

Sobre a exclusão nada é dito nem a ela se refere o prefaciador nas vinte páginas que antecedem os contos. Contudo, pelos temas contidos nos contos excluídos – “The Sisters”, “An Encounter”, “Two Gallants”, “Ivy Day in the Committee Room” e “A Mother” – parece legítimo pensar-se que terão sido razões de auto-censura que terão ditado essa exclusão: sexo, religião e política era melhor deixar de lado.

Além do mais, contrariamente ao que é dito, trata-se ainda de uma tradução bastante mutilada. Apenas a título ilustrativo, detectamos no conto “Eveline” várias “zonas de inequivalência”³ (RABADAN, 1991), nomeadamente, quinze ocorrências de erros de tradução, treze omissões, seis acrescentos, quatro modificações absolutamente gratuitas e seis ocorrências de mudança de tempo verbal. Tudo isto num texto de apenas seis pequenas páginas.

A obra aparece com uma capa de aspecto muito sóbrio e, como já foi referido, com um paratexto de pendor simultaneamente informativo e publicitário nas badanas. Aí, surge ainda aquela declaração – “Todos os seus volumes são escrupulosamente seleccionados e traduzidos sem mutilações” – que visava certamente tranquilizar o leitor, mas que não corresponde à realidade.

O paratexto mais importante é o prefácio da autoria de João Gaspar Simões⁴ intitulado “James Joyce e a sua obra”. Aí faz-se a apresentação do autor num breve esboço bio-bibliográfico e das técnicas narrativas inovadoras que o celebrizaram, nomeadamente o monólogo interior ou corrente de consciência. Conta-se também a história das dificuldades que Joyce sofreu às mãos da censura para publicar as suas obras e de como essas circunstâncias lhe aproveitaram em fama. O conteúdo deste prefácio deixa adivinhar que a obra visava um público de letras, especializado. Ou se dirigia a um público académico ou aos potenciais jovens escritores. No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, não é de estranhar que João Gaspar Simões, ele próprio um dinamizador das letras e da cultura, estivesse a pensar nos potenciais jovens criadores que muito tinham a aprender com James Joyce. Por outro lado, parece paradoxal a falta de rigor aludida se o público visado era constituído por leitores exigentes.

A primeira tradução integral de *Dubliners* em Português europeu data de 1963 (trata-se da data do Depósito Legal, quase meio século após a publicação do original) e foi executada por Virgínia Motta e publicada pela editora Livros do Brasil, na Coleção “Dois Mundos”, sob o título de *Gente de Dublin*. A capa é um paratexto muito sóbrio, como é, aliás, apanágio desta editora, e nas badanas encontram-se duas sinopses, uma relativa à obra em questão e outra relativa a *O Inverno do Nosso Descontentamento*, de John Steinbeck. Na contracapa encontra-se um paratexto informativo dos títulos publicados na Coleção “Dois Mundos”. Não a acompanha nenhum prefácio e a tradução

3. Subscrevemos a teoria de Toury segundo a qual o conceito de equivalência é definidor da própria possibilidade da tradução. Ou seja, partimos do pressuposto de que existem qualidades ou características equivalentes entre o pólo origem e o pólo meta. Não fazendo, pois, sentido afirmar que um texto traduzido não é equivalente ao seu texto original, revela-se mais produtivo falar em “zonas de inequivalência”: “[...] any deviation from that which is established as translation equivalence according to a certain set of norms [...]” (*Apud* RABADÁN, 1991: 77; cf. também Toury, 1995)

4. João Gaspar Simões (1903-1987) foi escritor, crítico literário, jornalista e bibliotecário na Biblioteca da Imprensa Nacional. Com José Régio e Branquinho da Fonseca, participou, em 1927, na fundação da *Presença*. Fez crítica literária em vários jornais e foi autor de várias obras literárias. Foi um dos responsáveis pelas primeiras edições da obra de Fernando Pessoa e tem uma vastíssima produção de crítica literária sobre Pessoa e Eça de Queirós.

mantém os quinze contos que constituem o macrotexto original e mantém também a ordem original por que aparecem. As frequentes reedições desta tradução são indicativas de ser esta a tradução canónica.

Em 1985, aparece, pela editora Vega, na Colecção “Contemporâneos de Sempre”, uma outra tradução, sob o título de *Gente de Dublin*, subscrita por B. de Carvalho⁵. Desta obra se pode dizer que é, no mínimo, estranha. O primeiro motivo de estranheza prende-se logo com a capa – com desenhos coloridos: duas figuras femininas loiras e uma masculina, junto de um automóvel no pano de fundo de uma cidade à noite – uma plástica que remete para as capas dos romances que conhecemos sob a designação de “literatura cor-de-rosa”. O outro motivo de estranheza é a espessura – num formato pequeno conta apenas 160 páginas. Aberta a obra, percebe-se imediatamente por quê: cinco dos quinze contos desapareceram e, quando se inicia a leitura, percebe-se também que muitas frases foram omitidas. Além disso, foi trocada a ordem das histórias, perdendo-se com isso a coerência textual já aludida e desvirtuando-se o significado global pretendido pela organização original do macrotexto. Tudo isto acontece sem nenhuma espécie de aviso ou explicação ou notícia de se tratar de uma edição abreviada. Mas quando lidos com mais atenção, estes textos mutilados revelam-se exactamente os mesmos textos da antologia organizada por Maria da Paz Ferreira e prefaciada por João Gaspar Simões em 1946, apenas com duas importantes diferenças: a obra não se assume como antologia ou versão incompleta e apresenta um novo tradutor. Na verdade, B. de Carvalho apenas se deu ao trabalho de fazer alguma actualização ortográfica.

A contracapa contém um breve comentário sobre o conteúdo da obra e uma elogiosa referência ao seu autor.

Na segunda página há um paratexto informativo sobre outros títulos publicados na Colecção “Contemporâneos de Sempre” e na página que antecede o frontispício, ironicamente, lê-se: “Sem autorização expressa do editor, não é permitida a reprodução parcial ou total desta obra desde que tal reprodução não decorra das finalidades específicas da divulgação e da crítica.”

Em 1994, a Editores Reunidos Lda. e a RBA Editores SA voltam a editar esta obra, mantendo o *copyright* da editora Vega e ela é distribuída com o jornal *Público* na série “Clássicos do *Público*”. A capa é extremamente sóbria ao contrário da anterior. Estas obras, vendidas em conjunto com os jornais por um preço simbólico, têm a óbvia vantagem de chegar a um público leitor mais vasto. Mas foi uma obra mutilada e tipograficamente menos cuidada que chegou às mãos desses leitores.

Em 1994, as Publicações Europa-América apresentam outra tradução da obra completa, executada por Isabel Veríssimo, editada na Colecção “Grandes Clássicos do Século XX” destinada a grande circulação. A capa apresenta com grande sobriedade a reprodução de uma gravura representando a Dublin da época e a contracapa apresenta uma breve sinopse da obra e um

5. “B. de Carvalho” significa “Baptista de Carvalho”. Contudo, traduzindo na mesma época autores de língua inglesa existem vários tradutores com os mesmos apelidos: Afonso Baptista de Carvalho, António Baptista de Carvalho, Eugénio Baptista de Carvalho e Emília Baptista de Carvalho. Não foi possível identificar este “B. de Carvalho” mas, como se verá de seguida, isso também não é muito importante.

apontamento biográfico do seu autor. No interior do livro cada título aparece dentro de um círculo pontilhado e decorado com discretos traços. No final, encontra-se um paratexto comercial, publicitário, aludindo a várias obras e, num caso, apresentando imagens do filme adaptado da obra publicitada, apelando nitidamente à compra dos livros – procedimentos muito comuns nesta editora.

***A Portrait of the Artist As a Young Man* (Nova Iorque, 1916)**

Publicada originalmente em Nova Iorque em 1916, esta foi a primeira obra a ser traduzida integralmente em Portugal, sob o título de *Retrato do Artista Quando Jovem*. Foi traduzida e prefaciada por Alfredo Margarido e publicada pela editora Livros do Brasil na sua Coleção “Dois Mundos”. Não tem data, mas aparentemente é de 1960, atendendo ao que o tradutor afirma no prefácio à tradução revista publicada pela Difel em 1989.

A capa, muito sóbria, contém apenas o título, o nome do autor, da coleção e da editora. A contracapa apresenta o elenco das obras publicadas na Coleção “Dois Mundos”. A badana esquerda contém uma sinopse da obra e a direita uma sinopse de *As Verdes Colinas de África*, de Ernest Hemingway.

O tradutor – um escritor ousado e cultor de vários géneros, desde a poesia, por onde começou, ao romance e ao ensaio – faz preceder a obra de um breve prefácio de cinco páginas. Mas este prefácio não lhe serve a função de explicar e/ou justificar as suas opções tradutórias. A esse aspecto, Alfredo Margarido apenas reserva um lacónico parágrafo final e destacado na mancha gráfica, em que afirma o seguinte.

Resta acrescentar que o tradutor se viu obrigado a tomar algumas liberdades no seu trabalho, de modo a poder dar uma correspondência portuguesa tão aproximada quanto possível do original. Liberdades que devem ser consideradas como inevitáveis sempre que haja necessidade de traduzir James Joyce para qualquer língua que não seja a sua própria, que muitas vezes deixou de ser o inglês para se transformar numa língua de uso estritamente particular. (JOYCE, 1960, p. 9)

Podemos inferir que outras e mais prementes intenções motivaram este prefácio: tratando-se da primeira tradução integral de uma obra de Joyce em Portugal, afigurou-se-lhe necessário apresentar Joyce ao leitor português e familiarizá-lo com uma nova estética literária. Começando por dizer que Joyce é um “iniciador de caminhos”, avança ele próprio também alguns caminhos de leitura, alertando o leitor para temas (liberdade, exílio, religião etc.), técnicas narrativas (monólogo interior), recursos literários (a metáfora do triplo labirinto: espacial, temporal e linguístico) e artifícios linguísticos que caracterizam a escrita de Joyce, que não só a desta obra em particular. Fazendo-se aqui referência expressa a outras obras do autor, fica claro que a intenção foi a de apresentar, não apenas uma tradução, mas um novo escritor, um clássico firmado e prestigiado. A 2ª edição desta obra só sai em 1992.

Entretanto, em 1989, tendo a Livros do Brasil deixado esgotar a obra, o tradutor republicou-a na editora Difel, na Coleção “Literatura Estrangeira”, em edição revista e com o prefácio

substancialmente aumentado “quase trinta anos depois” (JOYCE, 1989, p. 10). As reflexões aqui colhidas dizem respeito a alguns problemas de difícil solução tradutória, a algumas alterações introduzidas nesta edição bem como à necessidade de aumentar as notas de rodapé por parecerem “indispensáveis, a partir do momento em que convinha dar a compreender a importância da reflexão histórica que percorre este romance de ponta a ponta.” (JOYCE, 1989, p. 14).

Em 1993, aparece outra tradução, executada por Clarisse Tavares destinada à colecção “Livros de Bolso” das Publicações Europa-América.

Exiles (Londres, 1918)

Exilados aparece em 1987 pela editora Livros do Brasil, também na Colecção “Dois Mundos”, traduzido e prefaciado por João Palma-Ferreira.⁶

Na capa aparece o nome do autor, abaixo do qual se encontra um retrato do próprio, o título e o nome da editora. Na contracapa, encontram-se dois paratextos, um sobre a obra propriamente dita e outro sobre a vida e a obra do autor. Nas badanas, uma sinopse de *Evaristo Carriego*, de Jorge Luís Borges e um elenco dos autores editados na Colecção “Dois Mundos”.

O texto dramático é precedido por um prefácio da autoria do tradutor e é seguido pelas “Notas de James Joyce” sobre a peça e as personagens. No prefácio, João Palma-Ferreira faz um elaborado estudo e uma interpretação da peça, reservando apenas uma página em *post scriptum* para se referir à tradução propriamente dita. Nele pode ler-se:

Executar uma tradução é sempre, ou quase, um acto de puro atrevimento; ou uma traição; ou, mais raramente, uma divagação vasta e erudita, metódica e grave pela obra de um autor. Mas pode dar-se (e já tem acontecido...) que o convívio com um texto de autor estrangeiro, ou porque nos comove, ou porque o consideramos um “momento” imprescindível, ou porque, de muito o lermos já nos soa a português, acaba por operar, quase sem darmos pelo fenómeno, a epifania de uma transliteração súbita. Essas são as únicas traduções felizes, as raras, modestas obras de arte em que o transeunte literário não repara, tão ávido anda de pedantismos e de fazer seus os *carmina aliena*. Não é este o caso da tradução de *Exiles* [...] O acaso fez com que se me deparasse *Exiles*. Com que o traduzisse. Creio, afinal, que tantos anos decorridos, cumpri, ainda que parcialmente, uma velha e veemente aspiração e paguei emocionada dívida de gratidão ao escritor que com Quevedo, Cervantes, Shakespeare e Borges foi dos que mais me atraíram.

A tradução nem sempre é lisamente literal. Nenhuma o é. Muito menos a de um texto de James Joyce pode sujeitar-se à fria e gramatical transliteração. Mas penso que é correcta e corresponde ao pensamento do artista fabuloso.

6. João Palma-Ferreira (1931-1989) foi ficcionista, crítico literário, professor, consultor literário numa editora, leitor do ex-Instituto de Alta Cultura e, mais tarde, professor na Universidade Nova de Lisboa. Foi ainda funcionário superior da Secretaria de Estado da Cultura e da Imprensa Nacional e adido cultural da Embaixada Portuguesa em Espanha e director da Biblioteca Nacional. Exerceu crítica literária regularmente em diversos periódicos e foi tradutor de autores como Shakespeare, Hemingway, Salinger e Joyce.

É, portanto, este o resultado de uma confessada admiração por James Joyce. Aliás, este mesmo tradutor haveria de, dois anos mais tarde, dar a lume a tradução de *Ulysses*.

***Ulysses* (Paris, 1922)**

Ulysses, publicada originalmente em Paris em 1922, aparece em língua portuguesa pela primeira vez, na tradução brasileira de Antônio Houaiss⁷, publicada no Brasil em 1966, pela Editora Civilização Brasileira. Esta tradução obteve um êxito estrondoso no Brasil (cf. CAMPOS, 1971) e ao longo de quase vinte anos foi sendo discretamente vendida em Portugal.

Só em 1983, a editora Difel, do mesmo grupo editorial da Civilização Brasileira, decidiu a publicação da obra em Portugal, apenas com uma adaptação ortográfica. Menos de um ano depois, em Julho de 1984, contava três edições, tendo continuado a reeditar-se, com inúmeras reimpressões até ao momento presente. De notar, ainda, que a obra saiu simultaneamente no Círculo de Leitores. Da obra consta uma nota do editor que diz o seguinte:

Nesta edição do *Ulysses* de Joyce utilizou-se a tradução brasileira por ser considerada internacionalmente a mais perfeita e aquela que mais fielmente se aproxima do texto original do grande romancista irlandês. Na presente tradução apenas se procedeu à actualização ortográfica.

A obra não contém nenhum prefácio, introdução ou nota explicativa como, aliás, era a vontade de Joyce, que o recomendara para que a obra fosse lida por si só (GREER, 2002).

Apesar do sucesso editorial, a publicação entre nós de uma tradução brasileira suscitou algumas reacções adversas⁸, tendo conduzido a editora Livros do Brasil a retomar o antigo projecto da tradução de *Ulysses*.⁹ Este era um projecto antigo desta editora, tendo sido entregue a Mário Henrique Leiria e posteriormente a Jorge de Sena que, por razões diversas, nunca chegou a ser concretizado. Por um lado, tratava-se obviamente, pela dificuldade e pela dimensão da obra, de um empreendimento gigantesco e exigente. Por outro lado, as circunstâncias políticas de Portugal nos anos sessenta e inícios dos anos setenta não convidavam nenhuma editora a correr o risco de fazer traduzir e pôr a circular uma obra considerada ofensiva da moral pública e dos bons costumes.¹⁰

7. Antônio Houaiss (1915-1999) foi um reputado filólogo, professor, ensaísta e jornalista. Foi o editor-chefe da Enciclopédia Mirador Internacional, membro e presidente da Academia Brasileira de Letras. Deixou inacabado o Dicionário de Língua Portuguesa no Âmbito Lusofónico (concluído e publicado em 2001 pela editora brasileira Objetiva). Em 1964, ano da instauração da ditadura militar no Brasil, Antônio Houaiss foi obrigado a abandonar a carreira diplomática por questões de ideologia política. Esta aposentação prematura e involuntária deu-lhe, porém, a disponibilidade para se dedicar à tradução de *Ulysses*.

8. Sobre essa polémica e uma análise comparativa entre as duas versões ver o trabalho de Graça Margarido Greer desenvolvido na sua dissertação de mestrado, sob o título de *Molly Bloom fala em português*.

9. O que se tornou possível por ter aparecido, em 1984, uma edição corrigida da autoria de Hans Walter Gabler – *Ulysses: The Corrected Text*. Ao longo de sete anos, a equipa de investigadores coordenada por Hans Gabler realizou uma pesquisa textual, voltando aos manuscritos, rascunhos e provas tipográficas com o objectivo de reconstituir o melhor possível o processo criativo de Joyce em *Ulysses*. O resultado deste trabalho foi uma nova edição que, em termos legais, proporcionou novos direitos sobre a obra, tendo a Livros do Brasil adquirido os direitos de tradução desta edição específica (Greer, 2002).

Em 1989, a editora Livros do Brasil publica a tradução de João Palma-Ferreira, um dos seus tradutores (e autores) de renome, com vasta experiência na tradução de importantes autores de língua inglesa e uma figura com largas responsabilidades no cenário literário e cultural do país. A obra tem uma breve “Nota do Editor”, António Luís de Souza-Pinto, congratulando-se por ter sido o primeiro editor português de Joyce e por, após várias tentativas por outros tradutores – nomeadamente Mário Henrique Leiria e Jorge de Sena – finalmente trazer a lume o *Ulysses* em “língua verdadeiramente portuguesa.” (p. 7).

Ao contrário da edição da Difel, esta obra é precedida por uma “Nota do Tradutor”, onde se faz a história do livro, desde a sua concepção e estratégias narrativas aí utilizadas e inventadas à sua atribuída recepção. Nesta “Nota”, de pendor claramente didático, o tradutor apresenta, analisa e explica a obra, refere a crítica, apresenta o autor e faz também a história das outras obras de Joyce. Além disso, no início de cada capítulo, longas notas do tradutor estabelecem paralelos com os episódios da *Odisséia* e indicam pistas de interpretação com base no quadro-esquema da estrutura organizativa de *Ulisses* da autoria do próprio Joyce e por este enviado a Carlo Linati, em carta de 21 de Setembro de 1920, mas não autorizando a sua divulgação imediata (cf. JOYCE 1989: 51).

As capas das duas edições são ambas muito sóbrias. A edição da Difel apresenta, para além do título, o nome do autor e da editora; nas badanas uma sinopse da obra e na contracapa um breve apontamento biobibliográfico de Joyce. A edição da Livros do Brasil, como é habitual, apresenta na capa o título, o nome do autor, da Coleção e da editora; na badana esquerda apresenta uma sinopse da obra, na direita pode ler-se um fragmento sobre “James Joyce e a sua obra” da autoria de T. S. Eliot. Na contracapa desta edição lê-se uma citação de André Gide:

Não é difícil ser-se audacioso quando se é jovem, mas a audácia mais bela é a do fim da vida. Admiro-a em Joyce, como a admiro em Mallarmé, em Beethoven e em alguns raríssimos artistas cuja obra termina numa falésia e que ao futuro apresentam a mais abrupta face do seu génio, sem nunca deixar conhecer a insensível encosta por onde atingiram pacientemente essa desconcertante altitude.

***Finnegans Wake* (Nova Iorque, 1939)**

Na Revista *O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e Acção*, nº 57/58, p. 243-244 (Fevereiro/Março, 1968), aparece a primeira tradução portuguesa de *Finnegans Wake I, 3*; i. e., a primeira página, por M. S. Lourenço¹¹.

No nº 60/61 (Maio/Junho 1968, pp. 566-578), é publicada, em reacção à tradução referida anteriormente, uma carta de Almeida Faria (hoje, um escritor consagrado, mas à época muito jovem)

10. Aliás, só em 1987, como vimos, treze anos após a Revolução de 25 de Abril de 1974 e o desaparecimento da censura, a Livros do Brasil retomou a publicação de Joyce em Português com a peça *Exilados*, na tradução de João Palma-Ferreira.

11. Poeta e ensaísta, Manuel António dos Santos Lourenço (1936 -) formou-se em Lisboa e Oxford e foi professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi docente em universidades inglesas, norte-americanas e austríacas. A sua obra apresenta um inegável pendor filosófico. Grande parte dos seus textos ensaísticos, publicados em diversas revistas, é tributária das correntes contemporâneas do pensamento anglo-saxónico. Traduziu obras filosóficas, nomeadamente de Ludwig Wittgenstein.

dirigida ao tradutor M. S. Lourenço, felicitando-o pelo “belo e muito meditado trabalho” (FARIA, 1968, p. 566) e fazendo algumas observações e sugestões. A carta de Almeida Faria suscita uma resposta do tradutor, que apresenta as suas notas (e que a Revista publica juntamente com a carta) que “referem-se apenas à informação associada com cada palavra e às técnicas de composição e de estruturação do sentido usadas por James Joyce.” (LOURENÇO, 1968, p. 568). Aí, o tradutor refere-se à publicação posterior de outra versão do mesmo trecho em *Wake News Litter*, bem como à tradução de outros episódios. Refere-se ainda ao aparecimento futuro da tradução de *Finnegans Wake* em forma de livro, o que nunca aconteceu.

***Giacomo Joyce* (Londres, 1968)**

Giacomo Joyce aparece publicada pela primeira vez em 1984 pela editora Hiena, na Coleção “Cão Vagabundo”, em texto bilingue, sendo a versão portuguesa da responsabilidade de João Paulo Feliciano. Numa breve nota preliminar, o tradutor explica que Joyce nunca quis editar este livro, tendo utilizado os seus conteúdos noutras obras, nomeadamente em *Retrato do Artista Quando Jovem* e em *Ulisses*. Sobre a tradução, diz o seguinte:

A tradução procura, na medida do possível, manter a qualidade poética da linguagem, a ambiguidade de algumas passagens, a repetição de algumas palavras, a pontuação tipicamente Joyciana, as pausas estruturais entre as partes, bem distintas, da obra (exactamente como no manuscrito), e os neologismos.

Em 1992 *Giacomo Joyce* aparece, também pela editora Hiena, na mesma Coleção e com o mesmo número, traduzida por Carlos Valente, um dos editores da casa, e com indicação de domínio público. Tem dois prefácios: um com o título “Joyce e Trieste” de Anthony Burgess e outro, sem título, de Richard Ellman, que nos explica este texto em fragmentos, de feição autobiográfica, a que chama um «poema de amor nunca declamado.» (JOYCE, 1992, p. 13). Também nos diz que “Depois de Joyce ter decidido passar a limpo *Giacomo Joyce*, também decidiu que não o publicava.” (*Id.*, p. 21).

O tradutor também assina um posfácio a que dá o título de “Visita Guiada e Facultativa a *Giacomo Joyce*”. Aí, Carlos Valente apresenta explicações detalhadas e numeradas de 1 a 16, correspondendo às dezasseis páginas da obra a que chama um “texto híbrido e inclassificável, esquecido na casa de Trieste.” (*Id.*, p. 62).

A Cat and the Devil

Esta obra aparece publicada em Português em 1983, pela Editora Contexto. Trata-se de uma obra destinada a crianças e foi traduzida por Joana Morais Varela sob o título de *O Gato e o Diabo*. É profusamente ilustrada por Roger Blachon, o ilustrador da versão francesa da Gallimard, de 1978. É de notar que no paratexto da capa aparece o nome do autor e o nome do ilustrador mas omite-se o nome da tradutora, que só aparece no frontispício.

Querida Nora!

Esta obra aparece pela editora Hiena, na Coleção “Memória do Abismo”, em 1994. A tradução e a organização são de Carlos Valente e contém comentários de Brenda Maddox. Tem também a indicação de domínio público.

Contém cartas que James Joyce escreveu à sua mulher, em 1909, na sua maior parte, do foro da vida privada, não destinadas à publicação. Embora o tradutor avance, numa breve nota preliminar, uma argumentação em sentido contrário que não parece descabida:

[Joyce] Muito cedo se acreditou grande escritor : – disse-o; disse-o por mais de uma vez. Será pois difícil admitir que as suas cartas obscenas de 1909 (obscenas, entre 2 e 20 de Dezembro), cuja destruição física permaneceu ao seu alcance nos 32 anos seguintes, não tivessem como inevitável um futuro olhar público; não admitissem logo, ou tempos mais tarde, a sua inelutável passagem a edição póstuma; não viessem a ser matéria capaz de explicar a mão que criou algumas páginas de *Ulisses*, alguns actos do homem que iria ser – iria implacavelmente ser – biografado.

Arriscar-se-á, portanto, que ao futuro monumento literário James Joyce já consentia o James Joyce-homem uma devassa sexual sem mais paralelo nas letras deste século XX; arriscar-se-á que ele, Joyce, que ela, Nora, previam e queriam este futuro olhar indiscreto sobre os costumes mais íntimos de uma relação a dois. (Joyce, 1994: 8)¹²

O paratexto da capa tem a óbvia função de apelar à curiosidade pelo lado erótico da relação; parte de um conteúdo que o título – *Querida Nora!* – não deixa adivinhar. Ainda assim, o facto de se tratar de um trabalho sobre uma fotografia artística, a preto e branco, assinada (o seu autor é Paul Outerbridge) nos inibe de considerarmos este paratexto como uma espécie de “teaser statement” (cf. Tahir-Gürçadılar, 2002) dos que frequentemente aparecem em paratextos da literatura popular ou da paraliteratura.

Com a redefinição do direito de copyright para um período de 75 anos após a morte do autor, não se fizeram novas traduções de Joyce em Portugal. Mantêm-se, contudo, no mercado todas as edições mencionadas com excepção de *Os melhores contos de James Joyce*. Ou melhor, esta tradução continua a editar-se, mas sob a forma da edição da editorial Vega de *Gente de Dublin*.

Em letra portuguesa faltam ainda *Chamber Music* (Londres, 1907), *Pomes Penyeach* (Paris, 1927), o texto completo de *Finnegans Wake* (Nova Iorque, 1939), *Stephen Hero* (Londres, 1944), as cartas reunidas em *Letters of James Joyce* (ed. Stuart Gilbert, Londres, 1957) e a obra crítica reunida em *The Critical Writings of James Joyce* (Londres, 1959).

12. Em Julho de 2004, a conceituada Sotheby's de Londres vendeu em leilão, entre outras recordações de Joyce, uma carta erótica deste ano de 1909 por 240.800 libras (cerca de 361 mil euros) – «o preço mais alto alcançado por uma carta de autor do século XX», explicando que «o alto preço alcançado por esta carta reflecte a importância das relações entre Joyce e Nora, que foram a fonte principal da criatividade do escritor.» (*Diário de Notícias*, 9 Julho 2004, p. 41)

Conclusão

Os paratextos podem ter várias funções ou até mesmo cada um deles pode acumular um conjunto de funções. Naqueles que analisámos, encontramos cinco funções: informativa, comercial, explicativa, metatradutória e canonizadora.

Os paratextos que se encontram nas contracapas das edições da Livros do Brasil, por exemplo, destinam-se a divulgar as obras publicadas na Colecção, mas fazem mais do que isso. Como a Colecção inclui, de facto, títulos dos melhores autores do mundo, esta é uma maneira hábil de colocar a obra em questão exactamente ao mesmo nível. A mesma função cumprem as sinopses, que se encontram nas badanas, de obras de autores já canonizados. A mesma função cumpre o fragmento de T. S. Eliot sobre Joyce e a sua obra que se encontra na badana do *Ulisses* da Livros do Brasil. Ou ainda a citação de André Gide na contracapa da mesma obra. Ou seja, esta é uma maneira hábil de fazer entrar a obra traduzida directamente para uma posição central no sistema literário meta, através de paratextos que realizam em simultâneo uma **tripla função informativa, comercial e canonizadora**.

O mais abundante tipo de paratexto nestas obras é seguramente aquele que faz o relato biográfico e bibliográfico de James Joyce que aparece em quase todas as obras e em vários lugares do livro, preferencialmente na contracapa e nas badanas. Tratava-se de um escritor já célebre quando foi traduzido e era obviamente importante tirar partido disso.

O facto de se tratar de um escritor com uma reputação literária afirmada internacionalmente também fez com que as editoras escolhessem criteriosamente os seus tradutores, ou os das obras maiores, que foram figuras marcantes: escritores consagrados, intelectuais reputados, professores de prestígio. Por outro lado, o peso cultural destes tradutores garantia que os textos traduzidos não ficariam numa posição periférica no sistema literário de chegada. Apesar disso, o nome do tradutor nunca aparece na capa, registando-se apenas um paratexto, na contracapa de *Exilados*, a par do apontamento biográfico do autor, em que se diz “Prefaciado e traduzido por João Palma-Ferreira, Livros do Brasil orgulha-se de apresentar aos leitores portugueses, o drama *Exilados* de James Joyce”. O facto de o tradutor nunca ser mencionado na capa configura-se como uma norma do sistema importador português; uma norma da qual podemos deduzir algo sobre a importância e o prestígio de que usufrui o tradutor na nossa sociedade.¹³

Não encontramos nesta obras paratextos que explicitamente se manifestem como afirmação do papel do tradutor nesta cadeia de comunicação entre textos, literaturas e culturas.

São raros os paratextos que nestas obras se configuram como instância tradutológica, isto é, como lugar onde o tradutor exponha as suas concepções sobre o trabalho que realiza. Deste tipo temos: um lacónico parágrafo de Alfredo Margarido no prefácio a *Retrato do Artista Quando Jovem*; algumas reflexões sobre a tradução e a necessidade de notas de rodapé explicativas na tradução revista da mesma obra, publicada pela Difel; uma página de João Palma-Ferreira no prefácio a

13. Lembre-se o flagrante caso do conto *O Gato e o Diabo*, em que o nome do prestigiado ilustrador figura na capa, mas não o da tradutora.

Exilados e um breve parágrafo de João Paulo Feliciano numa breve nota preliminar a *Giacomo Joyce*. A estes paratextos podemos atribuir uma **função metatradutória**.

Há apenas um caso (*Gente de Dublin*, da Vega) em que, como já foi referido, a plástica da capa do livro remete para os paratextos da literatura “cor-de-rosa”, o que se pode considerar uma estratégia comercial enganosa, porque induz em erro o leitor desavisado.

Falta ainda referir os paratextos mais extensos designados por “prefácios” ou “Notas”. O primeiro prefaciador, João Gaspar Simões, que prefacia a primeira obra de Joyce em letra portuguesa, a antologia, não é o seu tradutor, mas uma figura intelectual com algum peso na sociedade portuguesa e, portanto, funciona como a voz da autoridade que tutela aquela tradução. O seu prefácio apresenta este “desconcertante escritor” (p. 11) aos leitores portugueses, fala da vida e da obra, conta a história da censura e os escândalos. De certa forma, é um paratexto que também aguça a curiosidade, mas se concentra mais em afirmar o valor literário e cultural da globalidade da obra de Joyce. Os outros paratextos deste tipo são da autoria dos próprios tradutores – escritores cuja opinião literária era respeitada – mas, como também já vimos, quase não se debruçam sobre a tarefa tradutória em si. Alfredo Margarido avança mesmo pistas de leitura e interpretação da obra que traduz, *Retrato do Artista Quando Jovem*, e explica as técnicas narrativas inovadoras. No prefácio a *Exilados*, João Palma-Ferreira faz um elaborado estudo e interpretação da peça. Na “Nota do Tradutor” que precede *Ulisses*, de pendor notavelmente didático, o mesmo tradutor faz a história do livro, apresenta, analisa e explica a obra, desde a sua concepção à sua recepção no sistema original e refere a crítica. A isto, junta ainda extensas notas de rodapé explicativas, estabelecendo paralelos entre os episódios de *Ulisses* e os da *Odisseia*. Sobrepõem-se neste tipo de paratextos várias funções, sendo que duas se impõem como dominantes: a **explicativa** e a **canonizadora**.

Estes últimos paratextos configuram-se por vezes como metatextos. Era preciso ajudar a compreender a obra e a cosmovisão de um escritor cujo nome se celebrizou antes mesmo de a sua obra poder ser lida.

E é preciso não esquecer que isso terá contribuído para que fossem tomadas as medidas, que atrás referimos, que levaram as traduções das obras de Joyce directamente para o centro do sistema literário importador. Um caso que não é representativo, pois nem todos os escritores geniais tiveram a mesma sorte.

Referências

BASSNETT, Susan. **Estudos de Tradução. Fundamentos de uma Disciplina**. Tradução de Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BECK, Warren. **Joyce’s Dubliners. Substance, Vision, and Art**. Durham: Duke University Press, 1969.

CAMPOS, Augusto. De *Ulysses* a *Ulisses*. In **Panorama do Finnegans Wake**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

Carta erótica de Joyce bate recorde em Londres. **Diário de Notícias**, 9 Julho 2004.

FARIA, Almeida. Carta a M. S. Lourenço seguida da resposta. **O Tempo e o Modo**, nº 60/61 (Maio/Junho 1968).

FERNANDES, José Pedro. **Ulisses a frio**. Lisboa: Editora Vega, 1999.

GALLEGO ROCA, Miguel. **Traducción y Literatura: Los estudios literarios ante las obras traducidas**. Madrid: Ediciones Júcar, 1994.

GENETTE, Gerard. **Palimpsestes. La littérature au second degré**. Paris: Seuil, 1982.

GREER, Maria da Graça Margarido. **Molly Bloom fala em português**. Tese de Mestrado. Lisboa, 2002

HATHERLY, Ana et al. **Joyciana**. Lisboa: & etc., 1982.

HERMANS, Theo (ed.), **Crosscultural Transgressions. Research Models in Translation Studies II. Historical and Ideological Issues**. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.

JOYCE, James. **Exilados**. Tradução e prefácio de João Palma-Ferreira. Lisboa: Livros do Brasil, 1987.

_____. **Finnegans Wake, I, 3**. Tradução de M. S. Lourenço. Separata de **O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e Acção**, nº 57/58 (Fevereiro/Março 1968), Lisboa.

_____. **O Gato e o Diabo**. Tradução de Joana Morais Varela. Lisboa: Editora Contexto, 1983.

_____. **Gente de Dublin**. Tradução de Virgínia Motta. Lisboa: Livros do Brasil, 1963.

_____. **Gente de Dublin**. Tradução de B. de Carvalho. Lisboa: Editora Vega, 1985.

_____. **Gente de Dublin**. Tradução de B. de Carvalho. Revisão gráfica de Luís Milheiro. Lisboa: Editores Reunidos e R. B. A. Editores, 1994.

_____. **Gente de Dublin**. Tradução de Isabel Veríssimo. Lisboa: Publicações Europa-América, 1994.

_____. **Giacomo Joyce**. Com prefácios de Anthony Burgess e Richard Ellman. Tradução e posfácio de Carlos Valente. Lisboa: Hiena Editora, 1992.

_____. **Querida Nora!** Com comentários de Brenda Maddox. Tradução e organização de Carlos Valente. Lisboa: Hiena Editora, 1994.

_____. **Retrato do Artista Quando Jovem**. Tradução e prefácio de Alfredo Margarido. Lisboa: Livros do Brasil, 1960.

_____. **Retrato do Artista Quando Jovem**. Tradução revista e prefácio aumentado de Alfredo Margarido. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Ulisses**. Tradução de António Houaiss. Lisboa: Círculo de Leitores, 1983.

_____. **Ulisses**. Tradução de António Houaiss. Lisboa: Difel, 1984.

_____. **Ulisses**. Tradução e Nota de João Palma-Ferreira. Lisboa: Livros do Brasil, 1989.

KOVALA, Urpo. Translations, Paratextual Mediation, and Ideological Closure. **Target** 8: 1, p. 119-147, 1996.

LOURENÇO, M. S. “Resposta a Almeida Faria”. In **O Tempo e o Modo**, nº 60/61 (Maio/Junho 1968), p. 566-578.

Os melhores contos de James Joyce. Selecção e tradução de Maria da Paz Ferreira e prefácio de João Gaspar Simões. Lisboa: Editorial Hélio.

RABADÁN, Rosa. **Equivalencia y traducción. Problemática de la equivalencia transléctica inglés-español**. Léon: Universidad de Léon, 1991.

SCHÄFFNER, Christina (ed.), **Translation and Norms**. Clevedon: Multilingual Matters, 1999.

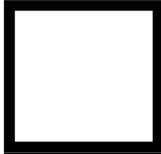
SIMON, Sherry. Translating the Will to Knowledge: Prefaces and Canadian Literary Politics. In: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, A. (eds.), **Translation, History & Culture**. London: Pinter, 1990.

TAHIR-GÜRÇADLAR, Pehnaz, What Texts Don't Tell. The Uses of Paratexts in Translation Research. In: HERMANS, Theo (ed.), **Crosscultural Transgressions. Research Models in Translation Studies II. Historical and Ideological Issues**. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.

TEIXEIRA, Ramiro. **Joyce e a construção do romance moderno**. Porto: Grupo Desportivo dos Empregados do Banco Borges & Irmão, 1979.

TOURY, Gideon. **Descriptive Translation Studies, and Beyond**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

_____. A Handful of Paragraphs on ‘Translation’ and ‘Norms’. In: SCHÄFFNER, Christina (ed.), **Translation and Norms**. Clevedon: Multilingual Matters, 1999.



NORMAS DA REVISTA

Proposta

LINGUAGEM EM FOCO é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (UECE). A revista divulga trabalhos sobre a linguagem numa perspectiva interdisciplinar, abordando questões ou enfoques teórico-metodológicos envolvendo as seguintes áreas de estudo: Leitura, Escrita e Multiletramentos; Desenvolvimento da Linguagem e Ensino de Línguas; Tradução, Lexicologia e Processos Cognitivos; Pragmática Cultural e Estudos da Linguagem.

Política Editorial

A revista estimula a colaboração da comunidade científica na área de Lingüística Aplicada, aceitando artigos, em fluxo contínuo, de autoria de pesquisadores de universidades do Brasil e do exterior, assim como de docentes e discentes do Programa. Os trabalhos devem ser inéditos, podendo ser redigidos em português, inglês, espanhol ou francês. Havendo necessidade, conforme análise do Conselho Editorial, poderão ser organizados números temáticos e/ou especiais. Além dos artigos, a revista aceita: resenhas de livros recém-publicados; textos de conferências; entrevistas; divulgação de teses ou dissertações recentes (contendo resumo, texto do autor enfatizando os resultados e implicações da investigação, mais o comentário de um membro da banca). As propostas enviadas são avaliadas por dois pareceristas, especialistas nas áreas em questão, do Conselho Editorial ou pareceristas *ad hoc*. Havendo discordância entre os pareceres, o trabalho será enviado a um terceiro parecerista.

Os trabalhos poderão ser apresentados em português ou em outro idioma. Deverão ser enviados em CD (no formato DOC ou ODT) e em três vias impressas (papel A4, 210 x 197 mm), sendo uma com identificação: nome, instituição, endereço para correspondência (com CEP), e-mail, telefone (com prefixo). O CD deve trazer uma etiqueta indicando o(s) autor(es) do trabalho e o programa utilizado (Word for Windows ou BrOffice).

Todos os trabalhos devem seguir as normas de apresentação descritas abaixo e enviados para:

Endereço

Comissão Editorial – Linguagem em Foco
Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada - CH-UECE
Av. Luciano Carneiro, 345, Fátima
60410-690 – Fortaleza – Ceará – Brasil

Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, trabalhos enviados pela internet/e-mail.

Contatos

Fone: 85-31012032

Fax: 85-31012026

E-mail: linguagememfoco@uece.br

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO:

Número de páginas para cada tipo de trabalho:

Artigos – 7 a 20 p.

Resenhas de livros – 1 a 3 p.

Divulgação de teses e dissertações – resumo de 10 linhas, texto do autor de 3 a 5 p. e comentário do membro da banca – 15 a 30 linhas.

Conferência – 3 a 8 p.

TÍTULO – centralizado, em maiúsculas e negrito (sem grifos)

Nome(s) do(s) autor(es), à direita da página (sem negrito ou grifo), duas linhas abaixo do título, com maiúscula só para as letras iniciais. Usar asterisco para nota de rodapé, indicando a instituição à qual está vinculado(a). O nome da instituição deve estar por extenso, seguido da sigla

RESUMO – colocar a palavra resumo em corpo 10, negrito, itálico e maiúsculas, duas linhas abaixo do nome do autor, seguida de dois pontos. O texto-resumo deverá ser apresentado em itálico, corpo 10, com recuo de dois centímetros de margem direita e esquerda. O resumo deve ter, no mínimo, três linhas e, no máximo, 10

PALAVRAS-CHAVE – dar um espaço em branco após o resumo e alinhar com as mesmas margens. Corpo de texto 10. A expressão palavras-chave deverá estar em negrito, itálico e maiúsculas, seguida de dois pontos. Máximo de cinco palavras-chave

ABSTRACT – mesmas observações do **RESUMO**

KEYWORDS – mesmas observações das **PALAVRAS-CHAVE**

Texto – em Times New Roman, corpo 12. Espaçamento simples entre linhas e parágrafos. Usar espaçamento duplo entre o corpo do texto e subitens, ilustrações e tabelas, quando houver

Parágrafos: usar adentramento 1 (um)

Subtítulos: sem adentramento, em negrito, só com a primeira letra em maiúscula, numerados em algarismo arábico. A numeração não inclui a introdução, a conclusão e as referências

Tabelas e ilustrações (fotografias, desenhos, gráficos etc.) devem vir prontas para serem impressas, dentro do padrão geral do texto e no espaço a elas destinados pelo autor

Ênfase ou destaques no corpo do texto – deve-se usar negrito. Para palavras em língua estrangeira não dicionarizadas em português, usar itálico

Citações de até três linhas vêm entre aspas (sem itálico), seguidas do sobrenome do autor (em maiúsculas), ano de publicação e página(s) entre parênteses.

Com mais de três linhas, vêm destacadas com recuo de 4 cm na margem esquerda, corpo menor (fonte 11), sem aspas, sem itálico e também seguidas do sobrenome do autor (em maiúsculas), ano de publicação e página(s) entre parênteses. As citações em língua estrangeira devem vir em itálico e traduzidas em nota de rodapé.

REFERÊNCIAS (a palavra “Referências” em maiúsculas, negrito): devem vir ao final do texto, segundo a NBR 6023.

OBSERVAÇÃO: A desconsideração das normas implicará a não aceitação do trabalho. Os artigos recusados não serão devolvidos ao(s) autor(es).